DIÁRIO OFICIAL
DO DISTRITO FEDERAL

BRASÍLIA, sexta-feira, 3 de junho de 1977 — ANO I - Nº 105

ATOS DO GOVERNADOR

DECRETO Nº. 3.720 DE 1º DE Junho DE 1977

Abre crédito suplementar no valor de Cr$.250.000,00 (duzentos e cinquenta mil cruzeiros), à dotação do orçamento vigente que especifica.

O Governador do Distrito Federal, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 8º, da Lei nº 6.396, de 09 de dezembro de 1976, combinado com o Artigo 41, item I, das Normas Gerais de Direito Financeiro, aprovadas pela Lei nº 4.320, de 17 de março de 1.964,

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica aberto ao Gabinete do Governador, o crédito suplementar no valor de Cr$.250.000,00 (duzentos e cinquenta mil cruzeiros), na seguinte dotação orçamentária:

03070202.003 - Assessoramento Superior

3.1.3.2 - Outros Serviços de Terceiros 250.000,00

Art. 2º - O crédito suplementar de que trata o artigo anterior será financiado nos termos do art. 43. § 1º, item III, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1.964, pela anulação parcial, em igual valor, das dotações orçamentárias que se seguem:

GABINETE DO GOVERNADOR

03070202.003 - Assessoramento Superior

4.2.3.0 - Aquisição de Títulos Representativos de Capital de Empresas em Funcionamento ..... 100.000,00.

SECRETARIA DE FINANÇAS

03080212.035 - Administração e Controle Fazendário

4.1.3.0 - Equipamentos e Instalações 55.000,00

4.1.4.0 - Material Permanente 95.000,00

250.000,00

Art. 3º - O valor de que trata o presente Decreto integrará as Cotas Trimestrais de Despesa, relativas ao 2º Trimestre.

Art. 4º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

DISTRITO FEDERAL, 1º de junho de 1977;
89º da República e 18º de Brasília.

ELMO SEREJO FARIAS

IVAN GUANAIS DE OLIVEIRA

FERNANDO TUPINAMBÁ VALENTE

(Republicado por haver saído com incorreção do original no DO nº 104, de 02-06-77)

DECRETO Nº. 3.722 DE 02 DE JUNHO DE 1977.

Revoga o Decreto nº 3.719, de 31 de maio de 1977.

O Governador do Distrito Federal no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, incisos II e III da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960,

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica revogado o Decreto nº 3.719, de 31 de maio de 1977.

Art. 2º - Permanecerá em vigência o Decreto nº 3.387, de 16 de setembro de 1976.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

DISTRITO FEDERAL, 02 de junho de 1977.
89º da República e 189 de Brasília

ELMO SEREJO FARIAS

MAURÍLIO MAX DE ARAÚJO CUNHA

DECRETO DE 31 DE MAIO DE 1977

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo item II, artigo 20, da Lei nº. 3.751, de 13 de abril de 1960,

RESOLVE:

Dispensar, a pedido, Carlos Black Pereira, da função de membro efetivo, do Conselho da Sociedade de Transportes Coletivos de Brasília Ltda. - TCB.

Distrito Federal, 31 de maio de 1977

ELMO SEREJO FARIAS

DECRETO DE 31 DE MAIO DE 1977

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo item II, artigo 20, da Lei nº. 3.751, de 13 de abril de 1960,

RESOLVE:

Designar, com mandato de dois anos, para compor o Conselho Fiscal da Sociedade de Transportes Coletivos de Brasília Ltda. - TCB, como membro efetivo, Rubens Gallerani.

Distrito Federal, 31 de maio de 1977

ELMO SEREJO FARIAS

Secretaria de Segurança Pública

DECRETO DE 05 DE MAIO DE 1977

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso VII, da Lei nº. 3.751 de 13 de abril de 1960,

RESOLVE:

Dispensar, a pedido, o 2º. Sargento PM ANTONIO NEPTUNO DAS CHAGAS, matrícula nº. 33.992, da Função em Comissão, Símbolo FC-6, de Chefe da Seção de Operações Especiais de Informações da Divisão de Informações da Coordenação de Informações, Planejamento e Operações da Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal, a partir de 01.05.77.

Distrito Federal, 05 de maio de 1977

ELMO SEREJO FARIAS
AIMÉ ALCIBIADES SILVEIRA LAMAISON

DECRETO DE 30 DE MAIO DE 1977

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso VII, da Lei nº. 3.751, de 13 de abril de 1960,

RESOLVE:

Dispensar ALBERTO CLÁUDIO DA LUZ SOARES, Agente de Polícia "C", Código PC- 205.3, matrícula nº. 30.499, da Função em Comissão, Símbolo FC-6, de Chefe da Seção de Cadastro da Divisão de Segurança Bancária da Coordenação de Informações, Planejamento e Operações da Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal.

Distrito Federal, 30 de maio de 1977

ELMO SEREJO FARIAS
AIMÉ ALCIBIADES SILVEIRA LAMAISON

DECRETO DE 30 DE MAIO DE 1977

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso VII, da Lei nº. 3.751, de 13 de abril de 1960,

RESOLVE:

Designar DELSON LUIZ FERREIRA DE OLIVEIRA, Agente de Polícia "C", Código PC- 205.3, matrícula nº. 33.792, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, para exercer a Função em Comissão, Símbolo FC-7, de Chefe da Seção de Arquivos e Prontuários do Centro de Internamento e Reeducação da Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal.

Distrito Federal, 30 de maio de 1977

ELMO SEREJO FARIAS
AIMÉ ALCIBIADES SILVEIRA LAMAISON

DECRETO DE 30 DE MAIO DE 1977

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso VII, da Lei nº. 3.751, de 13 de abril de 1960,

RESOLVE:

Dispensar JOSÉ BEZERRA DA COSTA, Agente de Polícia "C", Código PC-205.3, matrícula nº. 30.875, da Função em Comissão, Símbolo FC- 6, de Chefe da Seção de Fiscalização da Divisão de Segurança Bancária da Coordenação de Informações,

MATERIAS PARA PUBLICAÇÃO

A entrega de matérias para publicação no "Diário Oficial", será feita na Divisão de Divulgação da SEA, 6º andar do Anexo I do Palácio do Buriti, de 08:00 às 15:00 horas sem interrupção.

ASSINATURAS

As assinaturas para fora da Capital da República somente serão anuais.

-As assinaturas vencidas serão suspensas sem prévio aviso.

-Para evitar interrupção na remessa do órgão oficial, a renovação de assinatura deve ser solicitada com 30 (trinta) dias de ante cedência.

-As assinaturas dos órgãos públicos serão anuais e deverão ser renovadas até 31 de março de cada ano.

-Os suplementos às edições só serão remetidos aos assinantes que solicitarem no ato da assinatura.

-Os pedidos de assinaturas de servidores devem ser encaminhados com comprovante de sua situação funcional.

REMESSA DE VALORES

-A remessa de valores deverá ser feita mediante Ordem de Pagamento, por cheque visado a favor do Governo do Distrito Federal, acompanhada de esclarecimentos quanto a sua aplicação.

GDF

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

DIÁRIO OFICIAL

do Distrito Federal

Orgão Oficial de Divulgação do Governo do Distrito Federal
Editado pela Divisão de Divulgação da SEA

EXPEDIENTE

DIRETOR

ANTONIO CASTELO BRANCO

Redação e Administração:

Anexo I do Palácio do Buriti -6º andar

Telefones: Direto: 25.7803 - PABX - 256830 Ramal 312

ASSINATURAS

REPARTIÇÕES E PARTICULARES

Anual ..... Cr$ 168,00
Semestral ..... Cr$ 84,00

FUNCIONÁRIOS

Anual ..... Cr$ 132,00
Semestral ..... Cr$ 66,00

OBSERVAÇÃO

Para remessa através da ECT, o valor da assinatura será acrescido de Cr$ 60,00 anuais.

NUMERO AVULSO

-O preço do número avulso figura na última página de cada exemplar.

-O preço do exemplar atrasado será acrescido de 50% do valor fixado.

DA MATÉRIA

-Os originais para publicação, aevidamente autenticados, deverão ser datilografados em um só lado do papel, tamanho ofício, em espaço dois sem rasuras nem emendas.

Texto datilografado, em tinta preta, em original e 1 (uma) só via, admitindo-se, em caráter excepcional, cópia xerográfica, com impressão nitida em cor preta e garantida sua indelebilidade.

Quadros, tabelas, balanços, balancetes, demonstrativos e outras matérias que, pela sua natureza, tenham que ser reproduzidas em fotofilme, deverão ser encaminhadas ao "Diário Oficial" em original de boa qualidade, na forma prevista acima.

Os contratos, convênios, e termos de transação deverão conter em seu texto, cláusula expressa determinando a responsabilidade do custeio de sua publicação no "Diário Oficial", cujo pagamento será sempre antecipado, no caso de pessoa física, órgão ou entidade estranha ao Complexo Administrativo do Distrito Federal.

- (Decreto Nº 3.282 de 15.06.76 - "DO" de 16.06.76) e Portaria Nº 199/SEA (Publicada no "DO" Nº 06 de 24/06/76).

Planejamento e Operações da Secretaria de Segurança Pública, do Distrito Federal.

Distrito Federal, 30 de maio de 1977

ELMO SEREJO FARIAS
AIMÉ ALCIBIADES SILVEIRA LAMAISON

DECRETO DE 30 DE MAIO DE 1977

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso VII, da Lei nº. 3.751, de 13 de abril de 1960,

RESOLVE:

Designar JOSÉ XAVIER DO NASCIMENTO, Agente de Polícia "C", Código PC- 205.3, matrícula nº. 31.469, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, para exercer a Função em Comissão, Símbolo FC-6, de Chefe da Seção de Fiscalização da Divisão de Segurança Bancária da Coordenação de Informações, Planejamento e Operações da Secretaria de Segurança Pública, do Distrito Federal.

Distrito Federal, 30 de maio de 1977

ELMO SEREJO FARIAS
AIMÉ ALCIBIADES SILVEIRA LAMAISON

DECRETO DE 30 DE MAIO DE 1977

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso VII, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960,

RESOLVE:

Designar JOSÉ BEZERRA DA COSTA, Agente de Polícia "C", Código PC.205.3, matrícula nº. 30.875, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, para exercer a Função em Comissão, Símbolo FC - 6, de Chefe da Seção de Cadastro da Divisão de Segurança Bancária da Coordenação de Informações, Planejamento e Operações da Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal.

Distrito Federal, 30 de maio de 1977

ELMO SEREJO FARIAS
AIMÉ ALCIBIADES SILVEIRA LAMAISON

DECRETO DE 30 DE MAIO DE 1977

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso VII, da Lei nº. 3.751, de 13 de abril de 1960, com fundamento nos artigos 212 e 213 do Regulamento do Código Nacional de Trânsito, aprovado pelo Decreto nº. 62.127, de 16 de janeiro de 1968,

RESOLVE:

I - Designar os Bachareis EDIGAR NUNES PEREIRA e JOSÉ RESENDE FILHO, para Presidente e Suplente, respectivamente, da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI.

II- Designar ELIAQUIM DAMASCENO FELISBERTO e ANTONIO GERALDO SOUTO, para Membro e Suplente, respectivamente, da JARI, como representantes do Sindicato dos Trabalhadores em Transportes Rodoviários de Brasília.

III - Reconduzir, de acordo com o Artigo 2º., parágrafo 1º. do Regimento aprovado pelo Decreto nº. 2.251, de 08.05.73, ROMULO JOSÉ MARCHI, ao cargo de Membro, como representante do Departamento de Trânsito do Distrito Federal.

IV - Designar o Bacharel FÁBIO CORTEZ, para Suplente da JARI, como representante do Departamento de Trânsito do Distrito Federal.

Distrito Federal, 30 de maio de 1977

ELMO SEREJO FARIAS
AIMÉ ALCIBIADES SILVEIRA LAMAISON

DESPACHOS

PARECER Nº. 1.892/77 - 1ª. SPRG
PROCESSO Nº.: 07402/76 - 16380/74 - 045469/73 - 016380/74 - 065649/74 - 073094/74
INTERESSADO: NEUZI COUTINHO DOS SANTOS
ASSUNTO: Revisão de Recurso

EMENTA: 1. Implícito o reconhecimento da boa - fé pelo despacho que fixa o prazo para opção.

2. Desaparecimento da acumulação ilícita pela reclassificação que tornou possível a acumulação, conforme reconhecido pela C.C.A.C.

3. Inexistência de objeto para o recurso, com o consequente arquivamento dos processos.

SENHOR 1º. SUBPROCURADOR - GERAL:

RELATÓRIO:

1. NEUZI COUTINHO DOS SANTOS, Professor do Ensino Médio, lecionando Português, prestou concurso para Oficial Judiciário da Secretaria do Supremo Tribunal Federal, tomando posse no último cargo aos 12.12.73. Aos 21.12.73 requereu ao Senhor Secretário de Administração fosse considerada lícita a sua acumulação face à existência de compatibilidade de horário e correlação de matérias.

2. Aos 12.03.74 a C.C.A.C., considerou ilícita a acumulação dos referidos cargos pela ausência de correlação de matérias e por não se enquadrar no art. 99, inciso III da Carta de 1969.

3. A decisão da C.C.A.C foi homologada pelo Senhor Secretário de Administração, pelo despacho de 23.04.74, fixado o prazo de 10 (dez) dias para o interessado optar por um dos cargos. (Processo nº. 45.469/73) "D.F." de 07.05.74, pág. 02.

4. Pela Portaria nº. 03, do Exmo. Sr. Ministro Presidente do Supremo Tribunal Federal, publicado no D.J. de 13.02.74, o servidor teve seu cargo de Oficial Judiciário transposto para o de Técnico Judiciário, ato do qual fez ciente a Comissão de Classificação e Acumulação de Cargos, através de requerimento dirigido ao seu Presidente, protocolado aos 20.03.77.

Convém esclarecer que o interessado foi beneficiado com a reclassificação por ser portador de diploma de Bacharel em Direito.

5. Aos 28.05.74 a C.C.A.C. considerou lícita a acumulação do cargo de Professor de Português com o de TÉCNICO JUDICIÁRIO, por entender "que o cargo é de "atividade de nível superior" portanto, na espécie, legalmente conceituado como técnico." Esclarece:

"As atividades exercidas pelo Técnico Judiciário são essencialmente de apoio jurídico, portanto vinculadas diretamente aos profissionais do Direito, para os quais é admitida a correlação com a lingua vernácula ministrada pelo servidor". (fls. 16).

A decisão foi aprovada pelo Sr. Secretário de Administração pelo despacho de 31.05.74, o qual determinou, o arquivamento do processo nº. 12571/74 (fls. 18).

6. Aos 17.05.74 o interessado requereu ao Sr. Secretário de Administração fosse reconsiderado o despacho homologatório da Decisão da C.C.A.C. que julgara ilícita a acumulação dos cargos de Professor de Português e Oficial Judiciário, pelos motivos constantes do seu arrazoado de fls. 44/54, e documentos de fls. 55/83 (Processo nº. 16380/74).

7. O pedido de reconsideração foi informado pela C.C.A.C. (fls. 86/92), e com base nas informações o Senhor Secretário de Administração acolheu, em parte, o pedido do interessado, concluindo, VERBIS:

"Para apuração do elemento subjetivo da boa ou má - fé com que agiu o recorrente na cumulação ilícita em que incidiu no período de 12.12.73 a 12.02.74, determino a instauração do competente processo administrativo, nos termos do art. 193, da Lei nº. 1.711, de 28.10.52.

Encaminhem -se os autos à Supervisão de Processo Administrativo." (fls. 93).

8. Inconformado com a decisão supra o interessado recorreu ao Exmo. Sr. Governador (Processo nº. 65694/74) pedindo seja mantida intacta a Decisão que considerou lícita a acumulação do cargo de Professor de Português com a de Técnico Judiciário, via de consequência LICITA OU CONVALIDADA sua situação no período de 12.12.73 a 12.02.74, determinando não seja instaurado o processo administrativo ordenado pelo Sr. Secretário de Administração, ou sobrestado, até decisão final do Recurso (fls. 94/97).

Instruiu o recurso com os documentos de (fls. 98/109), e sobre o pedido manifestou - se a C.C.A.C., tendo o Senhor Secretário de Administração, ao encaminhá - lo ao Exmo. Sr. Governador sugerido a audiência do douto Consultor Jurídico de S. Exa.

Através do Parecer de fls. 127/143 pronunciou - se o Dr. FRANCISCO FONTES HUPSEL, arguindo as considerações de fls. 141/142, com base nos quais conclui

"... que apenas pela casuística, os processos devem ser encaminhados ao Senhor Secretário de Administração a fim de que a douta C.C.A.C., com os meios de que dispõe, se pronuncie em face da declaração do Diretor - Geral do Supremo Tribunal Federal e da peculiaridade processual, elucidando, afinal as questões aqui suscitadas, notadamente para que se constate se a situação do Recorrente distingue - se dos demais casos de acumulação de cargo de Oficial Judiciário." - (fls. 142/143).

O Exmo. Sr. Governador proferiu, sobre o Parecer, o seguinte despacho:

"De acordo. Aprovo o Parecer da Consultoria Jurídica. Restitua - se o Processo à SEA, para a indispensável instrução, vez que não há informações suficientes que possibilitem um perfeito julgamento do recurso." (fls. 143).

10. A C.C.A.C. informou trazendo a colação pronunciamento da C.A.C. do DASP aprovado pelo seu Diretor Geral, in verbis:

"3. Não sendo o cargo de Oficial Judiciário a exemplo dos de Oficial Legislativo, Oficial de Administração e Oficial Instrutivo, este último dos Tribunais de Contas, de natureza técnica ou científica, conforme esta Comissão já demonstrou em inúmeros pareceres (V. Diário Oficial de 23 de janeiro de 1957, de 23 de fevereiro de 1962, 15 de maio de 1964, 28 de janeiro de 1964, 13 de março de 1964, 17 de agosto de 1964 e 07 de fevereiro de 1966), não há como poder ser exercido cumulativamente com qualquer outro cargo público, ainda que magistério" (Processo nº. 930/69 - D.O. de 05.05.69) fls. 146.

11. Voltando o processo ao Gabinete do Exmo. Sr. Governador o ilustre Dr. Consultor Jurídico pronunciou - se através do despacho de fls. 150/V. sugerindo fosse aguardada orientação superior sobre o encaminhamento a ser dado ao processo.

12. Com a extinção da Consultoria Jurídica o Exmo. Sr. Chefe do Gabinete Civil determinou o encaminhamento do processo a esta PRG/DF.

É o relatório.

PARECER

I

A controvérsia existente nestes processos se relaciona à solução das seguintes questões:

I - Ocorreu acumulação ilícita no período de 12.12.73 a 12.02.74?

II - A acumulação constatada foi superada por fato superveniente?

III - Haverá necessidade da apuração da BOA ou MÁ - FÉ na acumulação considerada ilícita?

II

Passemos à análise da situação:

A - A ACUMULAÇÃO ILICITA

Embora tivesse tomado posse antes do pronunciamento da C.C.A.C., o funcionário comunicou ter assumido o novo cargo, ingressando em regime de acumulação, cuja licitude deveria ser examinada, do Cargo de Professor de Português com o de Oficial Judiciário.

Julgada ilícita a acumulação o Exmo. Senhor Secretário de Administração, pelo despacho de 23.04.74, fixou o prazo de 10 (dez) dias para que o interessado optasse por um dos cargos, e ao assim decidir implicitamente reconheceu a BOA - FÉ do funcionário ao exercer cumulativamente os dois cargos. (Cf. fls. 142).

b - A SUPERAÇÃO DO DESPACHO DE FLS. 42 PELO FATO ANTERIOR.

Antes de ser homologada, pelo despacho de fls. 42, de 23.04.74, a decisão da C.C.A.C. julgando ilícita a acumulação do Cargo de Professor de Português com o de Oficial Judiciário, o interessado foi, aos 13.02.74, reclassificado no cargo de TÉCNICO JUDICIÁRIO, por ser portador do diploma de Bacharel em Direito.

Examinando sua nova situação a C.C.A.C., aos 28.05.74, julgou lícita a acumulação do cargo de Professor de Português com o de TÉCNICO JUDICIÁRIO, decisão aprovada pelo Exmo. Sr. Secretário de Administração pelo despacho de 31.05.74, que mandou, também, publicá - lo, e arquivar o processo.

O fato superveniente, respaldado na decisão da C.C.A.C. e no despacho do Senhor Secretário de Administração, invalidou, por inoperante, a providência determinada pelo despacho de 23.04.74, isto é, a opção por um dos cargos, pois não mais existia a acumulação ilícita.

C - O pedido de reconsideração (situação A) e o tumulto processual provocado pelo interessado.

Ao ser publicado, no "Distrito Federal", de 07.05.74, o despacho de fls. 42, o interessado, ao invés de comunicar ao Exmo. Sr. Secretário de Administração a superveniência do fato novo submetido à apreciação da C.C.A.C., e pedir fosse sobrestado o despacho de fls. 42 até a decisão daquele órgão, ingressou com pedido de reconsideração para que fosse julgada lícita a acumulação do cargo de Professor de Português com o de Oficial Judiciário, e invocando o decidido quanto à ex - servidora Maria Ruth Carneiro de Mendonça. Com isso deu início ao tumulto processual observado pelo douto Consultor Jurídico.

Atendendo ao requerido o Exmo. Sr. Secretário de Administração determinou fosse apurada em processo administrativo a BOA ou MÁ — FÉ com que agira o interessado ao acumular ilicitamente.

Contra tal decisão recorreu o interessado ao Exmo. Sr. Governador, tendo S. Exa. deixado de decidir por insuficientes os elementos existentes nos processos, conforme entendera o ilustre Doutor Consultor Jurídico.

III

Verificando - se que a situação mencionada no ítem I fora superada pela superveniente (ítem II), passemos à indagação que é o cerne de toda a controvérsia (ítem III).

Haverá, realmente, necessidade da apuração da BOA ou MÁ - FÉ na acumulação considerada ilícita?

O bom senso jurídico não aconselha que se ergam pontes para ligar o nada a coisa nenhuma, isto é, que se tomem providências inócuas. Também nos parece que assim deva ser no setor administrativo.

O tumulto processual criado pela insegurança emocional do interessado sugeriria ponderações de outra categoria. Não se despreze, contudo, a circunstância, posta em evidência, de não ser possível resolver problemas do Direito Administrativo com os pressupostos da Ciência da Administração. Embora às vezes possível, os critérios de conveniência e oportunidade não foram utilizados.

O pedido de reconsideração formulado pelo servidor teve como consequência fosse determinado pelo Senhor Secretário de Administração que se apurasse, em processo, a sua BOA ou MÁ - FÉ, quando S. Exa., implicitamente, através do despacho de fls. 42, reconhecera a BOA - FÉ.

Estamos em face da figura da "reformatio in pejus", decisão que, contrariando a expectativa de um recurso reforma agravando a pena, vindo a caracterizar o constrangimento ilegal, o que, repudiado no âmbito do Direito Penal, merece igual tratamento na área do Direito Disciplinar.

Abstraindo - se a circunstância agravante intruduzida na decisão recorrida, depara - se o analista da hipótese com a inocuidade da medida que apavora o recorrente, qual seja a de responder o inquérito cujo resultado será o mesmo alcançado com referência a Maria Ruth Carneiro de Mendonça (fls. 154), trazido à colação pelo recorrente em momento de inspiração adversa. Isto porque, a MÁ - FÉ só pode se caracterizar quando o servidor deixa de fazer a devida comunicação e age no sentido de fazer com que sua situação permaneça na clandestinidade. Reconhecida a BOA - FÉ pelo despacho de fls. 42, a superveniência da nova situação tornou sem objeto o primeiro processo, que deveria ter sido mandado arquivar, como foi feito com relação ao Processo nº 12571/74. (fls.18).

IV

Com as considerações supra, entendo não existir BOA ou MÁ - FÉ a ser apurada, pois a BOA - FÉ foi implicitamente reconhecido pelo despacho de fls. 42, opinamos no sentido de arquivamento do processo por falta de objeto, prejudicado, destarte, o recurso de fls. 94/97.

É o parecer,

S.M.J.

Brasília, 04 de maio de 1.977

ORLANDO MIRANDA DE ARAGÃO
Procurador

CONCLUSÃO
Aos 10 de maio de 1977, faço estes autos conclusos ao Ilmo. Sr. 1º. Subprocurador Geral
MARIA DE LOURDES OLIVEIRA SANTOS
Seção de Expediente / 1ª. SPRG
Chefe Substituta

PARECER Nº.: 1.892/77
PROCESSO Nº.: 07.402/76
INTERESSADO: Neuzi Coutinho dos Santos
ASSUNTO: Revisão de Recurso

Exmo. Sr. Dr. Procurador Geral.

Manifesto - me de pleno acordo com o Parecer nº 1.892/77 - 1ª. SPRG, pelos seus jurídicos fundamentos e oportuna colocação do problema em foco.

O essencial de toda a questão já estava resolvido. Restou, como se observa pela simples leitura da instrução de fls., o deslinde de um interregno - cerca de dois meses de acumulação indevida -, e que o Parecer em exame considerou como fato superado, em face da boa fé presumida (despacho de fls. 42).

Pelo arquivamento do processo, considerando - se prejudicado o recurso de fls. 94 USQUE 97.

A consideração de V. Exa.
Brasília, 13 de maio de 1977

JULIO CÉSAR SANTOS
1º. Subprocurador - Geral do DF

PROCESSO Nº.: 007.402/76
INTERESSADO: NEUZI COUTINHO DOS SANTOS
ASSUNTO: Revisão de Recurso.

Senhor Governador:

Aprovo o Parecer nº. 1.892/77 - 1ª. SPRG, de fls. 158/166, proferido pelo Procurador Doutor ORLANDO MIRANDA DE ARAGÃO, na forma do encaminhamento do 1º. Subprocurador Geral, Doutor JÚLIO CÉSAR SANTOS.

A acumulação dos cargos de Professor de Ensino Médio com o de Oficial Judiciário do Supremo Tribunal Federal, em que incidia o interessado NEUZI COUTINHO DOS SANTOS, foi considerada ilícita pela C.C.A.C. (Decisão de 12.03.74), por não atender o disposto no art. 99, inciso III da Constituição Federal.

Todavia, o fato de ter sido transformado, aquele último cargo, ou seja, o de Oficial Judiciário para Técnico Judiciário (Portaria nº. 03), do Excelentíssimo Senhor Ministro Presidente do S.T.F., publicada no D.J. de 13.02.74), modificou radicalmente a situação do servidor em tela, tornando lícita (decisão de 28.05.74 da C.C.A.C.) a acumulação tida como ilícita, dois meses antes.

Ora, quando do primeiro julgamento, concedeu - se ao interessado o prazo de 10 (dez) dias para que o mesmo optasse por um dos cargo por ele exercidos cumulativamente (despacho de fls. 42), estando aí implícito o reconhecimento de sua boa fé (art. da Lei 1.711/52).

De conseguinte, a superveniência da nova situação, isto é, tornada lícita a acumulação em razão da transformação do cargo por ele então ocupado, tornou sem objeto o primeiro processo. Portanto, não há mais que se perquirir quanto a sua boa ou má fé, uma vez que aquela já foi reconhecida, implicitamente, repito, pelo Excelentíssimo Senhor Secretário de Administração, Doutor JOSÉ AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER, ao exarar o despacho de fls. 42.

Pelo arquivamento do processo por falta do objeto de recurso.

A superior consideração de Vossa Excelência, em 20 de maio de 1977.

EMMANUEL FRANCISCO MENDES LYRIO
Procurador Geral

De acordo. Arquive - se.
Em 20.05.77

ELMO SEREJO FARIAS

PARECER Nº.: 1.891/77
PROCESSO Nº.: 031.274/75
INTERESSADO: CONCEIÇÃO MENDES
ASSUNTO: Pagamento de gratificação por substituição

EMENTA: Inexistindo conflito entre a lei e o regulamento, é de prevalecer a norma do "Parágrafo Único" do art. 1º. do Decreto nº. 2.951/75.
Inocorrência da hipótese do art. 22 do mencionado Decreto.

SENHOR 1º. SUBPROCURADOR - GERAL:

A ilustre titular da 3ª. Subprocuradoria - Geral solicita o pagamento de diferença salarial que seria devido a servidora daquela repartição que, exercendo o cargo de Desenhista, subsitituiu por força da Portaria PRG nº. 043/75, o titular da Função de Secretária - Datilógrafa, licenciada para tratamento de saúde.

Pronunciou - se a Coordenação do Sistema do Pessoal invocando o disposto no PARÁGRAFO ÚNICO do art. 1º. do Decreto nº. 2.951/75, e inadmitindo a aplicação do art. 22 do mesmo Decreto, bem como repudiando, por inaplicável, a Formulação nº. 10 do DASP.

Reiterando o seu ponto de vista a douta titular da 3ª. SPRG sugere a audiência da 1ª. SPRG.

É o relatório.

PARECER

Suscita - se, neste processo, a existência de conflito entre a norma do PARÁGRAFO ÚNICO do art. 1º. do Decreto nº. 2.957, de 22 de julho de 1.975, e a dos arts. nºs. 72 e 73 e Parágrafos da Lei nº. 1.711/52.

Dispõe o PARÁGRAFO ÚNICO do art. 1º. do Decreto nº. 2.951/75, "in verbis":

"Não terão substituto automático ou dependente de ato os ocupantes de cargo ou função em comissão cuja titularidade não se constitua em direção ou chefia, salvo a hipótese prevista no art. 22 deste Decreto.

O art. 22 estatui que:

"Sempre que necessário, poderá ser designado substituto dependente de ato para substituir o ocupante do cargo de assessoramento superior, técnico, normativo, especial e jurídico e o de assistente intermediário nos seus impedimentos legais ou eventuais."

Na hipótese trata - se de saber, preliminarmente, se a função gratificada de Secretária - Datilógrafa estaria ao abrigo do disposto no artigo SUPRA, o que não se evidencia, pois que não se enquadra como TÉCNICA a função de Secretária - Datilógrafa, fazendo parte dos Serviços Auxiliares.

A exegese do art. 72 há de ser levada a efeito conjugando - se à do art. 73 cujo CAPUT estabelece a alternativa, isto é, "a substituição será automática OU DEPENDENTE DE ATO DA ADMINISTRAÇÃO." (grifamos)

Ora, se a própria Administração, usando de faculdade legal, entendeu de não autorizar a substituição para as Funções gratificadas cujos titulares não exerçam direção ou chefia, excetuadas as hipóteses do art. 22 do Decreto nº. 2.951/75, nas quais não se inclui a de Secretária - Datilógrafa, entendemos não se aplicar ao caso SUB EXAMEN a Formulação nº. 10 do DASP.

Não vislumbramos, tão pouco, o alegado conflito entre a lei e o regulamento, pois a própria lei deixou ao Administrador estabelcer as condições de processamento das substituições.

Sub Censura.

Brasília, 27 de abril de 1.977

ORLANDO MIRANDA DE ARAGÃO
Procurador

CONCLUSÃO
Aos 05 de maio de 1977, faço estes autos conclusos ao Ilmo. Sr. 1º. Subprocurador - Geral
MARIA DE LOURDES OLIVEIRA SANTOS
Seção de Expediente/1ª. SPRG
Chefe - Substituta

PARECER Nº.: 1.891/77
PROCESSO Nº.: 31.274/75
INTERESSADO: Conceição Mendes
ASSUNTO: Pagamento de gratificação por substituição

Exmo. Sr. Dr. Procurador Geral

De acordo com o Parecer nº. 1.891/77, que concluiu pelo indeferimento do pedido de fls.
A consideração de V. Exa.

Brasília, 9 de maio de 1977

JÚLIO CÉSAR SANTOS
1º. Subprocurador - Geral do DF

CONCLUSÃO
Aos 09 de maio de 1977, faço êstes autos conclusos ao Exmo. Sr. Procurador Geral.
MARIA DE LOURDES OLIVEIRA SANTOS
Seção de Expediente/1ª. SPRG
Chefe Substituto

PROCESSO Nº.: 031.274/75
INTERESSADO: CONCEIÇÃO MENDES
ASSUNTO: Pagamento de gratificação, relativa a substituição

Senhor Governador:

Aprovo o Parecer nº. 1.891/77 - 1ª. SPRG placitado pelo Ilmo. Sr. 1º. Subprocurador Geral.

Cuida o processo de solicitação da Ilma. Sra. 3ª. Subprocuradora Geral no sentido de que seja paga a diferença salarial a servidora do Distrito Federal durante o período de 02 de setembro de 1975 a 31 de outubro do mesmo ano, quando substituiu o titular da função de Secretária - Datilógrafa da 3ª. Subprocuradoria Geral.

A não retribuição pelo período de substituição decorreu das disposições contidas no Artigo 1º. e Parágra Único e Artigo 22 do Decreto nº. 2.951, de 22 de julho de 1975.

Invocado o conflito entre os artigos 72 e 73 e Parágrafos da Lei nº. 1.711/52 e o parágrafo Único do Artigo 1º. do Decreto nº. 2.951/75, pela Ilma. Sra. 3ª. Subprocuradora Geral entendeu o ilustre parecerista, Doutor ORLANDO MIRANDA DE ARAGÃO, uma vez reservada ao Executivo Local o poder regulamentar sobre matéria de pessoal, a inexistência de descompasso entre as normas estatutárias e decretuais mencionadas.

Efetivamente, nos termos do Art. 73 do EFPCU "A substituição será automática ou dependente de ato da Administração".

No entanto, ao disciplinar a matéria o Decreto nº. 2.951/75 fixou no Parágrafo Único do Art. 1º.:

"Não terão substituto automático ou dependente de ato os ocupantes de cargo ou função em comissão cuja titularidade não se constitua em direção ou chefia, salvo a hipótese prevista no art. 22 deste Decreto".

A restrição do regulamento não se acha inquinada de ilegalidade em face da competência reservada ao administrador para traçar a política de substituição dos cargos e funções do Distrito Federal.

Exceções à regra acham - se insertas no Art. 22 do mesmo édito, não se encontrando ali o caso "sub examem".

A consideração de Vossa Excelência, em 18 de maio de 1977.

EMMANUEL FRANCISCO MENDES LYRIO.
Procurador Geral

De acordo. Indefiro o pedido.
Em, 20.05.77
ELMO SEREJO FARIAS

PARECER Nº.: 1.882/77 - 1a. SPRG
PROCESSO Nº. 054.695/76
INTERESSADO: MANOEL ANICETO DE SOUZA
ASSUNTO: Sol. pagamento por exercício findo, no período de novembro /74 a novembro/75.

EMENTA: Tem efeitos ex nuno a opção manifestada nos termos do parágrafo 2º. do artigo 1º. da Lei nº. 4.345/64.

Senhor 1º. Subprocurador - Geral

RELATORIO:

MANOEL ANICETO DE SOUZA, Agente Administrativo Classe "C", lotado na 3a. SPRG/DF, exerceu a função de Secretário - Datilógrafo FC - 10 na Divisão de Serviços Médicos da SEA no período de 25.05.73 a 31.08.76, dispensado a pedido (fls. 7) Quando iniciou o exercício da FC era Oficial de Administração, Nível 12, transposto para Agente Administrativo - classe "C", pelo Decreto nº. 3040, de 28.10.75 (DF de 31.10.75) (fls. 07) com os efeitos financeiros da transposição retroagindo a 01.11.74, pelo que, a partir daquela data, os seus vencimentos passaram a ser superior aos da FC, razão por que fez opção pelos vencimentos do cargo efetivo acrescidos de 20%, o que foi deferido com efeitos a partir de dezembro de 1975.

Tendo tomado conhecimento de que a servidora CONCEIÇAO DE MARIA FARIA BERNARDES - Técnico

em Assuntos Educacionais - classe "C" - exercendo a função FC - 5 de Chefe da Seção de Autenticação da Vida Escolar do DIE - GAB - SEC, obtivera o reconhecimento da sua manifestação de opção com efeitos retroativos a 01.11.74, requereu lhe fosse paga, por exercício findos, à diferença entre 01.11.74, e 31.10.75 (fls. 01).

A Coordenação do Sistema de Pessoal informa (fls. 10/11) que quando atendeu à manifestação da servidora Conceição de Maria Faria Bernardes o fez com efeitos retroativos a NOVEMBRO de 1974, mas que passou a entender que o parágrafo 2º. do Art. 1º. da Lei nº. 4.345/64 não autoriza tal interpretação, havendo outros servidores em situação idêntica a do requerente. Assim, considerou devesse ser atendida a sugestão do mesmo no sentido de ser colhido o pronunciamento da PRG/DF.

É o relatório.

PARECER

Dispõe o parágrafo 2º. do art. 1º. da Lei nº. 4.545/64, in verbis:

"Parágrafo 2º. - Ao funcionário nomeado para o exercício do cargo em comissão é facultado optar pelo vencimento do símbolo, previsto na tabela "b" deste artigo, ou pela percepção do vencimento e demais vantagens de seu cargo efetivo acrescido de gratificação fixa, correspondente a 20% (vinte por cento) do valor do símbolo do cargo em comissão respectivo."

Nos termos do dispositivo **SUPRA** a opção deverá ser manifestada quando da nomeação para o cargo em comissão ou função gratificada. Não o fazendo de imediato, por conveniência própria, poderá manifestar tal opção em qualquer tempo, com efeitos **EX NUNC**, isto é, a partir da data do requerimento em que manifestou o desejo de ter alterada a forma da sua remuneração.

O precedente invocado pelo requerente revela que a SEA adotou entendimento que foi posteriormente modificado, por considerar não ser o que mais se harmonizava com o texto legal.

Via de consequência, é de ser indeferido o pedido do requerente.

Sub censura.

Brasília, 02 de março de 1977

ORLANDO MIRANDA DE ARAGÃO
Procurador

CONCLUSÃO

Aos 15 de abril de 1977, faço estes autos conclusos ao Ilmo. Sr. 1º Subprocurador Geral

MARIA DE LOURDES OLIVEIRA SANTOS
Seção de Expediente /1ª SPRG
Chefe

PROCESSO Nº.: 54.695/76
INTERESSADO: Manoel Aniceto de Souza
ASSUNTO: Sol. Pagamento por exercício findo, no período de novembro /74 a novembro/75

Senhor Procurador Geral.

De acordo com as conclusões do Parecer nº 1.882/77 1ª SPRG.

Pelo indeferimento do pedido de retroatividade, uma vez que tem efeitos ex nunc a opção manifestada nos termos do parágrafo 2º., do artigo 1º., da Lei nº. 4.345/64.

A consideração de V. Exa.

Brasília, 15 de abril de 1977

JÚLIO CÉSAR SANTOS
1º. Subprocurador - Geral do DF

PROCESSO Nº.: 054.695/76
INTERESSADO: MANOEL ANICETO DE SOUZA
ASSUNTO: Solicita Pagamento por exercício findo

Senhor Governador

Aprovo o Parecer nº. 1.882/77 - 1a. SPRG na forma do encaminhamento do Ilmo. Sr. 1º. Subprocurador Geral.

Trata o processo de pedido do servidor MANOEL ANICETO DE SOUZA, Agente Administrativo "C" lotado na 3ª. SPRG da Procuradoria Geral, no sentido de que lhe seja pago o acréscimo de 20% no período de 01/11/74 a 31/10/75, a título de opção, sobre o símbolo FC - 10 de Secretário Datilógrafo da Divisão de Serviços Médicos da SEA, função exercida pelo mesmo até a data de 31/08/76.

O referido servidor foi transposto do cargo de Oficial de Administração Nível 12 para o de Agente Administrativo Classe "C" pelo Decreto nº. 3.040, de 28/10/75, retroagindo a transposição à data de 01/11/1974, optando pela gratificação de 20% uma vez somarem os vencimentos do novo cargo mais do que o valor da FC - 10.

A opção foi deferida a partir de dezembro de 1975, data em que foi publicado o ato da transposição.

No entanto, tendo em vista a situação da servidora CONCEIÇÃO DE MARIA FARIA BERNARDES, Técnico em Assuntos Educacionais, Classe "C", que, exercendo a função de Chefe da Seção de Autenticação da Vida Escolar do DIE - GAB - SEC, teve a sua opção reconhecida com efeitos retroativos a 01/11/74, o peticionário pretende o mesmo direito, isto é, o pagamento de 20% de opção sobre o símbolo da FC exercida até 31/10/75.

PROCESSO Nº.: 054.695/76

Examinado o pedido pela Coordenação de Pessoal da SEA o seu digno titular Doutor Eucário Godinho Filho esclarece às fls. 10 e 11 que:

"Esta Coordenação vem entendendo que a opção a que se refere o parágrafo 2º., do artigo 1º., da Lei nº. 4.345, de 26 de junho de 1964, não tem efeito retroativo, apesar de já existir 1 (um) precedente, CONCEIÇÃO DE MARIA FARIA BERNARDES, matrícula nº. 3.813.

A funcionária referida foi paga a gratificação de 20% com efeito retroativo a 1º. de novembro de 1974, tendo em vista que esta Coordenação não se achava, na época, suficientemente amadurecida quanto à interpretação do mencionado dispositivo legal.

Considerando, no entanto, que, além do funcionário MANOEL ANICETO DE SOUZA, outros funcionários vêm se manifestando inconformados com o entendimento desta Coordenação tais como os constantes do Processo nº. 33.506/75, opino favoravelmente à audiência da Procuradoria Geral do Distrito Federal".

A gratificação de opção correspondente a 20% do símbolo da função em comissão foi concedida pela Lei nº. 4.345, de 26 de junho de 1964, Art. 1º., parágrafo 2º., devendo ser requerida na época da nomeação ou na data desejada pelo servidor, vigendo a partir do pedido:

"Art. 1º. - Omissis.

Parágrafo 1º. - Omissis.

Parágrafo 2º. - Ao funcionário nomeado para o exercício de cargo em comissão é facultado optar pelo vencimento do símbolo, previsto na tabela b constante dêste artigo, ou pela percepção do vencimento e demais vantagens de seu cargo efetivo acrescido de gratificação fixa, correspondente a 20% (vinte por cento) do valor do símbolo do cargo em comissão respectivo".

PROCESSO Nº.: 054.695/76

Aliás, este o entendimento que já vem sendo adotado pela Ilustrada Coordenação de Pessoal da SEA após a solução dada ao caso da servidora CONCEIÇÃO DE MARIA FARIA BERNARDES.

A superior consideração de Vossa Excelência, em 11 de abril de 1977.

EMMANUEL FRANCISCO MENDES LYRIO
Procurador Geral.

De Acordo. Indefiro a solicitação.
Em, 20/05/77

ELMO SEREJO FARIAS

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

ATOS DO SECRETÁRIO

DESPACHOS

PROCESSO Nº.: 012.197/77
INTERESSADO: EDMAR MOURA DE BRITO - Mat. 1.232 - SAP
ASSUNTO: LICENÇA PARA TRATO DE INTERESSE PARTICULAR

CONCEDO, nos termos da delegação de competência estabelecida pelo artigo 1º, inciso I, do Decreto "E" nº. 339/67, e artigo 91, inciso XIV, do Regimento aprovado pelo Decreto nº. 2.978/75, licença para trato de interesse particular, pelo período de 2 (dois) anos, de acordo com o artigo 110 da Lei nº. 1.711 de 28 de outubro de 1952.

Brasília, 30 de maio de 1977

JOSÉ AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER
Secretário de Administração

PROCESSO Nº.: 12.138/77
INTERESSADO: JOÃO LUCENA DE ARAUJO - Mat. nº. 15.536 - SEA
ASSUNTO: LICENÇA PARA TRATO DE INTERESSE PARTICULAR

CONCEDO, nos termos da delegação de competência estabelecida pelo artigo 1º., inciso I, do Decreto "E" nº. 339/67, e artigo 91, inciso XIV, do Regimento aprovado pelo Decreto nº. 2.978/75, licença para trato de interesse particular, pelo período de 2 (dois) anos, de acordo com o artigo 110 da Lei nº. 1.711 de 28 de outubro de 1952.

Brasília, 30 de maio de 1977

JOSÉ AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER
Secretário de Administração

PROCESSO Nº.: 11.588/77
INTERESSADO: HÉLIO MONTEIRO DA SILVA - Mat. nº. 3.965 - SEA
ASSUNTO: LICENÇA PARA TRATO DE INTERESSE PARTICULAR

INDEFIRO, nos termos da delegação de competência estabelecida pelo artigo 1º., inciso I, do Decreto "E" nº. 339/67, e artigo 91, inciso XIV, do Regimento aprovado pelo Decreto nº. 2.978/75, licença para trato de interesse particular, pelo período de 2 (dois) anos, de acordo com o artigo 110 da Lei nº. 1.711 de 28 de outubro de 1952.

Brasília, 30 de maio de 1977

JOSÉ AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER
Secretário de Administração

PROCESSO Nº.: /011462/77
INTERESSADO: COORDENAÇÃO DO SISTEMA DE DOCUMENTAÇÃO E COMUNICAÇÃO ADMINISTRATIVA.
ASSUNTO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS PARA ENTREGA DE CORRESPONDENCIA OFICIAL.

DESPACHO: HOMOLOGO, com fundamento no art. 34 do Decreto nº. 1.703 de 31 de maio de 1971, o resultado do julgamento da Tomada de Preços nº. 17/77 - CL - SEA, de acordo com o parecer de fls. 27 da Comissão de Licitação desta Secretaria, em favor da firma LEASING ASSOCIADA LOCAÇÃO E PLANEJAMENTO LTDA.

Em 31 de maio de 1977

JOSÉ AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER
Secretário de Administração

COORDENAÇÃO DO SISTEMA DE PESSOAL

DIVISÃO DE REGISTRO E MOVIMENTAÇÃO DE PESSOAL

Atos do Diretor

ORDEM DE SERVIÇO DE 27/05/77
O.I. nº 177/77 - SP - SES
NOME: IZABEL PANIAGO PEREIRA
Matr.: 7.038
Cargo: ENFERMEIRA
Nível: 20 - A
Retorna da FHDF para a SES

ORDEM DE SERVIÇO DE 27/05/77
Processo nº: 014895/77
NOME: MARIA NUNES MARTINS
Matr.: 12.773
Cargo: Agente Administrativo - Cl. "B"
Nível: SA - 401.3
Remove da SEA para a SEF.

ORDEM DE SERVIÇO DE 27/05/77
Processo nº: 260027/77
NOME: ALDA RIBEIRO DOS SANTOS
Matr.: 14.178
Cargo: Auxiliar de Vendas
Nível: 05
Remove da RA - Brazl. para a RA - Taguatinga.

ORDEM DE SERVIÇO DE 27/05/77
NOME: GERSON RIBEIRO SOUZA
Matr.: 766
Cargo: Carpinteiro
Nível: 8 - A
Remove da SEA para a RA - Sobradinho.

ORDEM DE SERVIÇO DE 27/05/77
Processo nº: 260383/77
NOME: ANTONIO MORENO DE MORAIS
Matr.: 17.074
Cargo: Trabalhador
Nível: 01
Remove da RA - Gama para a RA - Taguatinga.

ORDEM DE SERVIÇO DE 18/MAIO/1977
NOME: DELVOR MARIANO DA SILVA
Matr.: 10.818
Cargo: Auxiliar de Artifice de Manutenção
Cód./Nível: 05
Remove da SAP para A. Regional de Sobradinho

ORDEM DE SERVIÇO DE 20/MAIO/1977
NOME: Francisco Pereira da Silva
Matr.: 15.928
Cargo: Motorista Oficial - Classe "B"
Cód./Nível: TP - 601.5
Remove da SVO para SEP

ORDEM DE SERVIÇO DE 20/MAIO/1977
Processo nº: 120587/77
NOME: JOSE MANDEL FERREIRA
Matr.: 290
Cargo: TRABALHADOR
Cód./Nível: 01
Remove A. R. Brazlândia para SEP

ORDEM DE SERVIÇO DE 23/MAIO/1977
Processo nº: 105042/77
NOME: LUIZA GOMES ARAGÃO
Matr.: 5.196
Cargo: ENFERMEIRA
Cód./Nível: 22 - C
Retorna da FHDF para SES

ORDEM DE SERVIÇO DE 23/MAIO/1977
NOME: AGENOR BATISTA DE CASTRO
Matr.: 11.915
Cargo: Agente de Portaria - Classe: "C"
Cód./Nível: TP. 602.4
Remove da SEA para A.S.R.I e Abastecimento

ORDEM DE SERVIÇO DE 24/MAIO/1977
NOME: ERCILIA MARIA LIRA
Matr.: 5.827
Cargo: AGENTE DE PORTARIA - CLASSE "A"
Cód./Nível: TP. 602.1
Retorna: FHDF para SES

ORDEM DE SERVIÇO DE 24/MAIO/1977
NOME: ARLINDO MUNIZ CAVALCANTE
Matr.: 6.053
Cargo: AGENTE DE PORTARIA - CLASSE "B"
Cód./Nível: TP. 602.2
Retorna da FHDF para SES

ORDEM DE SERVIÇO DE 24/MAIO/1977
Processo nº: O.I. 455/77 - SP
NOME: DAMIÃO MARIANO DA SILVA
Matr.: 15.331
Cargo: AGENTE DE PORTARIA, CLASSE "C"
Cód./Nível: TP. 602.4
Remove da SEA para a SSP

ORDEM DE SERVIÇO DE 24/MAIO/1977
Processo nº: 005349/77
NOME: MARIA GUILHERMINA DIAS CARNEIRO
Matr.: 3.192
Cargo: Técnico em Assuntos Educacionais, Cl. "C"
Cód./Nível: NS - 718.7
Remove da SEA para PRG

ORDEM DE SERVIÇO DE 24/MAIO/1977
NOME: RAIMUNDO JACINTO FREIRE
Matr.: 5502
Cargo: AGENTE DE PORTARIA - Cl. "A"
Cód./Nível: TP. 602.1
Retorna da FHDF para SES remove da SES para CBDF

ORDEM DE SERVIÇO DE 24/MAIO/1977
NOME: JOSÉ FRANCISCO DE OLIVEIRA
Matr.: 12.201
Cargo: AGENTE DE PORTARIA - Classe "B"
Cód./Nível: TP. 602.2
Remove da SES para o CBDF

ORDEM DE SERVIÇO DE 24/MAIO/1977
NOME: AURINO BERNADINO DE SENA

Matr.: 11.758
Cargo: AGENTE DE PORTARIA, Classe "C"
Cód./Nível: TP. 602.4
Retorna da FHDF para SES remove da SES para A. Regional do Gama

ORDEM DE SERVIÇO DE 24/MAIO/1977
NOME: ROSALITA MORENO CARDOSO
Matr.: 12093
Cargo: AGENTE DE PORTARIA - Cl. "B"
Cód./Nível: TP. 602.2
Retorna da FHDF para SES remove SES para CBDF

ORDEM DE SERVIÇO DE 24/MAIO/1977
NOME: ENOQUE RIBEIRO DA SILVA
Matr.: 5.828
Cargo: AGENTE DE PORTARIA
Cód./Nível: TP. 602.1
Retorna da FHDF para SES remove da SES para SSP

ORDEM DE SERVIÇO DE 24/MAIO/1977.
NOME: FRANCISCO MARQUES COSTA
Matr.: 5.786
Cargo: Agente de Portaria - Cl. "A"
Cód./Nível: TP. 602.1
Retorna da FHDF para SES remove da SES para SSP

ORDEM DE SERVIÇO DE 24/MAIO/1977
NOME: ANTONIO AURINO BATISTA
Matr.: 6.083
Cargo: AGENTE DE PORTARIA
Cód./Nível: TP. 602.1
Retorna: da FHDF para SES remove da SES para SSP

ORDEM DE SERVIÇO DE 24/MAIO/1977
NOME: LOURIVAL BRAZ
Matr.: 5.176
Cargo: AGENTE DE PORTARIA, Classe "B"
Cód./Nível: TP. 602.2
Retorna da FHDF para SES

ORDEM DE SERVIÇO DE 25/MAIO/1977
Processo nº: 014557/77
NOME: JOSÉ BATISTA DA SILVA
Matr.: 11.742
Cargo: AUXILIAR DE BOMBEIRO HIDRÁULICO
Cód./Nível: 05
Remove SSP para SEA

ORDEM DE SERVIÇO DE 25/MAIO/1977
NOME: TOMAZ DE AQUINO COSTA DA LUZ
Matr.: 13.364
Cargo: Agente Administrativo Classe "B"
Cód./Nível: SA. 401.3
Remove da SEA para SSP

ORDEM DE SERVIÇO DE 25/MAIO/1977
Processo nº: 428123/77
NOME: MARIA CLOEMI DE OLIVEIRA FREITAS
Matr.: 98.222
Cargo: Professora, Classe. "C"
Coloca à disposição da SEC.

ORDEM DE SERVIÇO DE 26/05/77
Processo nº: 176852/77
NOME: JURANDIR PEREIRA DA SILVA
Matr.: 6.265
Cargo: SERVENTE
Nível: 05
Retorna da FHDF para a SES remove da SES para a RA - Gama.

ORDEM DE SERVIÇO DE 26/05/77
Processo nº: 135867/77
NOME: NAIR SANTANA RIOS
Matr.: 5.419
Cargo: Auxiliar de Enfermagem
Nível: 13 - A
Retorna da FHDF para a SES, remove da SES para a ACSNB.

ORDEM DE SERVIÇO DE 26/05/77
Processo nº: 15272/77
NOME: RICARDO RODRIGUES SANTOS
Matr.: 10.431
Cargo: Agente de Serv. de Engenharia C. "B"
Nível: 808.2
Retorna da FZDF para a SAP, remove da SAP para a ACSNB.

ORDEM DE SERVIÇO DE 26/05/77
O.I. nº 175/77 - SP - SES
NOME: JACY PEREIRA MACEDO
Matr.: 7.451
Cargo: Atendente
Nível: 09
Retorna da FHDF para a SES

ORDEM DE SERVIÇO DE 27/05/77
Processo nº: 260026/77
NOME: ANTONIO CABRAL DA SILVA
Matr.: 11.404
Cargo: Operário Rural
Nível: 06
Remove da RA - BRAZL. para a RA - Taguatinga

ORDEM DE SERVIÇO DE 25/MAIO/1977
Processo nº: 427985/77
NOME: VERA MARA MATOS PERES
Matr.: 92.614
Cargo: Professora - Classe "C"
Coloca à disposição SEC

ORDEM DE SERVIÇO DE 26/MAIO/1977
Processo nº: O.I. 192/77 - SP. SVO
NOME: FEBO DE ANDRADE GONÇALVES
Matr.: 11.534
Cargo: Fiscal de tributos, Classe "B"
Nível: TAF. 303.3
Retorna da TERRACAP para SVO, remove SVO para SEF

ORDEM DE SERVIÇO DE 26/MAIO/1977
Processo nº: 258524/77
NOME: ANTONIO MARTINS DOS SANTOS
Matr.: 6072
Cargo: Mecânico de Motor a Combustão
Nível: 6072
Retorna da FHDF para SES, remove SES para A.R. de Taguatinga

ORDEM DE SERVIÇO DE 24/05/77
NOME: LOURIVAL BRAZ
Matr.: 5.176
Cargo: Agente de Portaria - Cl. "B"
Nível: TP. 602.2
Excluir a Ordem de Serviço de 09/05/77, que retornou da FHDF para a SES e removeu da SES para a PRG - DF.

ORDEM DE SERVIÇO DE 23/05/77
NOME: LIDIA ALVES TEIXEIRA
Matr.: 16.072
Cargo: Agente Administrativo - Cl. "C"
Nível: SA - 401.4
Tornar sem efeito a Ordem de Serviço de 28/04/77, que removeu da SVO para a SEA.

ORDEM DE SERVIÇO DE 24/MAIO/1977
NOME: JOSÉ GONÇALVES MOREIRA SOBRINHO
Matr.: 5.673
Cargo: AGENTE DE PORTARIA, CLASSE "B"
Cód./Nível: TP. 602.2
Retorna da FHDF para SES

ORDEM DE SERVIÇO DE 24/MAIO/1977
NOME: EDELZUITA TAVARES DO NASCIMENTO
Matr.: 6.262
Cargo: AGENTE DE PORTARIA - CLASSE "A"
Cód./Nível. TP. 602.1.
Retorna da FHDF para SES remove da SES para A. Regional do Gama

ORDEM DE SERVIÇO DE 24/MAIO/1977
Processo nº: 13291/77
NOME: ADERALDO ELIAS DOS SANTOS
Matr.: 03.698
Cargo: Ag. Administrativo, Classe "B"
Cód./Nível: SA. 401.3
Remove SEC para SEG

ORDEM DE SERVIÇO DE 24/MAIO/1977
Processo nº: 13758/77
NOME: GESUS RAMOS DE OLIVEIRA
Matr.: 5.772
Cargo: AGENTE DE PORTARIA, classe "B"
Cód./Nível: TP. 602.2
Remove A. R. Taguatinga para SEA

ORDEM DE SERVIÇO DE 24/MAIO/1977
NOME: PEDRO DIRCEU FERREIRA
Matr.: 2879
Cargo: AGENTE DE PORTARIA
Cód./Nível: TP. 602.1
Retorna da FHDF para SES remove SES para PRGDF

FERNANDO RATEKE
Seção de Movimentação de Pessoal - DRMP/CSP
Chefe

JOSÉ MARIA RABELO PEREIRA
Diretor da Divisão de Registro e Movimentação de Pessoal
CSP - SEA

COORDENAÇÃO DO SISTEMA DE MATERIAL

Atos do Coordenador

PROCESSO Nº.: 014.068/77
INTERESSADO: SEÇÃO DE MATERIAL E PATRIMONIO - GAG
ASSUNTO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL

DESPACHO: Nos termos do artigo 3º., inciso II, alínea "a", do Decreto nº. 1.703, de 31 de maio de 1971, combinado com o artigo 30, parágrafo 3º., inciso II, do Decreto nº. 3.537, de 30 de dezembro de 1976, dispenso a licitação para compra do material especificado às fls. 08, diretamente da firma MAINLINE MOVEIS S/A INDÚSTRIA E COMÉRCIO, no valor de Cr$ 41.160,00 (quarenta e um mil, cento e sessenta cruzeiros).

Em 17 de maio de 1977

FRANCISCO DE FREITAS
Coordenador do Sistema de Material

PROCESSO Nº.: 013.165/77
INTERESSADO: SEÇÃO DE MATERIAL E PATRIMONIO - PRG
ASSUNTO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL

DESPACHO: Nos termos do artigo 3º., inciso II, alínea "c", do Decreto 1.703, de 31 de maio de 1.971, combinado com o artigo 30, parágrafo 3º. inciso II, do Decreto nº. 3.537, de 31 de dezembro de 1976, dispenso a licitação para compra do material especificado às fls. 07, diretamente da firma CARVALHO DE MORAES E CIA. LTDA., no valor de Cr$ 1.430,00 (um mil quatrocentos e trinta cruzeiros).

Em 20 de maio de 1977

FRANCISCO DE FREITAS
Coordenador do Sistema de Material

PROCESSO Nº.: 013.164/77
INTERESSADO: SEÇÃO DE MATERIAL E PATRIMONIO - RA - VI
ASSUNTO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL

DESPACHO: Nos termos do artigo 3º., inciso II, alínea "c", do Decreto nº. 1.703, de 31 de maio de 1971, combinado com o artigo 30, parágrafo 3º., inciso II, do Decreto nº. 3.537, de 30 de dezembro de 1976, dispenso a licitação para compra do material especificado às fls. 07, diretamente da firma ELÉTRICA BRASILIA LTDA, no valor de Cr$ 480,00 (quatrocentos e oitenta cruzeiros).

Em 20 de maio de 1977

FRANCISCO DE FREITAS
Coordenador do Sistema de Material

PROCESSO Nº.: 052.311/77
INTERESSADO: LUCIANO SÁ DE MENEZES
ASSUNTO: ADIANTAMENTO

DESPACHO: Nos termos do artigo 3º., inciso II, alínea "c", do Decreto nº. 1.703, de 31 de maio de 1971, combinado com o artigo 30, parágrafo 3º., inciso II, do Decreto nº. 3.537, de 30 de dezembro de 1976, dispenso a licitação para compra de gêneros alimentícios pelo servidor LUCIANO SÁ DE MENEZES, no valor de Cr$ 3.000,00 (três mil cruzeiros).

Em, 20 de maio de 1977

FRANCISCO DE FREITAS
Coordenador do Sistema de Material

PROCESSO Nº.: 15132/77
INTERESSADO: GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL - GAG
ASSUNTO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL

DESPACHO: Nos termos do artigo 3º., inciso II, alínea "a", do Decreto nº. 1.703, de 31 de maio de 1971, combinado com o artigo 30, parágrafo 3º., inciso II, do Decreto nº. 3.537, de 30 de dezembro de 1976, dispenso a licitação para compra do material especificado às fls. 08, diretamente da firma INDAIÁ ÁGUAS MINERAIS S.A., no valor de Cr$ 28.000,00 (vinte e oito mil cruzeiros).

Em, 25 de maio de 1977

FRANCISCO DE FREITAS
Coordenador do Sistema de Material

PROCESSO Nº.: 014.913/77
INTERESSADO: GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL - GAG
ASSUNTO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL

DESPACHO: Nos termos do artigo 3º., inciso II, alínea "a", do Decreto nº. 1.703, de 31 de maio de 1971, combinado com o artigo 30, parágrafo 3º., inciso II, do Decreto nº. 3.537, de 30 de dezembro de 1976, dispenso a licitação para compra do material especificado às fls. 11, diretamente da firma CRAL- COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES DE ALIMENTOS LTDA., no valor de Cr$ 33.800,00 (trinta e três mil e oitocentos cruzeiros).

Em, 25 de maio de 1977

FRANCISCO DE FREITAS
Coordenador do Sistema de Material

PROCESSO Nº.: 13.158/77
INTERESSADO: SEÇÃO DE MATERIAL E PATRIMONIO GAG
ASSUNTO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL

DESPACHO: Nos termos do artigo 3º., inciso II, alínea "c", do Decreto nº. 1.703, de 31 de maio de 1971, combinado com o artigo 30, parágrafo 3º., inciso II, do Decreto nº. 3.537, de 30 de dezembro de 1976, dispenso a licitação para compra do material especificado às fls. 56, diretamente da firma GRAFICA UBATAN LTDA., no valor de Cr$ 1.800,00 (um mil e oitocentos cruzeiros).

Em 26 de maio de 1977

FRANCISCO DE FREITAS
Coordenador do Sistema de Material

PROCESSO Nº.: 008.886/77
INTERESSADO: SEÇÃO DE MATERIAL E PATRIMONIO - SEA
ASSUNTO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL

DESPACHO: Nos termos do artigo 3º. inciso II, alínea "c", do Decreto nº. 1.703, de 31 de maio de 1971, combinado com o artigo 30, parágrafo 3º., inciso II, do Decreto nº. 3.537, de 30 de dezembro de 1976, dispenso a licitação para compra do material especificado às fls. 12, diretamente da firma OFITAXI, no valor de Cr$ 986,70 (novecentos e oitenta e seis cruzeiros e setenta centavos).

Em, 26 de maio de 1977

FRANCISCO DE FREITAS
Coordenador do Sistema de Material

DIVISÃO DE COMPRAS

Atos do Diretor

PROCESSO Nº: 3.020/77
INTERESSADA: IRMEL- GRÁFICA E PAPELARIA LTDA.
ASSUNTO: PEDIDO DE RETIFICAÇÃO E PRORROGAÇÃO DE PRAZO PARA ENTREGA DE MATERIAL.

DESPACHO DO DIRETOR DA DIVISÃO DE COMPRAS: A vista do pronunciamento de fls. 37 e verso, do Diretor do Almoxarifado Central-CSM- SEA, e no uso das atribuições que me são conferidas pelo art. 102, inciso II, do Regimento aprovado pelo Decreto 2.978, de 14 de agosto de 1975,

RESOLVO:

Considerar suspenso a partir de 19.04.77 até 16.05.77, a contagem do prazo de entrega do material descrito nos itens 40, 41, 42 e 43 da Nota de Empenho nº 979/76- DPC, emitida em nome da IRMEL- GRÁFICA E PAPELARIA LTDA, a fim de possibilitar o recebimento do material com 30 (trinta) dias de atraso, responsabilizando a adjudicatária ao recolhimento da multa devida.

Publique- se e Encaminhe- se às Seções de Acompanhamento e Preparo de Liquidação, a seguir, à Divisão de Liquidação- SEF.
Em 16 de maio de 1977

TIBAGY DE CASTILHO
Diretor da Divisão de Compras

PROCESSO Nº: 10.324/77
INTERESSADA: DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL- SEG
ASSUNTO: PRORROGAÇÃO DE PRAZO PARA RECEBIMENTO DE MATERIAL

DESPACHO DO DIRETOR DA DIVISÃO DE COMPRAS: A vista da decisão de fls. 10, da Comissão de Licitação- SEA, proferida na 1.618a. Reunião (Ordinária), e no uso das atribuições que me são conferidas pelo art. 102, inciso II, do Regimento aprovado pelo Decreto 2.978, de 14 de agosto de 1975,

RESOLVO:

Prorrogar até 17.04.77, o prazo de entrega do material de que trata a Nota de Empenho nº 1.172/76- DPC; emitida em nome da MOVMAQ-MÓVEIS E MÁQUINAS LTDA., apenas para possibilitar o recebimento do material com 30 (trinta) dias de atraso, ficando a adjudicatária obrigada ao recolhimento da multa devida.

Publique- se e Encaminhe- se às Seções de Acompanhamento e Preparo de Liquidação.
Em 20 de maio de 1977

TIBAGY DE CASTILHO
Diretor da Divisão de Compras

PROCESSO Nº: 52.590/77
INTERESSADO: OLIVETTI DO BRASIL S/A.
ASSUNTO: PAGAMENTO DE FATURA

DESPACHO DO DIRETOR DA DIVISÃO DE COMPRAS: Face ao pronunciamento da Seção de Preparo de Liquidação e de acordo com o disposto no art. 57, do Decreto nº 1.703, de 31 de maio de 1971, e ainda, no uso das atribuições que me são conferidas pelo art. 102, inciso III, do Regimento aprovado pelo Decreto nº 2.978, de 14 de agosto de 1975, aplico à firma OLIVETTI DO BRASIL S/A., a multa de Cr$ 19,80 (Dezenove cruzeiros e oitenta centavos), pelo atraso de 03 (três) dias na entrega do material, cujo fornecimento lhe foi adjudicado através da Nota de Empenho nº 301/77- DPC, de acordo com as condições estabelecidas para realização do (a) Dispensa de Licitação nº 23/77- DC, de que participou.

Publique- se, dê- se ciência ao interessado e, em seguida, encaminhe-se à Divisão de Liquidação.

Em 23 de maio de 1977.

TIBAGY DE CASTILHO
Diretor da Divisão de Compras
CSM- SEA

PROCESSO Nº: 14.837/77
INTERESSADO: IRMEL- GRÁFICA E PAPELARIA LTDA.
ASSUNTO: PAGAMENTO DE FATURA

DESPACHO DO DIRETOR DA DIVISÃO DE COMPRAS: Face ao pronunciamento da Seção de Preparo de Liquidação e de acordo com o disposto no art. 57, do Decreto nº 1.703, de 31 de maio de 1971, e ainda, no uso das atribuições que me são conferidas pelo artigo. 102, inciso III, do Regimento aprovado pelo Decreto nº 2.978, de 14 de agosto de 1975, aplico à firma IRMEL- GRÁFICA E PAPELARIA LTDA., a multa de Cr$ 4.585,06 (Quatro mil, quinhentos e oitenta e cinco cruzeiros e seis centavos) pelo atraso ocorrido na entrega do meterial, cujo fornecimento lhe foi adjudicado através da Nota de Empenho nº 979/76- DPC., de acordo com as condições estabelecidas para realização do (a) Tomada de Preços nº 72/76- SEA de que participou.

Publique- se, dê- se ciência ao interessado e, em seguida, encaminhe se à Divisão de Liquidação.

Em 23 de maio de 1977.

TIBAGY DE CASTILHO
Diretor da Divisão de Compras
CSM- SEA.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

ATOS DO SECRETÁRIO

PORTARIA Nº 004 DE 06 DE JANEIRO DE 1977.

O Secretário de Educação e Cultura do Distrito Federal, no uso das atribuições que lhe confere o inciso I do Artigo 37, do Regimento aprovado pelo Decreto nº 2.893, de 13/05/75, e tendo em vista o disposto no Parecer nº 116/76- CEDF, aprovado pelo Conselho de Educação do Distrito Federal, conforme o Processo nº 069804/74- GDF.

RESOLVE:

1. Conceder autorização de funcionamento, por 04 (quatro) anos, à Escola Moderna Maria Montessori, localizada à Av. W- 5 Sul, Quadra 913, Lotes 50/52, mantida pela Província Carmelitana de Santo Elias, com sede à Rua Morais e Vale, nº 60, Rio de Janeiro.

2. Autorizar o funcionamento do Ensino Pré- Escolar (Maternal e Jardim de Infância) da referida escola;

3. Validar os atos escolares praticados pelo Estabelecimento até a presente data. com referência especifica para o Ensino de 1º Grau, 1a. e 4a. séries, ministrados de 1971 a 1975;

4. O Estabelecimento a que se refere a presente Portaria ficará sujeito à inspeção nos termos da legislação em vigor.

Distrito Federal, 06 de janeiro de 1977.

WLADIMIR MURTINHO
Secretário de Educação e Cultura

PROCESSO Nº 069804/74-GDF
INTERESSADO: ESCOLA MODERNA MARIA MONTESSORI.
ASSUNTO: Pela autorização de funcionamento, por 04 anos, da Escola Moderna Maria Montessori, localizada à Av. W- 5 Sul, Quadra 913, lote 50/52, e dá outras providências.

HOMOLOGO o Parecer nº 116/76- CEDF, de 22/12/76, aprovado, por unanimidade, pelo Conselho de Educação do Distrito Federal em sessão plenária da mesma data, cuja conclusão é no sentido de:

- ser concedida autorização de funcionamento por 04 (quatro) anos à Escola Moderna MARIA MONTESSORI, localizada à Av. W- 5 Sul, Quadra 913, Lotes 50/52, mantida pela Província Carmelitana de Santo Elias, com sede à Rua Morais e Vale, nº 60, 4º andar, Rio de Janeiro;
- autorizar o funcionamento do Ensino Pré- Escolar (Maternal e Jardim de Infância) do referido Educandário;
- validar até a presente data os atos escolares praticados pelo Estabelecimento, com referência especifica para o Ensino de 1º Grau, 1a. a 4a. séries, ministrados de 1971 a 1975;

Em 06/01/77

WLADIMIR MURTINHO
Secretário de Educação e Cultura

Parecer nº 116/76- CEDF
Processo nº 069804/74- GDF

Pela autorização de funcionamento, por 4 anos, da Escola Moderna Maria Montessori, localizada à Av. W/5 Sul, Quadra 913, Lotes 50/52, e dá outras providências.

HISTÓRICO- A Escola Moderna Maria Montessori, em expediente datado de 09.X.74, solicita autorização de funcionamento e aprovação de regimento, propondo cursos de educação anterior ao 1º Grau Maternal e Jardim de Infância, e ensino de 1º Grau.

Posteriormente, em data de 11 de maio de 1976 (fls. 139), comunica o encerramento, por tempo indeterminado, a partir de dezembro de 1975, das atividades do ensino de 1º Grau- 1a. a 4a. séries, e solicita a validação dos atos escolares no referido grau, de 1971 a 1975, persistindo, como se observa, o pedido inicial referente à autorização de funcionamento para os cursos de educação anterior ao 1º Grau Maternal e Jardim de Infância.

ANÁLISE- 2. A Escola interessada apresentou Regimento Escolar; para funcionamento do Maternal, Jardim de Infância e o Ensino de 1º Grau (fls. 105/130, sendo o mesmo aprovado pelo órgão próprio do SEC, através da Ordem de Serviço nº 30/75- DIE (fls. 134).

3. Pela inspeção prévia efetivada, conforme relato de fls. 147/150, e pelo encaminhamento de fls. 169/171, do DIE/SEC, constata- se que a Escola Moderna Maria Montessori atende às exigências mínimas determinadas pelo artigo 154, da Resolução nº 01/74- CEDF, para fins de autorização de funcionamento, a saber:

a) idoneidade moral e profissional da Diretora e do Corpo Docente (fls. 142 e 161/166, sendo que a diretora foi autorizada para exercer a função a título precário, conforme Parecer nº 120/71- CEDF;

b) instalações físicas e pedagógicas satisfatórias;

c) escrituração escolar e arquivo assegurando a verificação da identidade de cada aluno e da regularidade e autenticidade da vida escolar, bem como do funcionamento da Escola (fls. 149/150 e 152);

d) capacidade financeira da mantenedora, que é a Província Carmelitana de Santo Elias, cujos Estatutos, registrados em Cartório, encontram- se às fls. 07;

e) a anuidade escolar para 1976 foi aprovada pelo Parecer nº 74/76- CEnE/CEDF;

f) organização didática ajustada às diretrizes e bases fixadas em lei, sendo que o Planejamento Didático (fls. 39/47) atende às determinações legais, e,

g) o Estabelecimento vem procurando atender às determinações do Conselho de Educação do Distrito Federal.

4. Trata- se, na realidade, de Escola que ministra curso de educação anterior ao ensino de 1º grau através de método cuja eficácia já alcançou, em diferentes Países, elevado índice de conceituação.

A educadora Maria Montessori, como se sabe, e está também registrada no presente processo, não se limitou, a pregar o que deve ser feito mas ofereceu também o como tazer em educação:

"No método Montessori não se procura mais aplicar a psicologia à criança, mas deixa que a criança nos revele sua própria psicologia; não se procura mais "moldar" a natureza da criança, sua personalidade e seu caráter, mas oferece um auxílio inteligente à natureza da criança, para que ela desenvolva sua própria personalidade e seu próprio caráter".

Na expressão de S.S. Mc Lure, dissertando sobre o emprego do método científico em educação, a educadora Maria Montessori é apontada como "a mulher que observa crianças como um naturalista observa abelhas".

No método empregado, destaque-se por último, atribu- se um novo papel para a escola e para o professor:

"Não apenas a mera transmissão de conhecimentos, mas o auxílio único que descobre, que se movimenta

O aluno não mais depende exclusivamente do professor para aprender, para saber se errou ou acertou: ele aprende por si mesmo, através de sua própria atividade, do material, do ambiente que rodeia. O professor é o orientador, o guia, o organizador da situação de aprendizagem. Entretanto, é o aluno quem dirige sua própria aprendizagem".

PARECER 5- Em se tratando de ensino e atendimento na área do pré-escolar, onde a orientação normativa estabelecida na Resolução nº 01/74- CEDF se aplica também, no que couber (Parágrafo único do Art. 153), e tendo em vista os elementos que instruem o processo em exame e atestam o pleno atendimento da requerente às exigências em vigor, o parecer é no sentido de:

ser concedida autorização de funcionamento por 04 (quatro) anos à Escola Moderna Maria Montessori, localizada à Av. W/5 Sul, Quadra 913, Lotes 50/52, mantida pela Província Carmelitana de Santo Elias, com sede à Rua Morais e Vale, nº 60, 4º andar, Rio de Janeiro;

autorizar o funcionamento do Ensino Pré- Escolar (Maternal e Jardim de Infância) do referido Educandário;

validar até a presente data os atos escolares praticados pelo Estabelecimento, com referência especifica para o Ensino de 1º Grau, 1a. a 4a. séries, ministrados de 1971 a 1975.

Sala "Helena Reis", Brasília, 22 de dezembro de 1976.

JÚLIO CÉSAR SANTOS
Relator
Aprovado na C.E. e em Plenário em 22.12.76.
CONSELHO DE EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL
ANNA BERNARDES DA S. ROCHA
Presidente

(DAR, de 27.05.77- Cr$ 705, 60)

CONSELHO DE EDUCAÇÃO

Processo nº. 003538/77 - GDF
Parecer 16/77 - CEDF

Aprova o plano de funcionamento da Escola Classe 409/ Norte de Brasília - DF.

1.0 - Histórico - O processo em exame é de interesse da FEDF que solicita o exame com vistas a aprovação do "Plano de Instalação" e o de "Funcionamento" da Escola Classe 409 Norte, de Brasília, DF. O processo teve longa tramitação pela FEDF e pela SEC, para chegar finalmente a este Conselho, a fim de obter a aprovação do "Plano de Funcionamento".

2.0 Análise
2.1 Quanto a aprovação das instalações da Escola, o assunto é da competência do Conselho Diretor da FEDF e já foram pelo mesmo aprovadas (Resolução 30/74 - CD de 18.07.74) fls. 16.

2.2 - Quanto a aprovação do "plano de funcionamento" da escola, competência deste colegiado (art. 7º. item) VII VII do Regimento do CEDF) cumpre - me destacar que:

2.2.1 - As características do estabelecimento e a designação dada a escola atendem ao que dispõe o art. 10 da Resolucão nº. 01/74- CEDF.

2.2.2 - O "plano de funcionamento" da Escola Classe 409 Norte (fls. 30 a 51) está cuidadosamente apresentado e atende a legislação vigente e consta dos seguintes itens:
Identificação do Estabelecimento: Escola Classe 409 Norte;

Instalações : 10 (dez) salas de aulas e salas especiais para: educação artística, orientação Pedagógica, Audi visual e Leitura, além das aulas de administração, para os depósitos cantina e lavatórios. Todas as instaçaões adequadas ao tipo de escola.

Atendimento: das condições onde estão descritas as normas referentes a:
Matrícula
Organização das turmas
Controle de frequência dos alunos
Renovação de Matrícula
Remanejamento de alunos
Transferências

Escrituração Escolar e Pastas de Arquivamento: estão indicadas todos os livros e pastas de arquivo que asseguram a identidade escolar de cada aluno da escola.

Currículo da Escola: neste item procura - se identificar os fins da escola, o objetivo geral da educação a ministrar, e como é estruturada a educação na formação geral e formação especial, quais os conteúdos curriculares, como será feita a verificação do rendimento escolar, a duração do período letivo e a proposta curricular.

Recursos Humanos: é demonstrado que a escola contará com pessoal suficiente quanto a Direção, o apoio administrativo e corpo docente.

Recursos Materiais com a descrição pormenorizada do material permanente e material de consumo com que contará a escola.

O "Plano de funcionamento" atende portanto à todas as exigências legais e nos assegura que a escola está em condições de realizar um excelente trabalho.

3.0 - Parecer
Aprova o plano de funcionamento da Escola Classe 409 Norte, de Brasília, DF, e dá validade aos atos escola praticadas pela Escola até a presente data.

Sala "Helena Reis", Brasília, 06 de abril de 1977.

JOSÉ TEIXEIRA DA COSTA NAZARETH
Relator

Aprova na C.E. e em Plenário em 06/04/77.

CONSELHO DE EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL

ANNA BERNARDES DA S. ROCHA
Presidente

Parecer nº 22/77 - CEDF
Processo nº: 007289/77 - GDF

Aprecia solicitação de outorga de certificado de conclusão de exames supletivos de 2º grau e conclui pela necessidade de prestação dos exames de História e Ciências Físicas e Biológicas.

Senhor Presidente
Senhores Conselheiros.

A - HISTÓRICO - Vânia de Araújo Alberto requer, ao Diretor Geral do DSU/MEC, que esclareça se os certificados parcelados de exames de disciplinas em que foi aprovada são suficientes para que obtenha certificado de conclusão do ensino de 2º grau. Junta a documentação (fls. 2 a 11).

O Parecer nº 11/77 da Colene DSU/MEC (fls. 16 a 18), assim conclui:

"1. - Nos termos legais e do requerimento, a interessada tem número de disciplinas eliminadas suficientes para receber o certificado de conclusão do ensino em nível de 2º grau (2º ciclo), com validade nacional.

2. - Encaminhe - se a matéria ao Sistema de Ensino do Distrito Federal, ao qual cabe, de pleno direito, sobre ela ajuizar".

O diretor - geral do DSU/MEC envia o processo ao Secretário de Educação e Cultura do Distrito Federal "para as providências cabíveis" (fls. 19 a 21) e este o remete ao Conselho para apreciação.

Devidamente estudado e informado pela Assessoria Técnica do órgão (fls. 23 a 26) vai o processo à Câmara de Legislação e Normas, e, desta, à relatora (fls. 27).

B - ANÁLISE - 1. O exame do processo informa que a interessada se dirigiu ao DSU/MEC, após ver negada sua pretensão de receber o certificado de conclusão do 2º grau, junto à Secretaria do Supletivo do Colégio da Asa Sul e não haver logrado êxito junto a este Colegiado, uma vez que a Secretaria deste órgão com base no Parecer nº 96/76 - CEDF, determinou o arquivamento do outro processo da requerente, de igual solicitação.

2. A interessada concluiu, com aproveitamento, os exames abaixo discriminados:
Português em 12/1971 em Anápolis
Sociologia em 12/1971 em Brasília
Ed. Moral e Cívica em 12/1973 em Goiânia
Espanhol em 12/1975 em Brasília
Os quatro exames se efetivaram no Regime da Lei nº 4024/61, portanto exames de Madureza. Em 1976, foi aprovada nos seguintes exames supletivos:
Geografia em 06/1976 em Brasília
O.S.P.B. em 06/1976 em Brasília
Matemática em 11/1976 em Brasília

3. A interessada invoca os Pareceres nºs. 541/72 [illegible]110/76 do egrégio Conselho Federal de Educação e, ainda, o de nº 109/76 deste Colegiado.

É necessário considerar - se, no exame do processo em pauta:

3.1. A competência deste Conselho outorgada na Lei nº 5692/71 - Parágrafo único do art. 24.

3.2. O Parecer nº 31/72 - CEDF que estabeleceu o ano de 1975 como limite para vigência do regime da Lei nº 4024/61 no sistema de ensino do D.F.

3.3. O próprio parecer do Colene DSU/MEC admite que "a requerente tem "número" de disciplinas eliminadas suficientes para concluir o ensino de segundo grau" (o grifo é nosso). Todavia não aprecia a qualidade do elenco de disciplinas em relação às exigências mínimas do Sistema Educacional, preferindo remeter o processo à consideração deste Colegiado.

3.4. O caso em pauta é em tudo semelhante ao apreciado no Parecer nº 96/76 - CEDF que negou a concessão do certificado, por falta de exame de matéria do Núcleo Comum e de reprovação do requerente.

No presente processo, verifica - se que a interessada prestou exames fora de Brasília e em Brasília e deixou de prestar provas de História e Ciências Físicas e Biológicas.

Quando prestou exames em 1975, já este Colegiado decidira que o regime da Lei nº 4024 não mais vigoraria para o ensino no DF, a partir daquele ano. Era o momento de a interessada orientar suas provas segundo o novo regime de ensino, o que não fez. Em 1976, embora candidata a novos exames, não cumpriu as matérias indispensáveis. Este Colegiado admite as aprovações anteriores, mas não pode considerar concluído o segundo grau se a interessada não comprovou suficiência, em História e Ciências Físicas e Biológicas, porquanto, no DF, após 1975, inexiste o regime da Lei 4024, salvo para procedimentos de aproveitamento de estudos, o que deve ser feito, considerando - se as aprovações obtidas pela requerente em Português, Educação Moral e Cívica, e Espanhol, todas sob égide, do antigo regime.

Outro não deverá ser o comportamento da administração do sistema educacional, para os casos de cursos de qualquer modalidade.

O Parecer nº 541/72, ao fixar que "os candidatos que iniciaram o antigo "madureza" no regime da Lei nº 4024/61 e que tenham sido aprovados até 31 de dezembro de 1971 em uma ou mais disciplinas então exigidas poderão submeter - se a exames das restantes do sistema anterior, dentro dos limites da idade também, fixados pela mesma Lei 4024/61", não eximiu, como não poderia, a obrigação dos sistemas de ensino de programarem a implantação do novo regime, nos termos do artigo 72, e seu parágrafo da Lei nº 5692/71, estabelecendo por conseguinte, prazos e condições dessa implantação.

Não há em face do parecer do egrégio Conselho Federal, por conseguinte, outra forma de interpretar a concessão. Realmente, os candidatos indicados no parecer poderão continuar os exames nos sistemas educacionais, desde que tais exames sejam oferecidos, evidentemente, o que não é o caso do Distrito Federal, onde as concessões foram além do prescrito na própria Lei 5692/71, em seu artigo 85.

C - PARECER - Considerados os dados da análise nosso parecer é no sentido de que a requerente fará jús ao certificado de conclusão de exames supletivos de 2º grau, no DF, após aprovação em História e Ciências Físicas e Biológicas.

Sala "Helena Reis", Brasília, 20 de abril de 1977

ANNA BERNARDES DA SILVEIRA ROCHA
Relatora
Aprovado na C.L.N. e em Plenário em 20.04.77.

Conselho de Educação do Distrito Federal

ANNA BERNARDES DA S. ROCHA
Presidente

FUNDAÇÃO EDUCACIONAL

DEPARTAMENTO GERAL DE ADMINISTRAÇÃO

Atos do Diretor

"FALTAS RELEVADAS NOS TERMOS DO ART. 123 DA LEI 1711 DE 28.10.52".

PAPELETA 00028/77 - SM
SERVIDOR: Maria Daci de Araújo
MATRÍCULA: 3148
Período: 09.02.77 a 11.02.77

PAPELETA: 00031/77 - SM
SERVIDOR: Mª Ruth Lopes Pontes
MATRÍCULA: 3297
Período: 14.02.77 a 16.02.77

PAPELETA 00033/77 - SM
SERVIDOR: Mª. de Lourdes C. Peixoto
MATRÍCULA: 3388
Período: 10.02.77

PAPELETA: 00037/77 - SM
SERVIDOR: Renilda da S. Neves
MATRÍCULA: 3523
Período: 14.02.77 a 16.02.77

PAPELETA: 00039/77 - SM
SERVIDOR: Mª José de L. Dias
MATRÍCULA: 4203
Período: 01.02.77 a 03.02.77

PAPELETA: 00030/77 - SM
SERVIDOR: Mª das Neves Costa Morici
MATRÍCULA: 3270
Período: 01.02.77 a 03.02.77

PAPELETA: 00034/77 - SM
SERVIDOR: Mª de Lourdes C. Peixoto
MATRÍCULA: 3388
Período: 03.02.77 a 04.02.77

PAPELETA: 00035/77 - SM
SERVIDOR: Nativalina Costa Oliveira
MATRÍCULA: 3423
Período: 14.02.77 a 16.02.77

PAPELETA 0018/77 - SM
SERVIDOR: Antonio R. Gonçalves
MATRÍCULA: 3760
Período: 27.01.77 a 29.01.77

PAPELETA: 00019/77 - SM
SERVIDOR: Mirian A. da Fonseca
MATRÍCULA: 4256
Período: 24.01.77 a 26.01.77

FALTAS RELEVADAS NOS TERMOS DO ART. 123 DA LEI 1711 DE 28.10.52".

PAPELETA 00041/77 - SM
SERVIDOR: Paulo de O. Burgos
MATRÍCULA: 4317
Período: 16.02.77 a 18.02.77

PAPELETA: 0190/77 - GDF
SERVIDOR: Ilá Francisca G. Queiroz
MATRICULA: 5033
Período: 10.01.77 a 12.01.77

"LIC. TRAT. SAUDE NOS TERMOS DO ARTS. 97, E 98 DA LEI 1711 DE 28.10.52".

PAPELETA: 00028/77 - SM
SERVIDOR: Mª Daci de Araújo
MATRÍCULA: 3148
Período: 12.02.77 a 18.02.77

PAPELETA: 00035/77 - SM
SERVIDOR: Nativalina C. Oliveira
MATRÍCULA: 3423
Período: 17.02.77 a 28.02.77

PAPELETA: 00018/77 - SM
SERVIDOR: Antonio R. Gonçalves
MATRÍCULA: 3760
Período: 30.01.77 a 20.02.77

PAPELETA: 00019/77 - SM
SERVIDOR: Miriam A. da Fonseca
MATRÍCULA: 4256
Período: 27.01.77 a 28.01.77

PAPELETA: 019/77 - GDF
SERVIDOR: Ilá Francisca G. Queiroz
MATRÍCULA: 5033
Período: 13.01.77 a 21.01.77

PAPELETA: 00030/77 - SM
SERVIDOR: Mª das Neves C. Morici
MATRÍCULA: 3270
Período: 04.02.77 a 15.02.77

PAPELETA: 00037/77 - SM
SERVIDOR: Renilda da Silva Neves
MATRÍCULA: 3523
Período: 17.02.77 a 28.02.77

PAPELETA: 00039/77 - SM
SERVIDOR: Mª José de Lima Dias
MATRÍCULA: 4203
Período: 04.00.77 a 02.03.77

PAPELETA: 00041/77 - SM
SERVIDOR: Paulo de O. Burgos
MATRÍCULA: 4317
Período: 19.02.77 a 27.02.77

"PROR. LIC. TRAT. SAUDE NOS TERMOS DOS ARTS. 93, 97 E 98 DA LEI 1711 DE 28.10.52".

PAPELETA: 00027/77 - SM
SERVIDOR: Claro L. de Souza
MATRICULA: 0817
Período: 01.02.77 a 11.02.77

PAPELETA: 00036/77 - SM
SERVIDOR: Pedro Lino de Jesus
MATRICULA: 3503
Período: 10.02-.77 a 10.04.77

PAPELETA: 00042/77 - SM
SERVIDOR: Paulo de O. Burgos
MATRICULA: 4317
Periodo: 28.02.77

PAPELETA: 0215/77 - GDF
SERVIDOR: Ilá Francisca G. Queiroz
MATRICULA: 5033
Período: 22.01.77 a 05.02.77

PAPELETA: 00029/77 - SM
SERVIDOR: Mª. de Lourdes Rodrigues
MATRICULA: 3234
Período: 01.02.77 a 15.02.77

PAPELETA: 00038/77 - SM
SERVIDOR: Alberto L. do R. Barros
MATRICULA: 3713
Período: 14.02.77 a 14.04.77

PAPELETA: 00044/77 - SM
SERVIDOR: Ednei Vaz Duarte Silva
MATRICULA: 4877
Período: 14.02.77 a 14.05.77

"PROR. LIC. TRAT. SAUDE NOS TERMOS DOS ARTS. 93, 97 e 99 DA LEI 1711 DE 28.10.52".

PAPELETA: 0388/77 - GDF
SERVIDOR: Antonio L. Ramos
MATRICULA: 2381
Período: 01.02.77 a 28.02.77

PAPELETA: 0440/77 - GDF
SERVIDOR: Mª. Inés F; Mourão
MATRICULA: 3205
Período: 01.02.77 a 28.02.77

PAPELETA: 0385/77 - GDF
SERVIDOR: Mª Nazareth C. Macêdo
MATRICULA: 3265
Período: 01.02.77 a 28.02.77

PAPELETA: 0317/77 - GDF
SERVIDOR: Regina H. V. Abreu
MATRICULA: 3521
Período, 01.02.77 a 01.03.77

PAPELETA: 0393/77 - GDF
SERVIDOR: Zeizo E. R. de Araújo
MATRICULA: 3667
período: 29.01.77 a 02.02.77

PAPELETA: 0358/77 - GDF
SERVIDOR: Irene F. Barbosa
MATRICULA: 3986
Período: 30.01.77 a 20.04.77

PAPELETA: 0435/77 - GDF
SERVIDOR: Mª Carvalho da S. Souza
MATRICULA: 3130
Período: 01.02.77 a 03.04.77

PAPELETA: 0243/77 - GDF
SERVIDOR: Maria Mendes
MATRICULA: 3258
Período: 01.01.77 a 31.01.77

PAPELETA: 0268/77 - GDF
SERVIDOR: Nilza Silva
MATRICULA: 3459
Período: 10.01.77 a 10.03.77

PAPELETA: 0322/77 - GDF
SERVIDOR: Silvano E. Sobrinho
MATRICULA: 3559
Período: 01.01.77 a 28.02.77

PAPELETA: 0411/77 - GDF
SERVIDOR: Aurora B. Bastos
MATRICULA: 3776
Período: 03.02.77 a 30.04.77

PAPELETA: 0481/77 - GDF
SERVIDOR: Lindolfo Lino dos Santos
MATRICULA: 4129
Período: 03.02.77 a 09.02.77

"PROR. LIC. TRAT. SAUDE NOS TERMOS DOS ARTS. 93, 97 e 99 DA LEI 1711 DE 28.10.52".

PAPELETA: 0506/77 - GDF
SERVIDOR: Lindolfo L. dos Santos
MATRICULA: 4129
Período: 10.02.77 a 14.02.77

PAPELETA: 0286/77 - GDF
SERVIDOR: Aparecida Castilha
MATRICULA: 4693
Período: 25.01.77 a 24.04.77

PAPELETA: 0400/77 - GDF
SERVIDOR: Silvio Mendes
MATRICULA: 4383
Período:01.02.77 a 01.05.77

PAPELETA: 0325/77 - GDF
SERVIDOR: Gilda O. Siqueira
MATRICULA: 4980
Período: 23.12.76 a 20.03.77

"LICENÇA GESTANTE NOS TERMOS DO ARTIGO 107 DA LEI 1711 DE 28.10.52".

PAPELETA: 0016/77 - SM
SERVIDOR: Miracy P. Pitrez
MATRICULA: 3391
Período: 27.12.76 a 26.04.77

PAPELETA: 00040/77 - SM
SERVIDOR: Mª Lúcia C. Dib G. Souza
MATRICULA: 4214
Período: 14.02.77 a 13.06.77

"LICENÇA M.D.P. FAMILIA NOS TERMOS DO ARTIGO 1711 DE 28.10.52".

PAPELETA: 00043/77 - SM
SERVIDOR: Gelcina C. de Araújo
MATRICULA: 4750
Período: 15.02.77

"FALTAS RELEVADAS NOS TERMOS MOS DO ARTIGO 106 DA LEI 1711 DE 28.10.52".

PAPELETA: 00020/77 - SM
SERVIDOR: Ires T. Guberobich
MATRICULA: 5059
Período: 21.01.77.

PAPELETA: 00021/77 - SM
SERVIDOR: Ires. T. Guberobich
MATRICULA: 5059
Período: 24.01.77

PAPELETA: 00022/77 - SM
SERVIDOR: Sidney de C. Veras
MATRICULA: 7017
Período: 24.12.76 a 26.12.76

PAPELETA: 00049/77 - SM
SERVIDOR: Edite A. de Macêdo
MATRICULA: 7278
Período: 14.02.77 a 16.02.77

PAPELETA: 00050/77 - SM
SERVIDOR: Rosa Mª Ramos Alves
MATRICULA: 7314
Período: 15.02.77 a 17.02.77

PAPELETA: 00051/77 - SM
SERVIDOR: Elza da C. Ferreira
MATRICULA: 7349
Período: 01.02.77 a 03.02.77

PAPELETA: 00053/77 - SM
SERVIDOR: Mª Stella M. Gaspar
MATRICULA: 7913
Período: 13.02.77 a 15.02.77

PAPELETA: 00056/77 - SM
SERVIDOR: Adelma de M. Fonseca
MATRICULA: 8593
Período: 18.02.77

PAPELETA: 00057/77 - SM
SERVIDOR: Ana Mª D. S. Vieira
MATRICULA: 8696
Período: 08.02.77 a 10.02.77

PAPELETA: 00059/77 - SM
SERVIDOR: Iraci L. da Silva
MATRICULA: 8799
Período: 14.02.77 a 16.02.77

PAPELETA: 00060/77 - SM
SERVIDOR: Iraci Lopes da Silva
MATRICULA: 8940
Período: 14.02.77 a 16.02.77

"FALTAS RELEVADAS NOS TERMOS DO ART. 123 DA LEI 1711 DE 28.10.52".

PAPELETA: 00061/77 - SM
SERVIDOR: Jônathas de B. Nunes
MATRICULA: 8963
PERIODO: 15.02.77 a 17.02.77

PAPELETA: 00063/77 - SM
SERVIDOR: Lygia B. Moreira
MATRICULA: 9030
PERIODO: 14.02.77 a 16.02.77

PAPELETA: 00062/77 - SM
SERVIDOR: Carlos Florence Braga
MATRICULA: 8967
PERIODO: 14.02.77 a 16.02.77

PAPELETA: 00070/77 - SM
SERVIDOR: Lilia Portugal Magnavita
MATRICULA: 3032
PERIODO: 14.02.77 a 16.02.77

"LIC. TRAT. SAUDE NOS TERMOS DOS ARTS. 97 E 98 DA LEI 1711 DE 28.10.52".

PAPELETA: 00022/77 - SM
SERVIDOR: Sidney de C. Veras
MATRICULA: 7017
PERIODO: 27.12.76 a 31.12.76

PAPELETA: 00049/77 - SM
SERVIDOR: Edite A. de Macêdo
MATRICULA: 7278
PERIODO: 17.02.77 a 05.03.77

PAPELETA: 00057/77 - SM
SERVIDOR: Ana Mª. D.S. Vieira
MATRICULA: 8696
PERIODO: 11.02.77 a 22.02.77

PAPELETA: 00060/77 - SM
SERVIDOR: Iraci Lopes da Silva
MATRICULA: 8940
PERIODO: 17.02.77 a 18.02.77

PAPELETA: 00062/77 - SM
SERVIDOR: Carlos F. Braga
MATRICULA: 8967
PERIODO: 17.02.77 a 28.02.77

PAPELETA: 00070/77 - SM
SERVIDOR: Lilia P. Magnavita
MATRICULA: 3032
PERIODO: 17.02.77 a 28.02.77

PAPELETA: 00048/77 - SM
SERVIDOR: Vicentina L. V. de Sousa
MATRICULA: 7174
PERIODO: 05.02.77 a 16.02.77

PAPELETA: 00053/77 - SM
NOME: Mª. Stella M. Gaspar
MATRICULA: 7913
PERIODO: 16.02.77 a 22.02.77

PAPELETA: 00059/77 - SM
SERVIDOR: Iraci Lopes da Silva
MATRICULA: 8799
PERIODO: 17.02.77 a 18.02.77

PAPELETA: 00061/77 - SM
SERVIDOR: Jônathas de B. Nunes
MATRICULA: 8963
PERIODO: 18.02.77 a 15.04.77

PAPELETA: 00063/77 - SM
SERVIDOR: Lygia B. Moreira
MATRICULA: 9030
PERIODO: 17.02.77 a 28.02.77

"PROR. LIC. TRAT. SAUDE NOS TERMOS DOS ARTS. 93, 97 E 98 DA LEI 1711 DE 28.10.52".

PAPELETA: 00046/77 - SM
SERVIDOR: Judith F. Janini
MATRICULA: 5138
PERIODO: 31.01.77 a 14.02.77

PAPELETA: 00052/77 - SM
SERVIDOR: Alberto L. R. Barros
MATRICULA: 7829
PERIODO: 14.02.77 a 14.04.77

PAPELETA: 00024/77 - SM
SERVIDOR: Rosa Mª. R. Alves
MATRICULA: 7314
PERIODO: 11.12.76 a 15.12.76

PAPELETA: 00162/77 - GDF
SERVIDOR: Sebastião Pinto de Paula
MATRICULA: 11294
PERIODO: 01.01.77 a 31.01.77

"PROR. LIC. TRAT. SAUDE NOS TERMOS DOS ARTS. 93, 97 E 99 DA LEI 1711 DE 28.10.52".

PAPELETA: 0446/77 - GDF
SERVIDOR: João Ribeiro da Silva
MATRICULA: 5102
PERIODO: 01.02.77 a 03.03.77

PAPELETA: 0401/77 - GDF
SERVIDOR: Pauline A.S. Ferreira
MATRICULA: 7091
PERIODO: 01.02.77 a 02.02.77

PAPELETA: 0465/77 - GDF
SERVIDOR: Margarida de O. Galvão
MATRICULA: 9434
PERIODO: 31.01.77 a 31.03.77

PAPELETA: 0429/77 - GDF
SERVIDOR: José Gomes Pedrosa
MATRICULA: 15373
PERIODO: 06.02.77 a 08.03.77

PAPELETA: 0324/77 - GDF
SERVIDOR: Olímpio D. de Souza
MATRICULA: 17483
PERIODO: 30.11.76 a 31.01.77

PAPELETA: 0463/77 - GDF
SERVIDOR: Mª. Tereza da Silva
MATRICULA: 5371
PERIODO: 29.01.77 a 28.04.77

PAPELETA: 0311/77 - GDF
SERVIDOR: Antonia D. da Silva
MATRICULA: 7228
PERIODO: 01.12.76 a 31.03.77

PAPELETA: 0333/77 - GDF
SERVIDOR: Erondina de M. Gomes
MATRICULA: 9867
PERIODO: 01.02.77 a 30.04.77

PAPELETA: 0302/77 - GDF
SERVIDOR: João José Pereira
MATRICULA: 16739
PERIODO: 16.01.77 a 31.07.77

"LICENÇA GESTANTE NOS TERMOS DO ARTIGO 107 DA LEI 1711 DE 28.10.52".

PAPELETA: 00045/77 - SM
SERVIDOR: Iolanda R. Rosa
MATRICULA: 5045
PERIODO: 08.02.77 a 07.06.77

PAPELETA: 00023/77 - SM
SERVIDOR: Delza G. Moura
MATRICULA: 7031
PERIODO: 12.01.77 a 11.05.77

"LICENÇA M.D.P. FAMILIA NOS TERMOS DO ARTIGO 106 DA LEI 1711 DE 28.10.52".

PAPELETA: 00054/77 - SM
SERVIDOR: Marilene B. Rocha
MATRICULA: 8194
PERIODO: 17.02.77

PAPELETA: 00058/77 - SM
SERVIDOR: Paulina A.R. da Silva
MATRICULA: 8766
PERIODO: 11.02.77 a 17.02.77

PAPELETA: 00055/77 - SM
SERVIDOR: Mª. Eunice S. do A. Carvalho
MATRICULA: 8516
PERIODO: 14.02.77 a 25.02.77

"LICENÇA GALA NOS TERMOS DO ARTIGO 153 ITEM I DA LEI 1711 DE 28.10.52".

PAPELETA: 0001/77 - DPe
SERVIDOR: Mª. do Perpétuo Pinheiro
MATRICULA: 8130
PERÍODO: 26.01.77 a 02.02.77

"FALTAS RELEVADAS NOS TERMOS DO ART. 123 DA LEI 1711 DE 28.10.52".

PAPELETA: 00066/77 - SM
SERVIDOR: Mª. Lúcia O. de Souza
MATRICULA: 70032
PERÍODO: 14.02.77 a 16.02.77

PAPELETA: 00067/77 - SM
SERVIDOR: Mª. Garcia Borges
MATRICULA: 70055
PERÍODO: 15.02.77

"LIC. TRAT. SAÚDE NOS TERMOS DOS ARTS. 97 E 98 DA LEI 1711 DE 28.10.52".

PAPELETA: 00066/77 - SM
SERVIDOR: Mª. Lúcia O. Souza
MATRICULA: 70032
PERÍODO: 17.02.77 a 18.02.77

CARMEN LÚCIA DE QUEIROZ

GDF - SEC - FEDF
Departamento Geral de Administração
DPe. Núcleo de Assistência Médico - Odontológica
OSAIR TAVARES SILVA
Chefe

"PROR. LIC. TRAT. SAÚDE NOS TERMOS DOS ARTS. 93, 97 e 98 DA LEI 1711 DE 28.10.52".

PAPELETA: 00068/77 - SM
SERVIDOR: José A. de Pereira
MATRICULA: 70073
Período: 31.01.77 a 11.02.77

PAPELETA: 00069/77 - SM
SERVIDOR: Valderez G. Ilhesca
MATRICULA: 70083
Período 04.02.77 a 18.02.77

"FALTAS RELEVADAS NOS TERMOS DO ART. 123 DA LEI 1711 DE 28.10.52"

PAPELETA: 00108/77 - SM
SERVIDOR: Lilia P. Magnavita
MATRICULA: 3032
Período: 01.03.77 a 03.03.77

PAPELETA: 0110/77 - SM
SERVIDOR: Livete S. Silva
MATRICULA: 3039
Período: 02.03.77 a 04.03.77

PAPELETA: 00112/77 - SM
SERVIDOR: M.ª Helena S. Carneiro
MATRICULA: 3200
Período: 14.03.77 a 16.03.77

PAPELETA: 0114/77 - SM
SERVIDOR: M.ª de Lourdes Salles
MATRICULA: 3237
Período: 01.03.77 a 03.03.77

PAPELETA: 00116/77 - SM
SERVIDOR: M.ª Rosário A. de Bessa
MATRICULA: 3294
Período: 23.02.77 a 25.02.77

PAPELETA: 00074/77 - SM
SERVIDOR: Marina R. P. Oliveira
MATRICULA: 3324
Período: 14.02.77 a 16.02.77

PAPELETA: 00109/77 - SM
SERVIDOR: Lilian R. C. Junqueira
MATRICULA: 3034
Período: 14.03.77 a 16.03.77

PAPELETA: 001 1/77 - SM
SERVIDOR: Mª da Glória F. Gomes
MATRICULA: 3184
Período: 02.03.77 a 04.03.77

PAPELETA: 00073/77 - SM
SERVIDOR: M.ª José Braga
MATRICULA: 3220
Período: 14.02.77 a 16.02.77

PAPELETA: 00115/77 - SM
SERVIDOR: M.ª Reis Canêdo
MATRICULA: 3289
Período: 10.03.77 a 12.03.77

PAPELETA: 0622/77 - GDF
SERVIDOR: M.ª Terezinha M. Rezende
MATRICULA: 3314
Período: 01.03.77 a 03.03.77

PAPELETA: 00032/77 - SM
SERVIDOR: Marluce V. Palmeira
MATRICULA: 3338
Período 02.02.77 a 04.02.77

"FALTAS RELEVADAS NOS TERMOS DO ART. 123
DA LEI 1711 DE 28.10,52".

PAPELETA: 00117/77 - SM
SERVIDOR: Maridalva P. Vieira
MATRICULA: 3351
Período: 09.03.77.

PAPELETA: 00118/77 - SM
SERVIDOR: Maridalva P. Vieira
MATRICULA: 3351
Período: 14.03.77 a 15.03.77

PAPELETA: 00119/77 - SM
SERVIDOR: Mª de Lourdes Carneiro
MATRICULA: 3389
Período: 15.03.77 a 17.03.77

PAPELETA: 00121/77 - SM
SERVIDOR: Nelly Mª V. S. Miranda
MATRICULA: 3430
Período: 09.03.77 a 11.03.77

PAPELETA: 00075/77 - SM
SERVIDOR: Nilza Mª A. Cardoso
MATRICULA: 3456
Período: 17.02.77 a 19.02.77

PAPELETA: 00124/77 - SM
SERVIDOR: Ruth de M. L. Nascimento
MATRICULA: 3542
Período: 01.03.77 a 03.03.77

PAPELETA: 00125/77 - SM
SERVIDOR: Sofia D. Rodrigues
MATRICULA: 3563
Período: 11.03.77 a 13.03.77

PAPELETA: 00076/77 - SM
SERVIDOR: Terezinha A. Fonseca
MATRICULA: 3548
Período: 11.02.77 a 13.02.77

"LIC. TRAT. SAÚDE NOS TERMOS DOS ARTS. 97 E 98 DA LEI 1711 DE 28.10.52".

PAPELETA: 00108/77 - SM
SERVIDOR: Lilia P. Magnavita
MATRICULA: 3032
Período: 04.03.77 a 15.03.77

PAPELETA: 00109/77 - SM
SERVIDOR: Lilian R. C. Junqueira
MATRICULA: 3034
Período: 17.03.77

PAPELETA: 00112/77 - SM
SERVIDOR: Mª Helena dos S. Carneiro
MATRICULA: 3200
Período: 17.03.77 a 28.03.77

PAPELETA: 00073/77 - SM
SERVIDOR: Mª José Braga
MATRICULA: 3220
Período: 17.02.77 a 18.02.77

PAPELETA: 00114/77 - SM
SERVIDOR: Mª de Lourdes Salles
MATRICULA: 3237
Período: 04.03.77 a 30.03.77

PAPELETA: 00115/77 - SM
SERVIDOR: Mª Reis Canêdo
MATRICULA: 3289
Período: 13.03.77 a 16.03.77

PAPELETA: 00116/77 - SM
SERVIDOR: Mª do Rosário A. Bessa
MATRICULA: 3294
Período: 26.02.77 a 28.02.77

PAPELETA: 0622/77 - GDF
SERVIDOR: Mª Terezinha M. Rezende
MATRICULA: 3314
Período: 04.03.77

PAPELETA: 00074/77 - SM
SERVIDOR: Marina R.P. de Oliveira
MATRICULA: 3324
Período: 17.02.77 a 15.03.77

PAPELETA: 00032/77 - SM
SERVIDOR: Marluce V. Palmeira
MATRICULA: 3338
Período: 05.02.77 a 13.03.77

PAPELETA: 00118/77 - SM
SERVIDOR: Maridalva P. Vieira
MATRICULA: 3351
Período: 16.03.77 a 28.03.77

PAPELETA: 00121/77 - SM
SERVIDOR: Nelly Mª V.S. Miranda
MATRICULA: 3430
Período: 12.03.77 a 23.03.77

CARMEN LÚCIA DE QUEIROZ

GDF - SEF - FEDF
Departamento Geral de Administração
DPe. Núcleo de Assistencia Médico - Odontológica
OSAIR TAVARES SILVA
Chefe.

"LIC. TRAT. SAÚDE NOS TERMOS DOS ARTS. 97 E 98 DA LEI 1711 DE 28.10.52".

PAPELETA: 00075/77 - SM
SERVIDOR: Nilza Mª. A. Cardoso
MATRICULA: 3456
PERÍODO: 20.02.77 a 18.03.77

PAPELETA: 00125/77 - SM
SERVIDOR: Sofia D. Rodrigues
MATRICULA: 3563
PERÍODO: 14.03.77 a 15.03.77

PAPELETA: 00124/77 - SM
SERVIDOR: Ruth de M. L. do Nascimento
MATRICULA: 3542
PERÍODO: 04.03.77 a 20.03.77

PAPELETA: 00076/77 - SM
SERVIDOR: Terezinha A. Fonseca
MATRICULA: 3584
PERÍODO: 14.02.77 a 19.02.77

"PROR. LIC. TRAT. SAÚDE NOS TERMOS DOS ARTS. 93, 97 E 98 DA LEI 1711 DE 28.10.52".

PAPELETA: 00071/77- SM
SERVIDOR: Mª. Aparecida C. Chagas
MATRICULA: 3104
PERÍODO: 16.02.77 a 22.03.77

PAPELETA: 00113/77 - SM
SERVIDOR: Mª. de Lourdes O. Rodrigues
MATRICULA: 3234
PERÍODO: 16.02.77 a 02.03.77

PAPELETA: 00072/77-SM
SERVIDOR: Mª. Gilda de P. Rodrigues
MATRICULA: 3181
PERÍODO: 01.02.77 a 01.04.77

PAPELETA: 00123/77 - SM
SERVIDOR: Renilda da S. Neves
MATRICULA: 3523
PERÍODO: 07.03.77 a 21.03.77

"PROR. LIC. TRAT. SAÚDE NOS TERMOS DOS ARTS. 93, 97 e 99 DA LEI 1711 DE 28.10.52".

PAPELETA: 0680/77-GDF
SERVIDOR: Claro L. de Souza
MATRICULA 0817
PERÍODO: 11.02.77 a 31.03.77

PAPELETA: 0661/77-GDF
SERVIDOR: Deusdete A. Ribeiro
MATRICULA: 2465
PERÍODO: 01.03.77 a 30.04.77

PAPELETA: 0734/77-GDF
SERVIDOR: Mª. Nazareth C. Macêdo
MATRICULA: 3265
PERÍODO: 01.03.77 a 31.05.77

PAPELETA: 0687/77-GDF
SERVIDOR: Antonio L. Ramos
MATRICULA: 2381
PERÍODO: 01.03.77 a 08.03.77

PAPELETA: 0671/77 - GDF
SERVIDOR: Mª. de Lourdes O. Rodrigues
MATRICULA: 3234
PERÍODO: 03.03.77 a 01.05.77

"LICENÇA M.D.P. FAMILIA NOS TERMOS DO ARTIGO 106 DA LEI 1711 DE 28.10.52".

PAPELETA: 00122/77 - SM
SERVIDOR: Raimunda dos S. Lopes
MATRICULA: 3513
PERÍODO: 27.02.77 a 13.03.77

"LICENÇA NOJO NOS TERMOS DO ARTIGO 153 ITEM II DA LEI 1711 DE 28.10.52".

PAPELETA: 02/77 - DPe
SERVIDOR: Mª. LIDIA da C. Leal
MATRICULA: 3381
PERÍODO: 16.02.77 a 23.02.77

PAPELETA: 03/77 - DPe
SERVIDOR: Raimunda do Santos Lopes
MATRICULA: 3513
PERÍODO: 11.02.77 a 18.02.77

"FALTAS RELEVADAS NOS TERMOS DO ART. 123 DA LEI 1711 DE 28.10.52".

PAPELETA: 00120/77-SM
SERVIDOR: Mirian M. Barbosa
MATRICULA: 3394
PERÍODO: 02.09.76 a 04.09.76

PAPELETA: 00127/77 - SM
SERVIDOR: Wilma G. de Oliveira
MATRICULA: 3636
PERÍODO: 08.03.77

PAPELETA: 00129/77 - SM
SERVIDOR: Zilma S. Ferraz
MATRICULA: 3673
PERÍODO: 18.03.77

PAPELETA: 00077/77 - SM
SERVIDOR: Eva de Q. Martins
MATRICULA: 3888
PERÍODO: 14.02.77 a 16.02.77

PAPELETA: 00078/77 - SM
SERVIDOR: José Caetano da Silva
MATRICULA: 4048
PERÍODO: 14.02.77 a 16.02.77

PAPELETA: 0476/77 - GDF
SERVIDOR: Mª. Aparecida P. Valle
MATRICULA: 4182
PERÍODO: 14.02.77 a 16.02.77

PAPELETA: 00126/77 - SM
SERVIDOR: Terezinha de J. C. Pessoa
MATRICULA: 3590
PERÍODO: 01.03.77 a 03.03.77

PAPELETA: 00128/77 - SM
SERVIDOR: Zeilah G. Rocha
MATRICULA: 3660
PERÍODO: 03.03.77 a 05.03.77

PAPELETA: 00130/77 - SM
SERVIDOR: Zilma S. Ferraz
MATRICULA: 3673
PERÍODO: 10.03.77

PAPELETA: 00131/77 - SM
SERVIDOR: Jacy A. de Araújo
MATRICULA: 4000
PERÍODO: 14.02.77 a 16.02.77

PAPELETA: 00132/77-SM
SERVIDOR: José Odilon Costa e Silva
MATRICULA: 4085
PERÍODO: 01.03.77 a 03.03.77

PAPELETA: 00136/77-SM
SERVIDOR: Odilia R. C. Silveira
MATRICULA: 4293
PERÍODO: 15.02.77 a 17.02.77

"FALTAS RELEVADAS NOS TERMOS DO ART. 123 DA LEI 1711 DE 28.10.52".

PAPELETA: 00137/77-SM
SERVIDOR: Semiramis R. Burgos
MATRICULA: 4378
PERÍODO: 01.03.77 a 03.03.77

PAPELETA: 00140/77-SM
SERVIDOR: Wanda dos S. S. Patier
MATRICULA: 4428
PERÍODO: 01.03.77 a 03.03.77

PAPELETA: 00081/77- SM
SERVIDOR: Alice Daher
MATRICULA: 4619
PERÍODO: 24.02.77

PAPELETA: 00083/77 - SM
SERVIDOR: Célia C. de Lucena
MATRICULA: 4754
PERÍODO: 14.02.77 a 16.02.77

PAPELETA: 00139/77-SM
SERVIDOR: Vitor F. da Silva
MATRICULA: 4417
PERÍODO: 08.11.76 a 10.11.76

PAPELETA: 00080/77 - SM
SERVIDOR: Adelina F. Alves
MATRICULA: 4598
PERÍODO: 15.02.77 a 17.02.77

PAPELETA: 00082/77- SM
SERVIDOR: Anna Mª. T. de A. Mello
MATRICULA: 4655
PERÍODO: 07.02.77 a 09.02.77

PAPELETA: 00084/77 - SM
SERVIDOR: DAYSE N. Gonçalves
MATRICULA: 4803
PERÍODO: 15.02.77 a 17.02.77

"LIC. TRAT. SAÚDE NOS TERMOS DOS ARTS. 97 E 98 DA LEI 1711 DE 28.10.52".

PAPELETA: 00120/77 - SM
SERVIDOR: Mirian M. Barbosa
MATRICULA: 3394
PERÍODO: 05.09.76 a 30.11.76

PAPELETA: 00128/77 - SM
SERVIDOR: Zeilah G. Rocha
MATRICULA: 3660
PERÍODO: 06.03.77 a 12.03.77

PAPELETA: 00131/77 - SM
SERVIDOR: Jacy A. de Araújo
MATRICULA: 4000
PERÍODO: 17.02.77 a 24.02.77

PAPELETA: 00132/77 - SM
SERVIDOR: José Odilon C. e Silva
MATRICULA: 4085
PERÍODO: 04.03.77

PAPELETA: 00136/77 - SM
SERVIDOR: Odilia R. C. Silveira
MATRICULA: 4293
PERÍODO: 18.02.77 a 01.03.77

PAPELETA: 00139/77 - SM
SERVIDOR: Vitor F. da Silva
MATRICULA: 4417
PERÍODO: 11.11.76 a 05.02.77

PAPELETA: 00126/77-SM
SERVIDOR: Terezinha de J. C. Pessoa
MATRICULA: 3590
PERÍODO: 04.03.77 a 15.03.77

PAPELETA: 00077/77-SM
SERVIDOR: Eva de Q. Martins
MATRICULA: 3888
PERÍODO: 17.02.77 a 25.02.77

PAPELETA: 00078/77-SM
SERVIDOR: José Caetano da Silva
MATRICULA: 4048
PERÍODO: 17.02.77 a 18.02.77

PAPELETA: 0476/77-GDF
SERVIDOR: Mª. Aparecida P. Valle
MATRICULA: 4182
PERÍODO: 17.02.77 a 14.03.77

PAPELETA: 00137/77-SM
SERVIDOR: Semiramis R. Burgos
MATRICULA: 4378
PERÍODO: 04.03.77 a 30.03.77

PAPELETA: 00140/77 - SM
SERVIDOR: Wanda dos S. S. Patier
MATRICULA: 4428
PERÍODO: 04.03.77 a 10.03.77

"LIC. TRAT. SAÚDE NOS TERMOS DOS ARTS. 97 E 98 DA LEI 1711 DE 28.10.52"

PAPELETA: 00080/77 - SM
SERVIDOR: Adelina F. Alves
MATRICULA: 4598
Período: 18.02.77 a 27.02.77

PAPELETA: 00083/77 - SM
SERVIDOR: Célia C. de Lucena
MATRICULA: 4754
Período 17.02.77 a 18.02.77

PAPELETA: 00082/77 - SM
SERVIDOR: Anna M.ª T. de A. Mello
MATRICULA: 4655
Período: 10.02.77 a 21.02.77

"PROR. LIC. TRAT. SAUDE NOS TERMOS DOS ARTS. 93, 97 e 99 DA LEI 1711 DE 28.10.52"

PAPELETA: 0741/77 - GDF
SERVIDOR: Vera Lúcia G. C. de Souza
MATRICULA: 3619
Período: 14.02.77 a 31.03;77

PAPELETA: 0686/77 - GDF
SERVIDOR: Djaniro JOsé Pereira
MATRICULA: 3839
Período 01.03.77 a 31.05.77

PAPELETA: 0617/77 - GDF
SERVIDOR: Ovídio José de Souza
MATRICULA: 4310
Período: 01.03.77 a 30.06.77

PAPELETA: 0635/77 - GDF
SERVIDOR: Vicente Tarchetti
MATRICULA: 4414
Período 01.03.77 a 03.03.77

PAPELETA: 0683/77 - GDF
SERVIDOR: Aparício V. Ataíde
MATRICULA: 4694
Período: 01.03.77 a 30.04.77

PAPELETA: 0667/77 - GDF -
SERVIDOR: Adélia L. Coelho
MATRICULA: 3693
Período: 01.03.77 a 30.04.77

PAPELETA: 0666/77 - GDF
SERVIDOR: Erenita Mª de F. Silva
MATRICULA: 3880
Período: 01.03.77 a 31.03.77

PAPELETA: 0518/77 - GDF
SERVIDOR: Verônica dos S. Lamosa
MATRICULA: 4411
Período: 16.02.77 a 16.05.77

PAPELETA: 0823/77 - GDF
SERVIDOR: Vitor F. da Silva
MATRICULA: 4417
Período: 06.02.77 a 30.04.77

PAPELETA: 0695/77 - GDF
SERVIDOR: Araci Batista da Luz
MATRICULA: 4697
Período: 01.03.77 a 07.03.77

"PROR. LIC. TRAT. SAÚDE NOS TERMOS DOS ARTS. 93, 97 E 98 DA LEI 1711 DE 28.10.52".

PAPELETA: 00133/77 - SM
SERVIDOR: M.º da Conceição Gebaili
MATRICULA: 4190
PERÍODO: 08.03.77 a 06.04.77

PAPELETA: 00135/77 - SM
SERVIDOR: M.º José de L. Dias
MATRICULA: 4203
PERÍODO: 03.03.77 a 01.05.77

"LICENÇA GESTANTE NOS TERMOS DO ARTIGO 107 DA LEI 1711 DE 28.10.52"

PAPELETA: 00141/77 - SM
SERVIDOR: Alzenir S. Leite
MATRICULA: 4632
PERÍODO: 07.03.77 a 06.07.77

"FALTAS RELEVADAS NOS TERMOS DO ART. 123 DA LEI 1711 DE 28.10.52"

PAPELETA: 00143/77 - SM
SERVIDOR: Dativa D. de Medeiros
MATRICULA: 4816
PERÍODO: 01.03.77 a 02.03.77

PAPELETA: 00085/77 - SM
SERVIDOR: Edil B. Neiva
MATRICULA: 4864
PERÍODO: 14.02.77 a 16.02.77

PAPELETA: 00147/77 - SM
SERVIDOR: Efigênia P. Trindade
MATRICULA: 4882
PERÍODO: 14.03.77 a 16.03.77

PAPELETA: 00149/77 - SM
SERVIDOR: Elisa F. de J. Neto
MATRICULA: 4893
PERÍODO: 07.03.77

PAPELETA: 00151/77 - SM
SERVIDOR: Geralda P. B. Cyrino
MATRICULA: 4974
PERÍODO: 15.03.77 a 17.03.77

PAPELETA: 00154/77 - SM
SERVIDOR: Glauce M.ª J. R. Campos
MATRICULA: 4985
PERÍODO: 14.02.77 a 16.02.77

PAPELETA: 00142/77 - SM
SERVIDOR: Dativa Dantas de Medeiros
MATRICULA: 4816
PERÍODO: 03.03.77

PAPELETA: 00146/77 - SM
SERVIDOR: Efigênia P. Trindade
MATRICULA: 4882
PERÍODO: 14.02.77

PAPELETA: 00148/77 - SM
SERVIDOR Elisa Francisca de J. Neto
MATRICULA: 4893
PERÍODO: 17.03.77

PAPELETA: 0086/77 - SM
SERVIDOR: Ely de C. Falcon
MATRICULA: 4904
Período, 24.02.77 a 26.02.77

PAPELETA: 00088/77 - SM
SERVIDOR: Gisela C. de S. Castro
MATRICULA: 4984
PERÍODO: 15.02.77 a 17.02.77

PAPELETA: 00155/77 - SM
SERVIDOR: Glauce M.ª J. R. Campos
MATRICULA: 4985
PERÍODO: 04.03.77 a 05.03.777

"FALTAS RELEVADAS NOS TERMOS DO ART. 123
DA LEI 1711 DE 28.10.52".

PAPELETA: 00156/77 - SM
SERVIDOR: Hildeneé da C. Paixão
MATRICULA: 5022
Período: 01.03.77 a 03.03.77

PAPELETA: 00089/77 - SM
SERVIDOR: Hildeneé da C. Paixão
MATRICULA: 5022
Período: 24.02.77 a 25.02.77

PAPELETA: 00090/77 - SM
SERVIDOR: Ida A. Santos
MATRICULA: 5028
Período: 24.02.77 a 26.02.77

PAPELETA: 00158/77 - SM
SERVIDOR: Idelma Dias Lima
MATRICULA: 5029
Período: 16.03.77 a 17.03.77

PAPELETA: 00160/77 - SM
SERVIDOR: Irahides A. da C. Vieira
MATRICULA: 5052
Período: 10.03.77 a 12.03.77

PAPELETA: 00161/77 - SM
SERVIDOR: Irene N. Guimarães
MATRICULA: 5057
Período: 01.03.77 a 03.03.77

PAPELETA: 00162/77 - SM
SERVIDOR: Irene de S. M. Pires
MATRICULA: 5058
Período: 07.03.77 a 09.03.77

PAPELETA: 00163/77 - SM
SERVIDOR: Irma H. e Silva
MATRICULA: 5062
Período: 07.03.77 a 09.03.77

PAPELETA: 00164/77 - SM
SERVIDOR: Itala C. Duarte
MATRICULA: 5072
Período: 14.03.77 a 16.03.77

PAPELETA: 00165/77 - SM
SERVIDOR: Jacyr C. V. de Oliveira
MATRICULA: 5086
Período: 14.03.77 a 16.03.77

"LIC. TRAT. SAÚDE NOS TERMOS DOS ARTS; 97 E 98 DA LEI 1711 DE 28.10.52".

PAPELETA: 00084/77 - SM
SERVIDOR: Dayse N. Gonçalves
MATRICULA: 4803
Período: 18.02.77 a 01.03.77

PAPELETA: 00142/77 - SM
SERVIDOR: Dativa D. Medeiros
MATRICULA: 4816
Período: 04.03.77 a 01.05.77

PAPELETA: 00085/77 - SM
SERVIDOR: Edil B. Neiva
MATRICULA: 4864
Período: 17.02.77 a 25.02.77

PAPELETA: 00151/77 - SM
SERVIDOR: Geralda P. B. Cyrino
MATRICULA: 4974
Período: 18.03.77 a 29.03.77

PAPELETA: 00088/77 - SM
SERVIDOR: Gisela C. de S. Castro
MATRICULA: 4984
Período: 18.02.77 a 01.03.77

PAPELETA: 00154/77 - SM
SERVIDOR: Glauce Mª J. R. Campos
MATRICULA: 4985
Período: 17.02.77 a 19.02.77

PAPELETA: 00156/77 - SM
SERVIDOR: Hildeneé da C. Paixão
MATRICULA: 5022
Período: 04.03.77

PAPELETA: 00090/77 - SM
SERVIDOR: Ida Araújo Santos
MATRICULA: 5028
Período: 27.02.77 a 05.03.77

PAPELETA: 00160/77 - SM
SERVIDOR: Irahides A. C. Vieira
MATRICULA: 5052
Período: 13.03.77

PAPELETA: 00161/77 - SM
SERVIDOR: Irene N. Guimarães
MATRICULA: 5057
Período: 04.03.77 a 10.03.77

PAPELETA: 00162/77 - SM
SERVIDOR: Irene de S. M. Pires
MATRICULA: 5058
Período: 10.03.77 a 21.03.77

PAPELETA: 00163/77 - SM
SERVIDOR: Irma Haag e Silva
MATRICULA: 5062
Período: 10.03.77 a 04.06.77

"LIC. TRAT. SAÚDE NOS TERMOS DOS ARTS. 97 E 98 DA LEI 1711 DE 28.10.52".

PAPELETA: 00164/77 - SM
SERVIDOR: Itala C. Duarte
MATRICULA: 5072
PERÍODO: 17.03.77 a 28.03.77

PAPELETA: 00165/77 - SM
SERVIDOR: Jacyr C.V. de Oliveira
MATRICULA: 5086
PERÍODO: 17.03.77 a 19.03.77

"PROR. LIC. TRAT. SAÚDE NOS TERMOS DOS ARTS. 93, 97 E 98 DA LEI 1711 DE 28.10.52".

PAPELETA: 00152/77 - SM
SERVIDOR: Gisela C. de S. Castro
MATRICULA: 4984
PERÍODO: 03.03.77 a 17.03.77

PAPELETA: 00157/77 - SM
SERVIDOR: Ida Araújo Santos
MATRICULA: 5028
PERÍODO: 06.03.77 a 10.03.77

PAPELETA: 00159/77- SM
SERVIDOR: Irahides A.C. Vieira
MATRICULA: 5052
PERÍODO: 14.03.77 a 23.03.77

PAPELETA: 00153/77 - SM
SERVIDOR: Glauce Mª. J. R. Campos
MATRICULA: 4985
PERÍODO: 24.02.77

PAPELETA: 0602/77 -GDF
SERVIDOR: Ilá Francisca G. de Queiroz
MATRICULA: 5033
PERÍODO: 06.02.77 a 08.03.77

"PROR. LIC. TRAT. SAÚDE NOS TERMOS DOS ARTS. 93, 97 E 98 DA LEI 1711 DE 28.10.52".

PAPELETA: 0696/77 - GDF
SERVIDOR: Francisca D. Silva
MATRICULA: 4951
PERÍODO: 06.03.77 a 30.04.77

PAPELETA: 0641/77 - GDF
SERVIDOR: João Ribeiro da Silva
MATRICULA: 5102
PERÍODO: 04.03.77 a 02.05.77

"LICENÇA GESTANTE NOS TERMOS DO ARTIGO 107 DA LEI 1711 DE 28.10.52".

PAPELETA: 00145/77 - SM
SERVIDOR: Edina B. de Morais
MATRICULA: 4865
PERÍODO: 14.03.77 a 13.07.77

PAPELETA: 00150/77 - SM
SERVIDOR: Geralda M. S. Corrêa
MATRICULA: 4972
PERÍODO: 10.03.77 a 09.07.77

"LICENÇA M.D.P. FAMILIA NOS TERMOS DO ARTIGO 106 DA LEI 1711 DE 28.10.52".

PAPELETA: 00144/77 - SM
SERVIDOR: Dirce de O.S. Monteiro
MATRICULA: 4842
PERÍODO: 03.03.77- a 01.04.77

PAPELETA: 00087/77 - SM
SERVIDOR: Eunice S. Guimarães
MATRICULA: 4933
PERÍODO: 24.02.77 a 25.02.77

"FALTAS RELEVADAS NOS TERMOS DO ART. 123 DA LEI 1711 DE 28.10.52".

PAPELETA: 00168/77 - SM
SERVIDOR: Osvaldina Dy La F. Costa
MATRICULA: 5479
PERÍODO: 01.03.77 a 03.03.77

PAPELETA: 00093/77 - SM
SERVIDOR: Georgina dos S. Amazonas
MATRICULA: 7115
PERÍODO: 16.02.77 a 18.02.77

PAPELETA: 00171/77 - SM
SERVIDOR: Raimunda N.R. da Silva
MATRICULA: 7243
PERÍODO: 08.03.77

PAPELETA: 00177/77 - SM
SERVIDOR: Elza da C. Ferreira
MATRICULA: 7349
PERÍODO: 16.03.77 a 18.03.77

PAPELETA: 00178/77 - SM
SERVIDOR: Eunice de S. Oliveira
MATRICULA: 7381
PERÍODO: 02.03.71

PAPELETA: 00181/77 - SM
SERVIDOR: Zoraide A. Ribeiro
MATRICULA: 7599
PERÍODO: 17.03.77

PAPELETA: 00167/77 - SM
SERVIDOR: Cacilda R. Bertoni
MATRICULA: 6017
PERÍODO: 09.03.77 a 11.03.77

PAPELETA: 00170/77 - SM
SERVIDOR: Gilvanira D. Lima
MATRICULA: 7212
PERÍODO: 07.03.77 a 09.03.77

PAPELETA: 00176/77 - SM
SERVIDOR: Mª. Angélica Gonçalves
MATRICULA: 7300
PERÍODO: 14.03.77

PAPELETA: 00179/77 - SM
SERVIDOR: Eunice de S. Oliveira
MATRICULA: 7381
PERÍODO: 12.02.77 a 14.02.77

PAPELETA: 00180/77 - SM
SERVIDOR: Newton Paranhos
MATRICULA: 7404
PERÍODO: 02.03.77 a 04.03.77

PAPELETA: 00095/77 - SM
SERVIDOR: Ana Mª. C.R. de Freitas
MATRICULA: 7677
PERÍODO: 14.02.77 a 16.02.77

"FALTAS RELEVADAS NOS TERMOS DO ART. 123 DA LEI 1711 DE 28.10.52".

PAPELETA: 00182/77 - SM
SERVIDOR: José Baran
MATRICULA: 7821
PERÍODO: 01.03.77 a 03.03.77

PAPELETA: 00184/77 - SM
SERVIDOR: Mª. do Socorro C. da Silva
MATRICULA: 8060
PERÍODO: 07.03.77 a 09.03.77

PAPELETA: 00186/77 - SM
SERVIDOR: Mª. da Glória Soares
MATRICULA: 8106
PERÍODO: 03.03.77 a 05.03.77

PAPELETA: 00189/77 - SM
SERVIDOR: Mª. Leni O. e Silva
MATRICULA: 8183
PERÍODO: 14.02.77 a 16.02.77

PAPELETA: 00096/77 - SM
SERVIDOR: Maria da Paz Cintra
MATRICULA: 8056
PERÍODO: 16.02.77 a 18.02.77

PAPELETA: 00185/77 - SM
SERVIDOR: Doracina de S. Freitas
MATRICULA: 8097
PERÍODO: 28.02.77 a 02.03.77

PAPELETA: 00187/77 - SM
SERVIDOR: Mª. Benedita F. Brasuna
MATRICULA: 8121
PERÍODO: 25.02.77 a 27.02.77

"LIC. TRAT. SAÚDE NOS TERMOS DOS ARTS. 97 E 98 DA LEI 1711 DE 28.10.52".

PAPELETA: 00168/77 - SM
SERVIDOR: Osvaldina Dy La F. Costa
MATRICULA: 5479
PERÍODO: 04.03.77 a 10.03.77

PAPELETA: 00170/77 - SM
SERVIDOR: Gilvanira D. Lima
MATRICULA: 7212
PERÍODO: 10.03.77 a 21.03.77

PAPELETA: 00180/77 - SM
SERVIDOR: Newton Paranhos
MATRICULA: 7404
PERÍODO: 05.03.77 a 16.03.77

PAPELETA: 00182/77 - SM
SERVIDOR: José Baran
MATRICULA: 7821
PERÍODO: 04.03.77 a 15.03.77

PAPELETA: 00184/77 - SM
SERVIDOR: Mª. do Socorro C. da Silva
MATRICULA: 8060
PERÍODO: 10.03.77 a 21.03.77

PAPELETA: 00186/77 - SM
SERVIDOR: Mª. da Glória Soares
MATRICULA: 8106
PERÍODO: 06.03.77 a 22.03.77

PAPELETA: 00167/77 - SM
SERVIDOR: Cacilda R. Bertoni
MATRICULA: 6017
PERÍODO: 12.03.77 a 13.03.77

PAPELETA: 00179/77 - SM
SERVIDOR: Eunice de S. Oliveira
MATRICULA: 7381
PERÍODO: 15.02.77 a 25.02.77

PAPELETA: 00095/77 - SM
SERVIDOR: Ana Mª. C.R. de Freitas
MATRICULA: 7677
PERÍODO: 17.02.77 a 28.02.77

PAPELETA: 00096/77 - SM
SERVIDOR: Mª. da Paz Cintra
MATRICULA: 8056
PERÍODO: 19.02.77 a 28.02.77

PAPELETA: 00185/77 - SM
SERVIDOR: Doracina de S. Freitas
MATRICULA: 8097
PERÍODO: 03.03.77 a 14.03.77

PAPELETA: 00189/77 - SM
SERVIDOR: Mª. Leni O. e Silva
MATRICULA: 8183
PERÍODO: 17.02.77 a 16.03.77

"PROR. LIC. TRAT. SAÚDE NOS TERMOS DOS ARTS. 93, 97 E 98 DA LEI 1711 DE 28.10.52".

PAPELETA: 00091/77 - SM
SERVIDOR: Judith F. Ianini
MATRICULA: 5138
PERÍODO: 17.02.77 a 05.03.77

PAPELETA: 00169/77 - SM
SERVIDOR: Vicentina L.V. de Sousa
MATRICULA: 7174
PERÍODO: 01.03.77 a 15.03.77

"PROR. LIC. TRAT. SAÚDE NOS TERMOS DOS ARTS. 93, 97 e 98 DA LEI 1711 DE 28.10.52".

PAPELETA: 0530/77 - GDF
SERVIDOR: José Alves da S. Lobo
MATRICULA: 5111
Período: 01.02.77 a 01.04.77

PAPELETA: 0654/77 - SM
SERVIDOR: Pauline A. S. Ferreira
MATRICULA: 7091
Período: 03.03.77 a 31.03.77

PAPELETA: 0617/77 - GDF
SERVIDOR: Ovidio José de Souza
MATRICULA: 7713
Período: 01.03.77 a 30.06.77

"LICENÇA GESTANTE NOS TERMOS DO ARTIGO 107 DA LEI 1711 DE 28.10.52".

PAPELETA: 000172/77 - SM
SERVIDOR: Marli P. de Queiroz
MATRICULA: 7247
Período: 24.02.77 a 23.06.77

PAPELETA: 00094/77 - SM
SERVIDOR: Celestina B. da C. Viana
MATRICULA: 7643
Período: 02.02.77 a 01.06.77

"LICENÇA M. D. P. FAMILIA NOS TERMOS DO ARTIGO 106 DA LEI 1711 DE 28.10.52".

PAPELETA 00092/77 - SM
SERVIDOR: Iêda V. M. S. Araújo
MATRICULA: 6572
Período: 24.02.77 a 24.04.77

PAPELETA: 0521/77 - GDF
SERVIDOR: Suely G. Salomão
MATRICULA: 7163
Período: 14.02.77 a 25.02.77

PAPELETA: 0599/77 - GDF
SERVIDOR: Suely G. Salomão
MATRICULA: 7163
Período: 03.03.77 a 11.03.77

PAPELETA: 00173/77 - SM
SERVIDOR: Selma G. M. Rocha
MATRICULA: 7267
Período: 04.03.77

PAPELETA: 00174/77 - SM
SERVIDOR: Floripes M. R. Figueiroa
MATRICULA: 7281
Período: 01.02.77 a 15.03.77

PAPELETA: 00175/77 - SM
SERVIDOR: Floripes M. R. Figueiroa
MATRICULA: 7281
Período: 16.03.77 a 14.04.77

PAPELETA: 00183/77 - SM
SERVIDOR: Mª Stella M. Gaspar
MATRICULA: 7913
Período: 15.03.77 a 29.03.77

PAPELETA 00188/77 - SM
SERVIDOR: Rita Mª M. de B. G. Costa
MATRICULA: 8156
Período: 01.03.77 a 15.03.77

PAPELETA: 00190/77 - SM
SERVIDOR: Marilene B. Rocha
MATRICULA: 8194
Período: 02.03.77 a 16.03.77

"FALTAS RELEVADAS NOS TERMOS DO ART. 123 DA LEI 1711 DE 28.10.52".

PAPELETA: 00097/77 - SM
SERVIDOR: Elizabeth da C. Avelar
MATRICULA: 8215
Período: 24.02.77 a 26.02.77

PAPELETA: 00194/77 - SM
SERVIDOR: Adelma de M. Fonseca
MATRICULA: 8593
Período: 15.03.77

PAPELETA: 00195/77 - SM
SERVIDOR: Vera Célia Barbosa
MATRICULA: 8606
Período: 15.03.77

PAPELETA: 00196/77 - SM
SERVIDOR: Raimunda B. Correia
MATRICULA: 8630
Período: 17.03.77

PAPELETA: 00197/77 - SM
SERVIDOR: Veneranda C. dos Santos
MATRICULA: 8660
Período: 01.03.77 a 03.03.77

PAPELETA: 00199/77 - SM
SERVIDOR: Rosita G. Ribeiro
MATRICULA: 8687
Período: 09.03.77 a 11.03.77

PAPELETA: 00099/77 - SM
SERVIDOR: Meiriel de A. Sousa
MATRICULA: 8735
Período: 15.02.77 a 16.02.77

PAPELETA: 00100/77 - SM
SERVIDOR: José Caetano da Silva
MATRICULA: 9008
Período: 14.02.77 a 16.02.77

PAPELETA: 00206/77 - SM
SERVIDOR: José Carlos Fernandes
MATRICULA: 9016
Período: 01.02.77 a 03.02.77

PAPELETA: 00207/77 - SM
SERVIDOR: Mª Célia R. Seixas
MATRICULA: 13298
Período: 28.02.77 a 02.03.77

PAPELETA: 00209/77 - SM
SERVIDOR: Terezinha Veloso
MATRICULA: 14421
Período: 04.02.77 a 06.02.77

PAPELETA: 00210/77 - SM
SERVIDOR: Cícero M. de Oliveira
MATRICULA: 14611
Período: 04.03.77 a 06.03.77

"FALTAS RELEVADAS NOS TERMOS DO ART. 123 DA LEI 1711 DE 28.10.52".

PAPELETA: 00213/77 - SM
SERVIDOR: Mª Ricardina S. Almeida
MATRICULA: 70056
Período: 14.03.77 a 16.03.77

PAPELETA: 00105/77 - SM
SERVIDOR: Jamili A. Carneiro
MATRICULA: 70095
Período: 14.02.77 a 16.02.77

PAPELETA: 00106/77 - SM
SERVIDOR: Mirtes A. de S. Almeida
MATRICULA: 70202
Período: 14.02.77 a 16.02.77

PAPELETA: 00215/77 - SM
SERVIDOR: Luiza Morais R. Pereira
MATRICULA: 70267
Período: 01.03.77 a 03.03.77

PAPELETA: 00216/77 - SM
SERVIDOR: Luiza Morais R. Pereira
MATRICULA: 70268
Período: 01.03.77 a 03.03.77

"LIC. TRAT. SAÚDE NOS TERMOS DOS ARTS. 97 e 98 DA LEI 1711 DE 28.10.52".

PAPELETA: 00097/77 - SM
SERVIDOR: Elizabeth da C. Avelar
MATRICULA: 8215
PERÍODO: 27.02.77 a 10.03.77

PAPELETA: 00197/77 - SM
SERVIDOR: Veneranda C. dos Santos
MATRICULA: 8660
PERÍODO: 04.03.77 a 17.03.77

PAPELETA: 00198/77 - SM
SERVIDOR: Rosita G. Ribeiro
MATRICULA: 8687
PERÍODO: 16.03.77

PAPELETA: 00100/77 - SM
SERVIDOR: José Caetano da Silva
MATRICULA: 9008
PERÍODO: 17.02.77 a 18.02.77

PAPELETA: 00206/77 - SM
SERVIDOR: José Carlos Fernandes
MATRICULA: 9016
PERÍODO: 04.02.77 a 08.02.77

PAPELETA: 00207/77 - SM
SERVIDOR: Mª Célia R. Seixas
MATRICULA: 13298
PERÍODO: 03.03.77 a 04.03.77

PAPELETA: 00209/77 - SM
SERVIDOR: Terezinha Veloso
MATRICULA: 14421
PERÍODO: 07.02.77 a 18.02.77

PAPELETA: 00210/77 - SM
SERVIDOR: Cícero M. de Oliveira
MATRICULA: 14611
Período: 07.03.77 a 18.03.77

PAPELETA: 00213/77 - SM
SERVIDOR: Mª Ricardina S. Almeida
MATRICULA: 70056
PERÍODO: 17.03.77 a 28.03.77

PAPELETA: 00105/77 - SM
SERVIDOR: Jamili A. Carneiro
MATRICULA: 70095
PERÍODO: 17.02.77 a 28.02.77

PAPELETA: 00106/77 - SM
SERVIDOR: Mirtes A. de S. Almeida
MATRICULA: 70202
PERÍODO: 17.02.77 a 18.02.77

PAPELETA: 00215/77 - SM
SERVIDOR: Luiza M. R. Pereira
MATRICULA: 70267
PERÍODO: 04.03.77 a 30.03.77

"LIC. TRAT. SAÚDE NOS TERMOS DOS ARTS. 97 E 98 DA LEI 1711 DE 28.10.52".

PAPELETA: 00216/77 - SM
SERVIDOR: Luiza M. R. Pereira
MATRICULA: 70268
PERÍODO: 04.03.77 a 30.03.77

"PROR. LIC. TRAT. SAÚDE NOS TERMOS DOS ARTS. 93, 97 e 98 DA LEI 1711 DE 28.10.52".

PAPELETA: 00191/77-SM
SERVIDOR: Elizabeth da C. Avelar
MATRICULA: 8215
PERÍODO: 11.03.77 a 25.03.77

PAPELETA: 00204/77-SM
SERVIDOR: Iraci Lopes da Silva
MATRICULA: 8799
PERÍODO: 05.03.77 a 19.03.77

PAPELETA: 00212/77-SM
SERVIDOR: Mª. Lúcia O. de Souza
MATRICULA: 70032
PERÍODO: 11.03.77 a 25.03.77

PAPELETA: 00201/77-SM
SERVIDOR: Ana Maria D. S. Vieira
MATRICULA: 8696
PERÍODO: 23.02.77 a 08.05.77

PAPELETA: 00205/77-SM
SERVIDOR: Iraci Lopes da Silva
MATRICULA: 8940
PERÍODO: 05.03.77 a 19.03.77

PAPELETA: 00214/77-SM
SERVIDOR: Jamili A. Carneiro
MATRICULA: 70095
PERÍODO: 04.03.77 a 18.03.77

"PROR. LIC. TRAT. SAÚDE NOS TERMOS DOS ARTS. 93, 97 E 99 DA LEI 1711 DE 28.10.52".

PAPELETA: 0704/77-GDF
SERVIDOR: José Gomes Pedrosa
MATRICULA: 15373
PERÍODO: 09.03.77 a 07.04.77

PAPELETA: 0657/77-GDF
SERVIDOR: Paulo da C. e Silva
MATRICULA: 15652
PERÍODO: 01.03.77 a 29.05.77

PAPELETA: 0597/77 - GDF
SERVIDOR: Valdemar A. Godê
MATRICULA: 15424
PERÍODO: 02.03.77 a 01.05.77

"LICENÇA GESTANTE NOS TERMOS DO ARTIGO 107 DA LEI 1711 DE 28.10.52".

PAPELETA: 00193/77 - SM
SERVIDOR: Marilene B. Alves
MATRICULA: 8563
PERÍODO: 16.03.77 a 15.07.77

PAPELETA: 00101/77 - SM
SERVIDOR: Marta S. dos Santos
MATRICULA: 9538
PERÍODO: 25.02.77 a 24.06.77

PAPELETA: 00098/77-SM
SERVIDOR: Dirce Mª. R. de Almeida
MATRICULA: 8647
PERÍODO: 01.02.77 a 31.05.77

"LICENÇA M. D. P. FAMILIA NOS TERMOS DO ARTIGO 106 DA LEI 1711 DE 28.10.52".

PAPELETA: 00192/77-SM
SERVIDOR: Mª. Beatriz V. Carpaneda
MATRICULA: 8241
PERÍODO: 14.02.77 a 14.05.77

PAPELETA: 00202/77 - SM
SERVIDOR: Vera Lúcia C. de Barros
MATRICULA: 8746
PERÍODO: 07.03.77 a 09.03.77

PAPELETA: 00208/77 - SM
SERVIDOR: Silvia D. Silveira
MATRICULA: 14410
PERÍODO: 09.03.77 a 23.03.77

PAPELETA: 00200/77 - SM
SERVIDOR: Josefa P. da S. Jerônimo
MATRICULA: 8689
PERÍODO: 16.03.77 a 18.03.77

PAPELETA: 00203/77 - SM
SERVIDOR: Vera Lúcia C. de Barros
MATRICULA: 8746
PERÍODO: 02.03.77 a 04.03.77

CARMEN LUCIA DE QUEIROZ

GDF - SEC - FEDF
DEPARTAMENTO GERAL DE ADMINISTRAÇÃO
DPe. - NÚCLEO DE ASSITÊNCIA MÉDICO - ODONTOLÓGICA

OSAIR TAVARES SILVA
CHEFE

SECRETARIA DE SAÚDE

ATOS DO SECRETÁRIO

PORTARIA DE 30 DE MAIO DE 1.977.

O SECRETARIO DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 32, inciso XIV, do Decreto nº. 2.976, de 12 de agosto de 1975 e tendo em vista o disposto no artigo 21, alínea a, do Decreto nº. 2.951, de 22 de julho de 1975,

RESOLVE:

Mandar cessar os efeitos da Portaria de 16/02/77, publicada no Diário Oficial do Distrito Federal nº. 36 de 23/02/77, página 08, através da qual designa MARIA DE FATIMA LEAL RIBEIRO, Secretário Datilógrafo, matrícula nº. 18.378, para substituir o Chefe da Seção de Expediente do Gabinete, Símbolo FC - 06, desta Secretaria, a partir de 23/05/77.

Brasília, DF, 30 de maio de 1.977.

NEWTON MUYLAERT DE AZEVEDO
Secretário de Saúde

DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL

SEÇÃO DO PESSOAL

ATOS DO CHEFE

ORDEM DE SERVIÇO

A CHEFE DA SEÇÃO DE PESSOAL, da Divisão de Administração Geral, da Secretaria de Saúde do Distrito Federal, no uso das atribuições que lhe confere o art. 27 alínea a do Decreto "N" nº. 428 de 28 de julho de 1965,

RESOLVE:

REMOVER TEREZINHA LIMA MENDES, Enfermeira, nível 21 - B, matrícula 5575, do Quadro Provisório de Pessoal do Distrito Federal, do Núcleo de Controle de Programas de Saúde para o Departamento de Fiscalização de Saúde, desta Secretaria.

Distrito Federal, 26 de maio de 1977

MARIA DOS PRAZERES DA SILVA
Chefe da Seção de Pessoal
DAG - SES

BOLETIM Nº 13/77 - SP - SES, em 30.05.77

LICENÇA TRATAMENTO SAÚDE
Arts. 97 e 98 da Lei 1711/52

Servidor: Krisna F. da Costa
Matrícula: 5.156
Atestado: 1215/77 - DSM - CSP - SEA
Período: 02.05.77 a 06.05.77
OBS: os dias 02, 03 e 04.05.77, são faltas relevadas de acordo com o art. 123 da Lei 1711/52

Servidor: Celza Ayres, Anchieta
Matrícula: 8.113
Atestado: 1204/77 - DSM - CSP - SEA
Período: 06.05.77 a 04.07.77
OBS: os dias 06, 07 e 08.05.77, são faltas relevadas de acordo com o art. 123 da Lei 1711/52

Servidor: José de Oliveira
Matrícula: 11.992
Atestado: 1209/77 - DSM - CSP - SEA
Período: 13.04.77 a 12.05.77
OBS: os dias 13.14 e 15.04.77, são faltas relevadas de acordo com o art. 123 da Lei 1711/52

Servidor: Izabina A. de Souza
Matrícula: 12.636
Atestado: 1195/77 - DSM - CSP - SEA
Período: 01.02.77 a 30.04.77
OBS: os dias 01, 02 e 03.04.77, são faltas relevadas de acordo com o art. 123 da Lei 1711/52

Servidor: Clarice P. de Oliveira
Matrícula: 5.981
Laudo: 1243/77 - DSM - CSP - SEA
Período: 10.05.77 a 10.08.77
OBS: os dias 10, 11 e 12.05.77, são faltas relevadas de acordo com o art. 123 da Lei 1711/52

PRORROGAÇÃO LICENÇA TRATAMENTO SAÚDE
Arts. 93, 97 e 98 da Lei 1711/52

Servidor: Francisca W. de Carvalho
Matrícula: 8.136
Atestado: 1199/77 - DSM - CSP - SEA
Período: 27.04.77 a 11.05.77

Servidor: Irene Caldas Rodrigues
Matrícula: 9.141
Atestado: 1221/77 - DSM - CSP - SEA
Período: 07.05.77 a 05.06.77

PRORROGAÇÃO LICENÇA TRATAMENTO SAÚDE
Arts. 93, 97 e 99 da Lei 1711/52

Servidor: Orlanda Mª das Neves
Matrícula: 5.472
Laudo: 1214/77 - DSM - CSP - SEA
Período: 01.05.77 a 07.06.77

Servidor: Terezinha P. da Silva
Matrícula: 5.576
Laudo: 1246/77 - DSM - CSP - SEA
Período: 01.05.77 a 30.06.77

Servidor: Jupira M. da Silva
Matrícula: 5.633
Laudo: 1174/77 - DSM - CSP - SEA
Período: 01.04.77 a 13.04.77

Servidor: Degeni N. da Penha
Matrícula: 5.954
Laudo: 1216/77 - DSM - CSP - SEA
Período: 01.05.77 a 30.06.77

Servidor: Carmosinha S. Pereira
Matrícula: 6.002
Laudo: 1239/77 - DSM - CSP - SEA
Período: 01.04.77 a 31.05.77

Servidor: Arminda O. e Silva Martins
Matrícula: 6.047
Laudo: 1248/77 - DSM - CSP - SEA
Período: 30.04.77 a 30.06.77

Servidor: Mª Aparecida C. Fleury
Matrícula: 8.243
Laudo: 1265/77 - DSM - CSP - SEA
Período: 01.05.77 a 01.06.77

PRORROGAÇÃO LICENÇA TRATAMENTO SAÚDE
Arts. 93, 97 e 99 da Lei 1711/52

Servidor: Yolanda Lima dos S. Brito
Matrícula: 8.672
Laudo: 1198/77 - DSM - CSP - SEA
Período: 02.05.77 a 30.06.77

Servidor: Alonso Feitosa de Lima
Matrícula: 12.240
Laudo: 1256/77 - DSM - CSP - SEA
Período: 10.05.77 a 30.06.77

Servidor: Josélio José Carneiro
Matrícula: 14.953
Laudo: 1262/77 - DSM - CSP - SEA
Período: 08.05.77 a 06.07.77

LICENÇA MOTIVO DOENÇA PESSOA DA FAMILIA
Art. 106 da Lei 1711/52

Servidor: Olímpia Lemos T. de Araújo
Matrícula: 8.128
Atestado: 1292/77 - DSM - CSP - SEA
Período: 06.05.77 a 10.05.77

LICENÇA A GESTANTE - Art. 107 da Lei 1711/52

Servidor: Joselita Barbosa Tavares
Matrícula: 6.246
Atestado: 1218/77 - DSM - CSP - SEA
Período: 02.05.77 a 01.09.77

SALÁRIO FAMILIA CONCEDIDO:

Servidor: Raimundo F. dos Santos
Matrícula: 2.899
Despacho: CONCEDIDO, salário família pelo dependente MANOEL NUNES DOS SANTOS, filho, nascido em 04.01.77, a partir de JANEIRO/77.

Servidor: Antonio V. de Souza
Matrícula: 6.061
Despacho: CONCEDIDO, salário família, pelo dependente ANDERSON GALVÃO DE SOUZA, filho, nascido em 06.05.77. A partir de MAIO/77.

SALÁRIO FAMILIA CANCELADO:

Servidor: José Alves de Lima
Matrícula: 5.694
Despacho: CANCELADO, salário família pelo dependente MARIA SOCORRO LIMA, filha, nascida em 19.04.52, por haver contraído matrimônio em 18.12.76. Cancelamento a partir de JANEIRO/77.

Servidor: Joaquim Martins de Souza
Matrícula: 11.863
Despacho: CANCELADO, salário família pelo dependente DILSON MARTINS DE SOUZA, filho, nascido em 19.04.56, por ter completado a maior idade em 19.04.77.

Brasília, 30 de maio de 1977

MARIA DOS PRAZERES DA SILVA
Chefe da Seção de Pessoal

FUNDAÇÃO HOSPITALAR
CONSELHO DELIBERATIVO

Ata da 159ª Sessão Extraordinária do Conselho Deliberativo da Fundação Hospitalar do Distrito Federal.

Aos treze dias do mês de maio do ano de mil novecentos e setenta e sete, às dezessete horas, no oitavo andar do Edifício Sarah Kubitschek, à superquadra cento e um, em Brasília, reuniu -se em Sessao Extraordinária o Conselho Deliberativo da Fundação Hospitalar do Distrito Federal, sob a presidência do Dr. Newton Muylaert de Azevedo, mui digno Secretário de Saúde e com a presença dos Conselheiros Drs. Paulo Argolo da Cruz Rios, Diretor -Presidente da FHDF, Hurandir Mesquita Motta, Pedro Caram Zuquim, Vicente de Paula Araujo José Leite Saraiva e José Affonso Monteiro de Barros Menusier. Presente também à reunião a Sra. Gioconda Real, Chefe da Secretaria deste Conselho. Assumindo a direção da Mesa dá o Sr. Presidente como abertos os trabalhos solicitando a leitura da ata da reunião anterior (495º Sessão Ordinária). Já conhecedores do inteiro teor da mesma e apoiados no parágrafo único do artigo 14 do Regimento Interno deste Colegiado, pedem os Senhores Conselheiros a dispensa de sua leitura no que são atendidos. Posta em discussão e em seguida em votação é a mesma aprovada por unanimidade. Determinada a leitura do Expediente e Comunicações, como nada houvesse nesse sentido, pede a palavra o Conselheiro Pedro Caram Zuquim para comunicar que, a convite do Diretor - Presidente da FHDF, participara de um debate, ou melhor de uma troca de idéias com os advogados lotados na Procuradoria Jurídica da FHDF, tendo como ponto central o tema renovação e prorrogação de contratos. Acrescenta terem sido os debates de alto nível, aos quais esteve presente o Chefe daquela Procuradoria, Dr. Manoel Teixeira de Carvalho Neto. Assim, em conjunto, fora longamente discutida e explicitada a jurisprudência firmada sobre grande parte dos assuntos de interesse da FHDF, bem como ponderados os princípios doutrinadores do Direito Administrativo Brasileiro sobre os mesmos. Também fora mencionado, naquela oportunidade, seu contato pessoal com o Dr. Julio Cesar Santos, titular da 1ª Sub -Procuradoria Geral do Distrito Federal, com o qual tivera o ensejo de discutir o assunto da renovação e prorrogação de contratos. Prosseguindo diz que, ficara assentado, junto à Procuradoria Jurídica da Fundação, que o ponto de vista que aqui externara sobre a renovação e prorrogação, por ocasião da 158ª Sessão Extraordinária deste Conselho, era o correto, ou seja, que a prorrogação se faz para contratos que tenham a cláusula especifica e se estendam por um prazo mais dilatado sem nenhuma alteração de suas condições esenciais -e - que a renovação se dá, não com o mesmo contratante, ou com este, mas em função do objeto da contratação, e desde que haja alteração no todo ou em parte do contrato original, obedecidas, sempre, as regras de licitação e, se for o caso, dispensada esta. Agradece o Sr. Presidente a comunicação e os informes prestados pelo ilustre Conselheiro Pedro Caram Zuquim, passando à apreciação dos processos inscritos na pauta, como segue: Processo nº 380.116/76 -GDF Convênio com o Distrito Federal -Prestação de assistência médica aos Bombeiros Militares -Relator, Conselheiro José Leite Saraiva. Cedida ao mesmo a palavra procede este a leitura de seu minudente Relatório, uma síntese do processo em lide,passando em seguida a de seu Parecer, no qual, a vista do exposto e do que consta do processo é por que se autorize o Diretor -Presidente da FHDF a firmar o convênio pretendido. Posta em discussão e em seguida em votação, o Conselho Deliberativo, por unanimidade, "DECIDE: 1) -autorizar o Diretor -Presidente da Fundação Hospitalar do Distrito Federal a firmar convênio com o Distrito Federal para prestação de assistência médica aos servidores do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal, consoante Processo nº 380.116/76 -FHDF; 2) -este convênio terá o prazo de 1 (um) ano a partir da data de sua publicação no Diário Oficial do Distrito Federal, observadas as disposições legais que regem a matéria." Item 2) -Processo nº 008.453/76 -FHDF -Alienação de material irrecuperável -Relator, Conselheiro Vicente de Paula Araujo. Com a palavra procede este a leitura de seu Relatório, um resumo do processo em tela, passando em seguida a de seu Parecer, favorável a que se autorize o Diretor - Presidente da FHDF a proceder a alienação pretendida. Posta em discussão a matéria e em seguida em votação, o Conselho Deliberativo, por unanimidade, "DECIDE: autorizar o Diretor -Presidente da Fundação Hospitalar do Distrito Federal a proceder a alienação do material, objeto do Processo nº 008.453/76 -FHDF, obedecidos os preceitos legais que regem a matéria." Item 3) - Constando deste item o Processo nº 001.016/77 -GDF -Proposta para modificação da atual organização da FHDF do qual é Relator o Conselheiro José Affonso Monteiro de Barros Menusier, pede a palavra o Conselheiro Paulo Argolo da Cruz Rios, Diretor -Presidente da FHDF, para solicitar ao Sr. Presidente seja o mesmo retirado de pauta e baixado à Administração para reexame e oportuno retorno a este Conselho. Aquiescendo, solicita o Sr. Presidente ao Conselheiro Relator da matéria, Dr. José Affonso Monteiro de Barros Menusier, a devolução do processo, o qual é entregue, em mãos, ao solicitante. Esgotada a pauta, dá o Sr. Presidente como encerrados os trabalhos dos mesmos sendo lavrada esta ata que será lida na próxima reunião ordinária deste Conselho a se realizar 3ª feira, dia 17 às 17h 30 e, se achada conforme, aprovada e assinada por todos os presentes sendo, por mim, Gioconda Real, Chefe da Secretaria deste Conselho, Encerrada.

Brasília, 13 de maio de 1977. (ass. NEWTON MUYLAERT DE AZEVEDO; PAULO ARGOLO DA CRUZ RIOS; HURANDIR MESQUITA MOTTA; PEDRO CARAM ZUQUIM; VICENTE DE PAULA ARAUJO; JOSÉ LEITE SARAIVA; JOSÉ AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER; GIOCONDA REAL

ATA DA 495ª. SESSÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DELIBERATIVO DA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO DISTRITO FEDERAL.

Aos dez dias do mês de maio do ano de mil novecentos e setenta e sete, às dezoito horas, no oitavo andar do Edifício Sarah Kubitchek, à superquadra cento e um, em Brasília, reuniu- se em Sessão Ordinária o Conselho Deliberativo da Fundação Hospitalar do Distrito Federal, sob a presidência do Dr. Newton Muylaert de Azevedo, mui digno Secretário de Saúde e com a presença dos Conselheiros supracitados.

Presente também à reunião a Sra. Gioconda Real, Chefe da Secretaria deste Conselho.

Assumindo a direção da Mesa dá o Sr. Presidente como abertos os trabalhos solicitando a leitura da ata da reunião anterior (158ª. Sessão Extraordinária). Já conhecedores de seu inteiro teor e apoiados no parágrafo único do artigo 14 do Regimento Interno deste Colegiado, pedem os Senhores Conselheiros a dispensa de sua leitura no que são atendidos. Posta em discussão, e em seguida em votação, é a mesma aprovada por unanimidade.

Determinada a leitura do Expediente e Comunicações, como nada houvesse nesse sentido, passa o Sr. Presidente aos trabalhos inscritos na pauta como segue:

Item 1) -Processo nº. 467.045/77-FHDF -Convênio com a CODEPLAN -Processamento eletrônico de dados -Relator, Conselheiro Pedro Caram Zuquim. Cedida ao mesmo a palavra, procede este a leitura de seu minudente Relatório, uma síntese do processo em lide, passando em seguida a de seu Parecer no qual esclarece ser uma medida altamente louvável e de extrema necessidade para à Administração da FHDF a celebração do presente convênio, pois, irá proporcionar um melhor controle de materiais e identificação de pacientes.

Acrescenta que, embora não conste qualquer menção nos autos, acredita que o assunto esteja sendo orientado em tunção da política determinada pela CATI -Comissão de Coordenação das Atividades de Tratamento da Informação, da SEG, órgão criado pelo Decreto nº. 3.373 de 24/08/76. -Comenta as falhas encontradas no Processo, já citadas na última reunião deste Conselho, passando em seguida a leitura de seu Voto, determinando seja providenciada a competente dispensa de licitação e propondo seja o Diretor -Presidente da FHDF autorizado a firmar o convênio pretendido.

Põe o Sr. Presidente em discussão a matéria e, em seguida em votação, aprovada, o Conselho Deliberativo, por unanimidade, "DECIDE: 1) -encaminhar o Processo nº. 467.045/77-FHDF à Administração da FHDF para que providencie quanto à dispensa de licitação, nos termos da alínea "f", inciso I, do art. 3º., do Decreto nº. 1.703/71; 2) -autorizar o Diretor - Presidente da Fundação Hospitalar do Distrito Federal a firmar convênio com a CODEPLAN - Companhia do Desenvolvimento do Planalto Central, para prestação de serviços de processamento eletrônico de dados."

Constando dos itens 2 e 3 da pauta os processos nºs. 380.116/76-GDF -Convênio com o Distrito Federal -Prestação de assistência médica aos Bombeiros Militares -e -001.016/77-FHDF -Proposta para modificação da atual organização da FHDF, pedem os Conselheiros Relatores, Drs. José Leite Saraiva e José Affonso Monteiro de Barros Menusier seja transferida para a próxima reunião a apreciação dos mesmos a fim de que possam melhor estudar a matéria.

Passa o Sr. Presidente à distribuição dos processos inscritos na pauta, designando o Conselheiro Vicente de Paula Araújo Relator do de nº. 008.453/76-FHDF -Alienação de material inservível -e -o Conselheiro Hurandir Mesquita Motta, Relator do de nº. 467.989/77-FHDF - Balanço Geral da FHDF.

Esgotada a pauta, consulta o Sr. Presidente seus pares, sobre a possibilidade de uma reunião extraordinária dia 13, sexta-feira, às 17 horas. Estando os mesmos de pleno acordo ficam, desde logo, convocados para o dia e hora aprazados.

As 19 horas dá o Sr. Presidente como encerrados os trabalhos dos mesmos sendo lavrada esta ata que será lida na próxima reunião e, se achada conforme, aprovada e assinada por todos os presentes sendo por mim, Gioconda Real, Chefe da Secretaria deste Conselho, encerrada.

Brasília, 10 de maio de 1977. (Ass. NEWTON MUYLAERT DE AZEVEDO; PAULO ARGOLO DA CRUZ RIOS; HURANDIR MESQUITA MOTTA; PEDRO CARAM ZUQUIM; VICENTE DE PAULA ARAUJO; JOSÉ LEITE SARAIVA; JOSÉ AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER; GIOCONDA REAL

SECRETARIA DE VIAÇÃO E OBRAS

DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO DISTRITO FEDERAL

Atos do Diretor

INSTRUÇÃO DE SERVIÇO Nº. 111 DE 24 DE MAIO DE 1.977

O DIRETOR GERAL DO DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO DISTRITO FEDERAL, usando das atribuições que lhe confere o item XVII, do artigo 44, do Regimento aprovado pelo Decreto nº. 3.078, de 03 de dezembro de 1975 e tendo em vista o constante do processo nº. 416115/77- DER- DF,

RESOLVE:

Rescindir, mediante pagamento de indenizações legais, o contrato de trabalho com o empregado SEBASTIÃO GOMES DE ARAÚJO, Operador de Máquinas Pesadas, nível EP- 08, matrícula nº. 92.368, da Tabela de Empregos Permanentes - TEP, do Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal - DER- DF, a partir de 17 de maio de 1977.

Brasília, 27 de maio de 1977

Engº. ARINO OTON DE LIMA
Diretor Geral do DER- DF

INSTRUÇÃO DE SERVIÇO Nº. 112 DE 24 DE MAIO DE 1977

O DIRETOR GERAL DO DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO DISTRITO FEDERAL, usando das atribuições que lhe confere o item XVII, do artigo 44, do Regimento aprovado pelo Decreto nº. 3.078, de 03 de dezembro de 1975 e tendo em vista o constante do processo nº. 416119/77- DER- DF,

RESOLVE:

Rescindir, mediante pagamento de indenizações legais, o contrato de trabalho com o empregado HÉLIO TEIXEIRA DA SILVA, Trabalhador, nível EP- 01, matrícula nº. 92.529, da Tabela de Empregos Permanentes - TEP, do Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal - DER- DF, a partir de 17 de maio de 1977.

Brasília, 24 de maio de 1977

Engº. ARINO OTON DE LIMA
Diretor Geral do DER- DF

INSTRUÇÃO DE SERVIÇO Nº. 113 DE 24 DE MAIO DE 1977

O DIRETOR GERAL DO DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO DISTRITO FEDERAL, usando das atribuições que lhe confere o item VI, do artigo 44, do Regimento aprovado pelo Decreto nº. 3.078, de 03 de dezembro de 1975 e tendo em vista o constante do processo nº. 416155/77- DER- DF,

RESOLVE:

Designar MARIA ANTONIA DA SILVA, Praticante de Administração, nível EP- 05, matrícula nº. 92.375, da Tabela de Empregos Permanentes- TEP, do Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal - DER- DF, para exercer o Emprego em Comissão, Símbolo EC- 10, de Secretário Datilógrafo, do Gabinete do Diretor Geral, da Tabela de Empregos em Comissão - TEC - DER- DF.

Brasília, 24 de maio de 1977.

Engº. ARINO OTON DE LIMA
Diretor Geral do DER- DF

INSTRUÇÃO DE SERVIÇO Nº. 114 DE 26 DE MAIO DE 1977

O DIRETOR GERAL DO DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO DISTRITO FEDERAL, usando das atribuições que lhe confere o item VI, do artigo 44, do Regimento aprovado pelo Decreto nº. 3.078, de 03 de dezembro de 1975 e tendo em vista o constante do processo nº. 416116/77- DER- DF,

RESOLVE:

Designar o senhor MANUEL JOSÉ BATISTA SALTA, para exercer o Emprego em Comissão, Símbolo EC- 06, de Chefe da Seção de Topografia, do 1º. Distrito Rodoviário, da Tabela de Empregos em Comissão - TEC- DER- DF.

Brasília, 26 de maio de 1977

Engº. ARINO OTON DE LIMA
Diretor Geral - do DER- DF

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA

ATOS DO SECRETÁRIO

PORTARIA DE 30 DE MAIO DE 1977

O SECRETÁRIO DE SEGURANÇA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 142, inciso XIX, do Regimento aprovado pelo Decreto nº 2.868, de 25 de março de 1975.

RESOLVE:

Designar, nos termos do artigo 21, letra "a", do Decreto nº 2.951/75, JOSÉ RIBAMAR PORFIRIO, Agente de Polícia "C", Código PC- 205.3, matrícula nº 32.997, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, para substituir, o Chefe da Seção de Expediente, da Divisão de Transportes, do Departamento de Administração Geral, da Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal, por motivo de férias regulamentares, no período de 1º a 30 de junho do corrente ano.

Distrito Federal, 30 de maio de 1977

AIMÉ ALCIBÍADES SILVEIRA LAMAISON- Cel
Secretário de Segurança Pública

PORTARIA DE 30 DE MAIO DE 1977

O SECRETÁRIO DE SEGURANÇA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 142 inciso XIX, do Regimento aprovado pelo Decreto nº 2.868, de 25 de março de 1975,

RESOLVE:

Designar, nos termos do artigo 21, letra "a", do Decreto nº 2.951/75, MARIA DAS GRAÇAS LOPES BARBOSA, Agente Administrativo, Código SA- 401.4, matrícula nº 31.991, do Quadro de Pessoal do DF, para substituir, o Chefe da Seção de Direitos e Deveres da Divisão de Pessoal, do Departamento de Administração Geral, da Secretaria de Segurança Pública do DF, durante o afastamento do mesmo, por motivo de férias regulamentares, no período de 02 de junho a 1º de julho do corrente ano.

Distrito Federal, 30 de maio de 1977

AIMÉ ALCIBÍADES SILVEIRA LAMAISON Cel.
Secretário de Segurança Pública

ATAS, CONTRATOS, CONVÊNIOS E BALANÇOS

CONVENIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O DISTRITO FEDERAL, ATRAVES DA ADMINISTRAÇAO REGIONAL DE TAGUATINGA E COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL, REGULANDO A EXECUÇAO PELA SEGUNDA PARA O PRIMEIRO DOS SERVIÇOS DE RECUPERAÇAO DAS VIAS PÚBLICAS DA CEILANDIA.

Aos 16 dias do mês de maio do ano de mil novecentos e setenta e sete (1977), no Palácio do Buriti, presentes, de um lado, o DISTRITO FEDERAL, no ato representado por seu Governador, Engenheiro, ELMO SEREJO FARIAS, brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta capital, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, item XII, da Lei nº. 3.751, de 13 de abril de 1960 e pelo Senhor VITAL DE MORAES ANDRADE, brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta capital, na qualidade de Administrador Regional de Taguatinga, e, do outro, a COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL, doravante denominada simplesmente NOVACAP, no ato representada pelo seu Superintendente, Engenheiro, MAURO DE ALENCAR FECURY, brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta capital, na conformidade do disposto na Lei nº. 5.861, de 12 de dezembro de 1972, atuais estatutos vigentes na NOVACAP e autorizações dadas pela Diretoria e Conselho de Administração da Empresa, em suas 1.283a. e 1.115a. Sessões, realizadas em 19 de abril de 1977, respectivamente, resolvem firmar o presente convênio, mediante as seguintes cláusulas: CLAUSULA PRIMEIRA - O DISTRITO FEDERAL, por este instrumento, incumbe à NOVACAP a administração dos serviços de recuperação e conservação das vias públicas da Ceilândia. CLAUSULA SEGUNDA - Todos os atos necessários à execução das obras, objeto do presente convênio, são outorgados pelo DISTRITO FEDERAL, à NOVACAP, a qual poderá para tanto, contratar com terceiros, por empreitada ou administração, executar diretamente, se assim julgar conveniente, realizar e aprovar licitações, nos termos do Decreto - lei 200, de 25 de fevereiro de 1967, efetuar pagamentos, enfim, praticar todos os atos necessários ao fiel cumprimento deste ajuste. CLAUSULA TERCEIRA - O valor do presente convênio fica fixado em Cr$ 800.000,00 (oitocentos mil cruzeiros), recursos estes procedentes do Orçamento do Distrito Federal, para o corrente exercício Lei nº. 6.396, de 09 de dezembro de 1976, correndo à conta da seguinte dotação orçamentária: ELEMENTO: 4.1.1.0 - OBRAS PÚBLICAS, FUNÇAO: 16 - Transporte; PROGRAMA: 19 - Transporte Urbano; SUBPROGRAMA: 575 - Vias Urbanas; PROJETO: RA - 1.032 - Ampliação e Recuperação de Vias Públicas da Ceilândia, conforme Nota de Empenho nº. 024/77 - RA - III, no valor Global de Cr$ 800.000,00 (oitocentos mil cruzeiros), emitida pela Administração Regional de Taguatinga. CLAUSULA QUARTA - Os recursos referidos na Cláusula anterior serão entregues pelo DISTRITO FEDERAL, através da Administração Regional de Taguatinga a NOVACAP, da seguinte forma: a) 10% (dez por cento) do valor do Convênio, desde que comprovada a contratação da obra, após a publicação; b) o restante, em parcelas, de acordo com as Normas de Execução Orçamentária e Financeira vigentes. CLAUSULA QUINTA - O DISTRITO FEDERAL, através da Administração Regional de Taguatinga, pagará à NOVACAP, pela administração dos serviços, objeto deste ajuste, a taxa de 5% (cinco por cento) a título de administração, calculada sobre o valor dos serviços efetivamente executados. CLAUSULA SEXTA - A NOVACAP manterá o quantitativo recebido, em conta - corrente a ser aberta no BANCO REGIONAL DE BRASÍLIA S/A, vinculada aos fins estipulados no presente instrumento, reservando - se o direito de condicionar o início dos serviços, bem como o seu andamento ao prévio recolhimento das importâncias mencionadas nas cláusulas terceiras e quarta. CLAUSULA SÉTIMA - A NOVACAP fica dispensada do recolhimento de caução pela boa execução dos serviços, nos termos do artigo 135 do Decreto - lei 200, de 25 de fevereiro de 1967. CLAUSULA OITAVA - Após a realização das licitações a NOVACAP encaminhará ao DISTRITO FEDERAL, através da Administração Regional de Taguatinga, o cronograma de desembolso global do convênio. PARAGRAFO ÚNICO - Em nenhuma hipótese será aceito serviço que não esteja previsto no cronograma de desembolso mencionado nesta cláusula. CLAUSULA NONA - A NOVACAP prestará contas ao DISTRITO FEDERAL, através da Administração Regional de Taguatinga, mensalmente, das importâncias que lhes forem entregues. CLAUSULA DÉCIMA - A NOVACAP prestará ao DISTRITO FEDERAL, através da Administração Regional de Taguatinga, relatório final e detalhado, dos serviços executados, acompanhado do respectivo balanço geral. CLAUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - Caso seja necessário o remanejamento das redes públicas de luz, água, galerias pluviais, concreto, o custo desses serviços correrá à conta dos recursos vinculados ao presente convênio. CLAUSULA DÉCIMA SEGUNDA - O DISTRITO FEDERAL, através da Administração Regional de Taguatinga - fornecerá previamente à NOVACAP, o Plano de Implantação de Obras e Serviços. CLAUSULA DÉCIMA TERCEIRA - Os serviços previstos na Cláusula primeira serão realizados pela - NOVACAP, com observância das normas contidas no Decreto - lei nº. 200, de 25 de fevereiro de 1967, regulamentado pelo Decreto nº. 73.140, de 09 de novembro de 1973, bem como das Normas de Execução Orçamentária e Financeira vigentes e Normas em vigor na NOVACAP. CLAUSULA DÉCIMA QUARTA - Fica designado como executor e supervisor técnico do presente convênio, o Diretor da Divisão Regional e Fiscalização e Licenciamento de Obras da Administração Regional de Taguatinga, nos termos estipulados nas Normas de Execução Orçamentária e Financeira vigentes. CLAUSULA DÉCIMA QUINTA - O presente convênio poderá ser renovado, prorrogado, aditado, alterado ou rescindido, por mútuo consentimento dos convenentes, bastando para tanto, que o interessado se manifeste, por escrito, com antecedência mínima de 90 (noventa) dias do seu término. CLAUSULA DÉCIMA SEXTA - Este convênio entrará em vigor na data de sua publicação no DIARIO OFICIAL DO DISTRITO FEDERAL, às expensas da NOVACAP, expirando - se em 31 de dezembro de 1977. CLAUSULA DÉCIMA SÉTIMA - Fica eleito o Foro de Brasília, Distrito Federal, para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao cumprimento do presente instrumento. E, estando assim justos e de acordo, para firmeza e validade do que ficou estipulado em todas as suas cláusulas, lavrou - se o presente em livro próprio da 1a. Subprocuradoria - Geral do Distrito Federal, do qual foram extraídas 7 (sete) vias datilografadas de igual teor e forma, para um único efeito legal, que, lido e achado conforme, é assinado pelas partes já mencionadas e testemunhas abaixo. Pelo Distrito Federal, ELMO SEREJO FARIAS e VITAL DE MORAES ANDRADE; Pela NOVACAP: MAURO DE ALENCAR FECURY; Testemunhas: VALDEMIR DE TORRES MAGALHAES E BENILDE CARDOZO ROSA.

CERTIDAO: Certifico que a presente cópia confere com o original e foi extraída do Livro de Registro de Contratos e Convênio nº 27 fls. 236/38 da 1a. Subprocuradoria-Geral do Distrito Federal. - BRASILIA: 25/05/1977, MANOEL CÉSAR NETO, Divisão de Assuntos Administrativos - 1a. SPRG. Diretor - VISTO: Em, 26/05/77 JÚLIO CÉSAR SANTOS, 1º. Subprocurador Geral do DF.

CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O DISTRITO FEDERAL, ATRAVÉS DA SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA, E A COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL, REGULANDO A ADMINISTRAÇÃO, PELA SEGUNDA PARA O PRIMEIRO, DOS SERVIÇOS DE CONSERVAÇÃO DAS ÁREAS AJARDINADAS DO EDIFÍCIO SEDE DA SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA, EM BRASÍLIA - DISTRITO FEDERAL.

Aos 16 dias do mês de maio do ano de mil novecentos e setenta e sete (1977), no Palácio do Buriti, presentes, de um lado o DISTRITO FEDERAL, no ato representado pelo Senhor ELMO SEREJO FARIAS, brasileiro, casado, engenheiro, residente e domiciliado nesta Capital, no uso da competência que lhe confere o artigo 20, item XII, da Lei nº. 3.751, de 13 de abril de 1.960, e pelo Senhor AIMÉ ALCIBIADES SILVEIRA LAMAISON, brasileiro, casado, Coronel, residente e domiciliado nesta Capital, na qualidade de Secretário de Segurança Pública, e, do outro, a COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL, empresa pública, com sede no Setor Bancário Norte, em Brasília - Distrito Federal, doravante denominada simplesmente NOVACAP, representada pelo seu Diretor Superintendente - Engenheiro MAURO DE ALENCAR FECURY, brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta Capital, na conformidade do disposto na Lei nº. 5861, de 12 de dezembro de 1.972, atuais Estatutos da NOVACAP e autorizações dadas pela Diretoria e Conselho de Administração da NOVACAP, em suas 1.229ª e 1.105ª. sessões, realizadas em 16 de março de 1.977, respectivamente, resolvem firmar o presente convênio mediante as seguintes cláusulas e condições: CLÁUSULA PRIMEIRA - O DISTRITO FEDERAL, através da Secretaria de Segurança Pública, incumbe à NOVACAP da administração dos serviços de conservação das áreas ajardinadas do edifício sede da Secretaria de Segurança Pública, compreendendo: 3,122m2 de área gramada, 148 arbustos e 50 árvores. CLÁUSULA SEGUNDA - Todos os atos, necessários à execução das obras objeto do presente Convênio, são outorgados pelo DISTRITO FEDERAL à NOVACAP a qual poderá para tanto, contratar, com terceiros, por empreitada ou administração, executar diretamente, se assim julgar conveniente, realizar e aprovar licitações, nos termos do Decreto - Lei 200, de 25 de fevereiro de 1967, efetuar pagamento, enfim praticar todos os atos necessários ao fiel cumprimento deste ajuste, obedecidas as normas vigentes na NOVACAP, bem como as previstas para Execução Orçamentária e Financeira no DISTRITO FEDERAL. PARÁGRAFO ÚNICO - Quando houver interesse da NOVACAP em realizar diretamente os serviços indicados, será indispensável à prévia autorização do DISTRITO FEDERAL, obedecidas as cláusulas deste Convênio. CLÁUSULA TERCEIRA - O valor do presente convênio fica estimado em Cr$ 43.000,00 (quarenta e três mil cruzeiros), já incluída a parcela correspondente à taxa de Administração, de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato. PARÁGRAFO ÚNICO - Os recursos para fazer face às despesas com a execução deste instrumento, são procedentes do Orçamento do Distrito Federal, para o presente exercício - Lei nº. 6.396, de 09 de dezembro de 1.976, e correrão à conta do Elemento: 3.1.3.2 - 18, da Atividade SEP/2.058 - Manutenção das Atividades da Secretaria de Segurança Pública, conforme, Nota de Empenho nº. 214/77, no valor de Cr$ 43.000,00 (quarenta e três mil cruzeiros), emitida pela Secretaria de Segurança Pública. CLÁUSULA QUARTA - Os recursos referidos na cláusula anterior serão entregues pelo DISTRITO FEDERAL à NOVACAP, em parcelas, de acordo com o Decreto nº. 3.537, de 30 de dezembro de 1.976, que estabelece as normas de Execução Orçamentária e Financeira do Distrito Federal. CLÁUSULA QUINTA - A NOVACAP manterá o quantitativo recebido, em conta corrente no Banco Regional de Brasília S/A, vinculada aos fins deste instrumento, reservando - se o direito de condicionar o início dos serviços, bem como o seu andamento, ao prévio recolhimento da importância mencionada na Cláusula Terceira. LÁUSULA SEXTA - O DISTRITO FEDERAL pagará à NOVACAP, pela execução dos serviços de que trata o presente convênio, a taxa de 10% (dez por cento), a título de Administração, calculada sobre o valor dos serviços efetivamente executados. PARÁGRAFO ÚNICO - O valor da Taxa de Administração, mencionada nesta cláusula, poderá ser debitada pela NOVACAP, à conta vinculada a ser aberta, mencionada na cláusula anterior, à proporção em que forem efetuados os pagamentos referentes aos serviços. CLÁUSULA SÉTIMA - A NOVACAP fica dispensada do recolhimento de caução pela boa execução dos serviços, nos termos do artigo 135, do Decreto - Lei nº. 200, de 25 de fevereiro de 1.967. CLÁUSULA OITAVA - A NOVACAP prestará contas ao DISTRITO FEDERAL, através da Secretaria de Segurança Pública, mensalmente, das importâncias que lhe forem entregues. PARÁGRAFO ÚNICO - A NOVACAP prestará ao DISTRITO FEDERAL, através da Secretaria de Segurança Pública, relatório final detalhado dos serviços executados, acompanhado do respectivo balanço geral. CLÁUSULA NONA - Após a realização das licitações, a NOVACAP, encaminhará ao DISTRITO FEDERAL, através da Secretaria de Segurança Pública, o Cronograma de desembolso global do Convênio. PARÁGRAFO ÚNICO- Em nenhuma hipótese será aceito serviço que não esteja previsto no Cronograma de desembolso mencionado nesta cláusula. CLÁUSULA DÉCIMA - O DISTRITO FEDERAL, através da Secretaria de Segurança Pública, fornecerá, previamente, à NOVACAP, o plano de implantação dos serviços. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - Os serviços previstos na Cláusula Primeira serão realizados pela NOVACAP, com observância das normas contidas no Decreto - Lei 200, de 25 de fevereiro de 1.967, Decreto 1.703, de 31 de maio de 1.971, ratificado pelo Decreto nº. 1.850, de 17 de novembro de 1.971, bem como nas Normas de Execução Orçamentária e Financeira vigentes. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - O presente Convênio poderá ser renovado, prorrogado, aditado, alterado ou rescindido, por mútuo consentimento dos convenentes, bastando, para tanto, que o interessado se manifeste por escrito com antecedência de 90 (noventa) dias. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - O DISTRITO FEDERAL, através da Secretaria de Segurança Pública, designará um executor para o presente convênio, ao qual incumbirão as atribuições contidas nas Normas de Execução Orçamentária e Financeira vigentes. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - Este Convênio entrará em vigor na data de sua publicação no DIÁRIO OFICIAL DO DISTRITO FEDERAL, à expensas da NOVACAP, expirando em 31 de dezembro de 1.977. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - Fica eleito o Foro de Brasília, Distrito Federal, para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao cumprimento do presente instrumento. E, estando assim justos e de acordo, para firmeza e validade do que ficou estipulado em todas as suas cláusulas, lavrou - se o presente em livro próprio da 1ª. Subprocuradoria - Geral do Distrito Federal, do qual foram extraídas 7 (sete) vias datilografadas de igual teor e forma, para um único efeito legal, que, lido e achado conforme, é assinado pelas partes já mencionadas e testemunhas abaixo. PELO DISTRITO FEDERAL: (as.) ELMO SEREJO FARIAS e (as.) AIMÉ ALCIBIADES SILVEIRA LAMAISON; PELA NOVACAP: (as.) MAURO DE ALENCAR FECURY: TESTEMUNHAS: (as) BENILDE CARDOZO ROSA e NANCY CARVALHO LIMA.

CERTIDÃO: Certifico que a presente cópia confere com o original e foi extrída do Livro de Registro de Contratos e Convênios nº. 27, fls. 233/35 da 1ª. Subprocuradoria - Geral do Distrito Federal. Brasília, 25.05.1977. MANOEL CÉSAR NETO - Divisão de Assuntos Administrativos - 1º. SPRG - Diretor. VISTO: Em, 26.05.77 - JÚLIO CÉSAR SANTOS - 1º. Subprocurador Geral do DF.

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE AGRICULTURA E PRODUÇÃO

SOCIEDADE DE ABASTECIMENTO DE BRASÍLIA S/A. - SAB

BALANÇO GERAL REALIZADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 1976

RELATÓRIO DA DIRETORIA

Senhores Acionistas

A DIRETORIA da SOCIEDADE DE ABASTECIMENTO DE BRASÍLIA S/A - SAB, cumprindo disposição legal e estatutária, apresenta-lhes o Balanço Geral e a Demonstração da Conta de Lucros e Perdas do Exercício findo em 31 de dezembro de 1976

A T I V O

IMOBILIZADO		
IMOBILIZAÇÕES TÉCNICAS		
Imóveis	3.674.004,30	
Equipamentos e Instalações	5.662.479,08	
Móveis e Utensílios	1.371.289,70	
Imóveis e Correção Monetária	3.830.502,71	
Equip. Inst. Correção Monetária	441.059,88	
Móveis e Utens. Cor. Monetária	68.986,35	
Reavaliação de Bens Imóveis	29.156.406,33	44.204.728,35
IMOBILIZAÇÕES FINANCEIRAS		
Participaçoes Financeiras		1.916,00
		44.206.644,35
REALIZÁVEL A CURTO PRAZO		
Mercadoria em Estoque	16.328.072,78	
Almoxarifado	780.157,14	
Devedores Diversos	4.197.381,79	
Adiantamentos Diversos	614.334,98	
Títulos a Receber	74.779,75	
Devedores em C/Correntes	5.365.825,15	
Cauções e Depósitos	3.375,00	
	27.363.926,59	
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		
Acionistas C/Capital	88.318,95	
Obrigações a Receber	80.228,69	27.532.474,23
DISPONÍVEL		
Caixa	2.087.143,67	
Bancos C/Movimentos	381.768,20	2.468.911,87
RESULTADO PENDENTE		
Prej. Recup. Exerc. Anteriores	10.811.402,21	
Resultado do Exercício	1.979.297,21	
Despesas Diferidas	288.036,81	
Devedores Aut. de Compras	277.070,09	
Imóveis Ação Ajuizada	208.015,02	
Depósitos Judiciais	393.266,53	
Contas em Suspenso	51.192,61	
Depósitos Vinculados	5.928,00	14.014.208,48
COMPENSAÇÃO		
Seguros Contratados	60.668,58	
Contratos de Obras e Serviços	70.880,00	
Cont. de Emp.e Financiamentos	1.800.000,00	
Ações Caucionadas	1.000,00	
Contratos de Aluguéis	1.500,00	1.934.048,58
TOTAL DO ATIVO		90.156.287,51

P A S S I V O

NÃO EXIGÍVEL		
Capital	44.156.405,00	
Fundo de Depreciação	476.428,34	
Provisão p/Impostos e Taxas	284.372,40	44.917.205,74
EXIGÍVEL A CURTO PRAZO		
Fornecedores	34.960.478,65	
Transportadores	295.650,41	
Credores Diversos	387.450,17	
Impostos e Taxas a Pagar	559.118,93	
Encargos Sociais a Recolher	296.016,19	
Ordenados a Pagar	1.753,50	
Cauções Negociadas	2.800,00	
	36.503.267,85	
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		
Empréstimos e Obrigações	6.755.990,34	43.259.258,19
RESULTADO PENDENTE		
Créditos Vinculados	640,00	
Autorização de Compras/Circul.	45.135,00	45.775,00
COMPENSAÇÃO		
Contratos de Seguros	60.668,58	
Obras e Serviços Contratados	70.880,00	
Empréstimos Finan/Contratados	1.800.000,00	
Cauções da Diretoria	1.000,00	
Aluguéis Contratados	1.500,00	1.934.048,58
TOTAL DO PASSIVO		90.156.287,51

JAYME LEIRO VILAN
DIRETOR SUPERINTENDENTE
SAB

HÉRCULES BONIFÁCIO FERREIRA
DIRETOR ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO
SAB

VALDERI GOMES DOS REIS
CHEFE DO SERVIÇO DE CONTABILIDADE
CRC. nº 3.233 - DF

DEMONSTRAÇÃO DA CONTA DE LUCROS E PERDAS DO BALANÇO GERAL REALIZADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 1976.

RESULTADOS DAS OPERAÇÕES SOCIAIS		
Vendas a Vista	179.852.232,87	
Vendas a Prazo	28.532.534,11	
Vendas p/Aut. de Compras	1.351.300,00	209.736.066,98
(-) Custos das Merc. Vendidas		179.285.438,60
LUCRO BRUTO DO EXERCÍCIO		30.450.628,38
Receitas Financeiras	959.690,61	
Receitas Diversas	1.097.741,95	2.057.432,56
		32.508.060,94
RESULTADO DO EXERCÍCIO		- 1.979.297,21%
TOTAL		34.487.358,15
DESPESAS		
Despesas C/Pessoal		16.766.696,60
Despesas Administrativas		6.774.026,01
Despesas Financeiras		1.565.105,02
Despesas C/Mercadorias		9.381.530,52
TOTAL		34.487.358,15

HUGO DE ASSIS COSTA
CONSELHEIRO

JOSÉ ORLANDO PORTUGAL
PRESIDENTE

RENATO DE TEIVE ARGOLO
CONSELHEIRO

PARECER DO CONSELHO FISCAL

SENHORES ACIONISTAS:

O CONSELHO FISCAL da SOCIEDADE DE ABASTECIMENTO DE BRASÍLIA S/A.-SAB, no cumprimento de suas atribuições legais e estatutárias, examinou o BALANÇO GERAL e a respectiva DEMONSTRAÇÃO da CONTA "LUCROS E PERDAS" e o RELATÓRIO DA DIRETORIA, relativos ao exercídio de 1976, encontrando todos os elementos apreciados em ordem, sendo de parecer que os mesmos se acham em condições de receber a aprovação da ASSEMBLÉIA GERAL dos Acionistas.

Brasília, 29 de abril de 1977

RENOVAÇÃO DO TERMO DE PERMISSÃO DE UTILIZAÇÃO, A TITULO PRECÁRIO, DE IMÓVEL SITUADO NA ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS ENTRE OS BLOCOS 06/07, DESTINADO A INSTALAÇÃO DE BANCA DE JORNAIS E REVISTAS, NA FORMA ABAIXO.

Aos 11 dias do mês de maio do ano de mil novecentos e setenta e sete (1977), no Gabinete da Secretaria de Serviços Públicos, presentes, de um lado, o DISTRITO FEDERAL, no ato representado pelo Senhor JOSÉ GERALDO MACIEL, brasileiro, casado, engenheiro, residente e domiciliado nesta capital, na qualidade de Secretário de Serviços Públicos, conforme delegação de competência expressamente exarada pelo Governador, no Processo nº 023.241/74, e, do outro, a Senhora NELCY COSTA DA SILVA, brasileira, casada, jornaleira, residente e domiciliada nesta capital, doravante denominada simplesmente PERMISSIONÁRIA, resolvem firmar a prese te renovação do TERMO DE PERMISSÃO, entre si celebrado, em 05/02/75, lavrado às fls. 75/76, do Livro nº 20, de Registro de Contratos e Convênios da 1ª Subprocuradoria - Geral, publicado no órgão oficial "DISTRITO FEDERAL" de 25/04/75, com fulcro no artigo 24 da Lei nº 4.545, de 10 de dezembro de 1964, mediante as seguintes cláusulas: CLÁUSULA PRIMEIRA - Pelo presente instrumento, fica renovado o Termo de Permissão de utilização, a título precário, de imóvel situado na esplanada dos Ministérios entre os blocos 06/07, firmado entre o Distrito Federal e a Senhora NELCY COSTA DA SILVA, em 05/02/75, objetivando a instalação de banca de jornais, revistas e similares. PARÁGRAFO PRIMEIRO - quaisquer benfeitorias, úteis ou necessárias, aderem de imediato ao imóvel, não assistindo à PERMISSIONÁRIA quaisquer direitos, quer de retenção, quer de indenização, seja a que título for. PARÁGRAFO SEGUNDO - Correrão por conta da PERMISSIONÁRIA os reparos de danos ou estragos que venham a ocorrer nas instalações ou dependências do imóvel. PARÁGRAFO TERCEIRO - A PERMISSIONÁRIA submeterá ao DISTRITO FEDERAL, através da Secretaria de Serviços Públicos, para sua aprovação, os consertos a serem efetuados, devendo neles, sempre, ser empregado material idêntico, a sua falta comprovada, similar de boa qualidade até então existente no objeto consertado ou substituído. CLÁUSULA SEGUNDA - Obriga - se a PERMISSIONÁRIA a respeitar e a fazer respeitar, pelos seus prepostos e empregados, as instruções que lhe forem aplicáveis, baixadas pelo DISTRITO FEDERAL, através da Secretaria de Serviços Públicos, as quais passarão a integrar este ajuste, independentemente de transcrição. PARÁGRAFO ÚNICO - As infrações aos preceitos do Regulamento para Ocupação e Exploração de Bancas de Jornais e Revistas e Áreas Cobertas Anexas, previstas no Capítulo IV do Decreto nº 2982, de 19 de agosto de 1975, serão punidas na forma do Capítulo V do citado diploma legal. CLÁUSULA TERCEIRA - São de inteira responsabilidade da PERMISSIONÁRIA, as despesas com energia elétrica, água, telefone e demais taxas que incidam ou venham a incidir sobre o imóvel, bem como ficarão a seu cargo o asseio e conservação do próprio descrito na Cláusula Primeira deste instrumento. CLÁUSULA QUARTA - Pagará ao Distrito Federal, a partir de 26/04/77, Taxa de Ocupação mensal no valor de Cr$ 159,50 (cento e cinquenta e nove cruzeiros e cinquenta centavos) até o 10º (décimo) dia do mês subsequente ao vencido, no órgão próprio do DISTRITO FEDERAL ou no estabelecimento bancário por ele designado. CLÁUSULA QUINTA - A PERMISSIONÁRIA recolherá, a título de complemento de caução, a importância de Cr$ 225,00 (duzentos e vinte e cinco cruzeiros). CLÁUSULA SEXTA - O valor da Taxa de Ocupação, bem como a caução correspondente serão reajustáveis tomando - se por base o disposto na Lei nº 6.205, de 29 de abril de 1975 e legislações posteriores. CLÁUSULA SÉTIMA - A PERMISSIONÁRIA será responsável por quaisquer danos ou riscos que porventura venham a ocorrer nas instalações ou dependências do imóvel. CLÁUSULA OITAVA - A PERMISSIONÁRIA declara haver recebido o imóvel em perfeito estado de conservação e se compromete a assim mantê - lo, na ocorrência das seguintes hipóteses: a) rescisão; b) término; c) cassação da permissão. CLÁUSULA NONA - O imóvel mencionado na Cláusula Primeira não poderá ser cedido, salva se houver prévia e expressa anuência do DISTRITO FEDERAL. CLÁUSULA DÉCIMA - O presente instrumento poderá ser rescindido a qualquer tempo, por mútuo acordo de vontades. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - O Regulamento para Ocupação e Exploração de Bancas de jornais e Revistas e Áreas Cobertas Anexas, aprovado pelo Decreto nº 2982, de 19 de agosto de 1975, passa a fazer parte integrante deste instrumento, independentemente de transcrição. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - O presente instrumento terá vigência por 24 (vinte e quatro) meses, contado a partir de 26/04/77, devendo o pedido de prorrogação ser formulado com antecedência de 90 (noventa) dias de seu término. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - O presente termo entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial do Distrito Federal, às expensas da PERMISSIONÁRIA. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - Fica eleito o Foro de Brasília, Distrito Federal, para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao cumprimento do presente instrumento. E, estando assim justos e de acordo, para firmeza e validade do que ficou estipulado em todas as suas cláusulas, lavrou - se o presente em livro próprio da 1ª Subprocuradoria - Geral do Distrito Federal, do qual foram extraídas 7 (sete) vias datilografadas de igual teor e forma, para um único efeito legal, que, lido e achado conforme, é assinado pelas partes já mencionadas e testemunhas abaixo. Pelo DISTRITO FEDERAL, (as.) JOSÉ GERALDO MACIEL; Pela PERMISSIONÁRIA, (as.) NELCY COSTA DA SILVA; Testemunhas, (as.) VALDEMIR DE TORRES MAGALHÃES e BENILDE CARDOSO ROSA.

CERTIDÃO: Certifico que a presente cópia confere com o original e foi extraída do Livro de Registro de Contratos e Convênios Nº 29, fls. 98/100 da 1ª Subprocuradoria - Geral do Distrito Federal. BRASILIA, 20/05/1977 - VISTO. Em, 24 de maio de 1977 - MANOEL CÉSAR NETO - Divisão de Assuntos Administrativos/1ª SPRG - Diretor; JÚLIO CÉSAR SANTOS - 1º Subprocurador - Geral do DF - (DAR - 19.05.77 - Cr$ 492,00)

CONTRATO CELEBRADO ENTRE O DISTRITO FEDERAL E A FIRMA DEMÉTRIO, PROMOÇÕES ARTISTICAS, COM A INTERVENIENCIA DO S/A CORREIO BRAZILIENSE E DA PAS - PROTEÇÃO E AÇÃO SOCIAL, OBJETIVANDO A REALIZAÇÃO DO ESPETÁCULO DENOMINADO "CONCURSO MISS BRASILIA 1977, NO DIA 14 DE MAIO DE 1977.

Aos 13 dias do mês de maio do ano de mil novecentos e setenta e sete (1977), no Gabinete do Departamento de Turismo (DETUR), presentes, de um lado, o DISTRITO FEDERAL, no ato representado pelo Senhor CARLOS BLACK PEREIRA, brasileiro, casado, advogado, residente e domiciliado nesta capital, na qualidade de Diretor daquele órgão, autorizado pelo art. 3º., inciso IV, do Regimento do Departamento de Turismo, aprovado pelo Decreto nº. 1.745, de 12 de julho de 1971, bem como delegação de competência expressamente exarada pelo Governador no Processo nº. 011.600/77, e, do outro lado, a firma DEMÉTRIO, PROMOÇÕES ARTÍSTICAS, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, estabelecida na Rua General Espírito Santo Cardoso, nº. 200, apartamento 405, Rio de Janeiro (RJ.) neste ato representada pelo Senhor Demétrio Antônio Ajara, brasileiro, casado, residente e domiciliado na cidade do Rio de Janeiro (R.J.), com a interveniência do S/A Correio Braziliense, representada pelo Senhor JOSÉ ADIRSON DE VASCONCELOS, brasileiro, casado, jornalista, residente e domiciliado nesta capital, e da PAS - PROTEÇÃO E AÇÃO SOCIAL, representada pela sua Presidente, Senhora EDVALTRIZ AMORIM PITHON FARIAS, brasileira, casada, residente e domiciliada nesta Capital, resolvem firmar o presente contrato, mediante as seguintes cláusulas: CLÁUSULA PRIMEIRA - Através do presente instrumento obriga- se a CONTRATADA a apresentar no Ginásio de Brasília do Centro Desportivo "Presidente Médici", no dia 14 de maio de 1977 um show artístico, nos intervalos da realização do Concurso Miss Brasília 1977, com início previsto para às 20:00 horas. PARÁGRAFO ÚNICO - O show constará dos seguintes artistas, acompanhados de seu respectivo conjunto musical: I) BETH CARVALHO; II) Conjunto FINA FLOR DO SAMBA; III) WANDERLEY CARDOSO; IV) SÔNIA SANTOS; e V) Conjunto de Sambistas, totalizando 22 (vinte e dois) figurantes. CLÁUSULA SEGUNDA - O valor do presente contrato é de Cr$ 180.000,00 (cento e oitenta mil cruzeiros), recursos estes procedentes do Orçamento do Distrito Federal, para o corrente exercício - Lei nº. 6.396, de 09 de dezembro de 1976, correndo à conta da seguinte dotação orçamentária: Função 11 Indústria, Comércio e Serviços, Programa 65 - Turismo, Subprograma 363 - Promoção do Turismo, TUR/2.005- Promoções e Divulgações Turísticas do Distrito Federal, conforme Nota de Empenho nº. 419/77-TUR, no valor de Cr$ 180.000,00 (cento e oitenta mil cruzeiros), emitida pelo Departamento de Turismo. PARAGRAFO ÚNICO - A importância mencionada nesta cláusula será paga pelo DISTRITO FEDERAL à CONTRATADA após a realização do show, mediante apresentação de fatura devidamente atestada pelo executor deste ajuste. CLÁUSULA TERCEIRA - Serão da responsabilidade do DISTRITO FEDERAL, através do Departamento de Turismo, as despesas com os seguintes encargos: I) direitos autorais e II) liberação do show nas repartições competentes, bem como a estada com alimentação em hotel para 22 (vinte e duas) pessoas, por 24 (vinte e quatro) horas, e o transporte para os artistas em função do espetáculo. CLÁUSULA QUARTA - O DISTRITO FEDERAL, através do Departamento de Turismo, fica isento do pagamento de quaisquer despesas com passagens dos artistas e participantes do show. CLÁUSULA QUINTA - Quaisquer acidentes com os participantes do show não serão de responsabilidade do DISTRITO FEDERAL. CLÁUSULA SEXTA - Pelo inadimplemento de qualquer das cláusulas deste ajuste, sujeitar- se- á a CONTRATADA às penalidades previstas nos artigos 56 e 60 do Decreto nº. 1.703, de 31 de maio de 1971, ratificado pelo Decreto nº. 1.850, de 17 de novembro de de 1971. CLÁUSULA SÉTIMA - O S/A CORREIO BRAZILIENSE, promotor do Concurso Miss Brasília 1977, encarregar- se- á de: I) recrutamento e preparação das candidatas à festa do dia 14 de maio de 1977; II) divulgação do espetáculo através dos seguintes veículos de comunicações: Correio Braziliense, TV - Brasília e Rádio Planalto; III) montagem e direção do espetáculo; IV) montagem da passarela para o desfile das candidatas e apresentação do show com artistas de fama nacional; V) providências junto às autoridades relativas aos sistemas de segurança policial das candidatas e do público, trânsito e Corpo de Bombeiros; VI) infra- estrutura de camarins para as misses, envolvendo maquiadores, cabeleireiros, médicos e outros serviços; e VII) credenciamento de profissionais de imprensa. CLÁUSULA OITAVA - O DISTRITO FEDERAL, através do Departamento de Turismo e da PAS, reserva- se o direito de fixar normas para a venda dos ingressos, a razão de Cr$ 10,00 (dez cruzeiros) as arquibancadas; Cr$ 20,00 (vinte cruzeiros) as cadeiras de setor e Cr$ 30,00 (trinta cruzeiros) as cadeiras de pista, devendo o produto da arrecadação ser destinada à PAS - Proteção e Ação Social. CLÁUSULA NONA - A venda dos ingressos indicativos da data do espetáculo, será fiscalizada pelo DISTRITO FEDERAL, através do órgão próprio da Secretaria de Finanças devendo serem autenticados antes de postos à venda. CLÁUSULA DÉCIMA - A PROTEÇÃO E AÇÃO SOCIAL - PAS se responsabilizará pelo pagamento de todos os impostos e taxas incidentes sobre a arrecadação bem como pelas despesas com a impressão dos ingressos. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - Os débitos para com o DISTRITO FEDERAL, que decorrerem do presente ajuste, serão inscritos em Dívida Ativa e cobrados mediante execução, nos termos do Código de Processo Civil. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - O DISTRITO FEDERAL, através do Departamento de Turismo, designará um executor para o presente instrumento, ao qual incumbirão as atribuições contidas nas Normas de Execução Orçamentária e Financeira vigentes no Distrito Federal, cabendo- lhe, ainda, supervisionar e fiscalizar a sua execução. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - O presente contrato entrará em vigor na data de sua publicação no DIÁRIO OFICIAL DO DISTRITO FEDERAL, às expensas da CONTRATADA, e expirar- se- á após o total cumprimento das obrigações ora assumidas. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - Fica eleito o Foro de Brasília, Distrito Federal, para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao cumprimento do presente instrumento. E, estando assim justos e de acordo, para firmeza do que ficou estipulado em todas as suas cláusulas, lavrou-se o presente em livro próprio da 1ª. Subprocuradoria - Geral do Distrito Federal, do qual foram extraídas 7 (sete) vias datilografadas de igual teor e forma, para um único efeito legal, que, lido e achado conforme, é assinado pelas partes já mencionadas e testemunhas abaixo. Pelo Distrito Federal: (as.) CARLOS BLACK PEREIRA; Pela CONTRATADA: (as.) DEMÉTRIO ANTONIO AJARA; Pelo Correio Braziliense: (as.) JOSÉ ADIRSON DE VASCONCELOS; Pela PAS: (as.) EDVALTRIZ AMORIM PITHON FARIAS; Testemunhas: (as.) VALDEMIR DE TORRES MAGALHÃES e (as.) JOSÉ MOREIRA DA SILVA.

CERTIDÃO: Certifico que a presente cópia confere com o original e foi extraída do Livro de Registro de Contratos e Convênios nº. 29, fls. 116/18, da 1ª. Subprocuradoria - Geral do Distrito Federal. BRASILIA., 18/05/1977. MANOEL CÉSAR NETO - Divisão de Assuntos Administrativos 1ª. SPRG- Diretor. VISTO: Em, 18/05/77 - JÚLIO CÉSAR SANTOS - 1º. Subprocurador - Geral do DF. (DAR - 13.05.77 - Cr$ 590,40)

ATA DA 3ª. (TERCEIRA) ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DOS ACIONISTAS DA PROFLORA S/A - FLORESTAMENTO E REFLORESTAMENTO - INSCRITA NO CADASTRO GERAL DE CONTRIBUINTES DO MINISTÉRIO DA FAZENDA, SOB Nº. 00338.079/0001 - 65.

Aos vinte e cinco dias do mês de abril de mil novecentos e setenta e sete, às 9:00 horas, na sede da PROFLORA S/A –FLORESTAMENTO E REFLORESTAMENTO, situada no Setor Comercial Sul, Quadra 13, nº. 67/97, 5º. andar, nesta Capital, presentes os acionistas, representados pelos Senhores; EMMANUEL FRANCISCO MENDES LYRIO - Governo do Distrito Federal; LUIS FELIPPE CORRÊA DE AZEVEDO - Banco Regional de Brasília S/A; FRANCISCO DE SALLES BAPTISTA FERREIRA -Companhia de Água e Esgoto de Brasília; HENRIQUE TEIXEIRA TAMM Sociedade de Abastecimento de Brasília S/A; VICENTE DE PAULA PINTO -Sociedade de Transporte Coletivo de Brasília; ANTONIO LISBOA DUARTE -Fundação Zoobotânica do Distrito Federal Bel. ARMANDO JOSÉ DO VALLE -Companhia de Eletricidade de Brasília; DARIO LUIZ DE CARVALHO MENDES - Telecomunicações de Brasília; Bel. BRAZ HENRIQUE DE OLIVEIRA -Companhia Imobiliária de Brasília, conforme se verifica do Livro de Presença de Acionistas, todos credenciados perante a Assembléia e a Diretoria da Sociedade composta pelos Senhores RENATO ARAUJO SAMPAIO -Diretor Administrativo e OROMAR DARLAN DE PINHO TAVARES -Diretor Técnico. O Diretor Administrativo, na falta do Diretor Presidente, na forma do Artigo 9º. do Estatuto Social assumiu a Presidência da Mesa e declarou instalada a 3ª. Assembléia Geral Extraordinária de Acionistas da PROFLORA S/A -FLORESTAMENTO E REFLORESTAMENTO, escolhendo e convidando a mim, LUIS FELIPPE CORRÊA DE AZEVEDO, representante do Acionista BANCO REGIONAL DE BRASILIA S/A, devidamente credenciado perante a Assembléia, para o Cargo de Secretário da Mesa, o qual aceitei e assumi. Em seguida, por solicitação do Sr. Presidente da Mesa, passei à leitura do Edital de Convocação, publicados no Diário Oficial do Distrito Federal e S/A Correio Braziliense de 15, 16 e 17.04.77, assim regidos: "PROFLORA S/A -FLORESTAMENTO E REFLORESTAMENTO - CGC 00338079/0001 -65 -Assembléia Geral Extraordinária -são convidados os acionistas desta Sociedade a se reunirem em Assembléia Geral Extraordinária a ser realizada no dia 25 de abril de 1977, às 10:00 horas, na sede da Empresa, no SCS, Quadra 13 nº. 67, Edifício CAESB, 5º. andar, nesta capital, para deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: a) eleição de Diretor; b) aumento de capital e consequente alteração dos estatutos e c) outros assuntos do interesse da sociedade.. Brasília, em 13 de abril de 1977. - RENATO ARAUJO SAMPAIO -Diretor". Demonstrada a regularidade da convocação, foi colocada em discussão a matéria consoante da letra "a" da Ordem do Dia, que diz respeito à eleição do Diretor-Presidente. Usando da palavra, o Acionista Majoritário expôs que, face a renúncia do Engº. Francisco de Salles Baptista Ferreira do cargo Diretor -Presidente da PROFLORA, propôs a indicação do nome do Senhor CARLOS NEVES GALLUF, brasileiro, casado, advogado, natural de Florianópolis, Estado de Santa Catarina, residente na Rua Pará, 340, Salvador - Bahia, Carteira da OAB nº. 2529-BA, CPF nº. 000183505 e domiciliado na Capital Federal. Colocada a matéria em discussão e votação, foi eleito o Senhor Carlos Neves Galluf para o cargo de Diretor Presidente da PROFLORA S/A -FLORESTAMENTO E REFLORESTAMENTO, pela maioridade dos acionistas. Continuando com a palavra o representante acionista Distrito Federal, agradeceu ao Engº. FRANCISCO DE SALLES BAPTISTA FERREIRA, pelo seu trabalho à frente da PROFLORA, lembrando que o mesmo irá, com seu habitual brilhantismo, permanecer integrando a equipe do Governador Elmo Serejo Farias como Diretor Presidente da CAESB. Passando ao item "b" da Ordem do Dia, o Presidente da Assembléia, fez um relato sobre a proposta de aumento de capital e consequente alteração do Estatuto Social da PROFLORA, esclarecendo o apoio significativo do Banco Regional de Brasília na integralização do quantum necessário ao exigido pela nova lei das Sociedades Anônimas. Solicitando a palavra o representante do Acionista Banco Regional de Brasília, pediu fosse esclarecido como seria integralizado o restante do Capital da PROFLORA, tendo a Presidência fornecido as informações necessárias, "esclarecendo que o Governo do Distrito Federal subscreverá os seis milhões de cruzeiros alocados no Orçamento deste exercício". Na ocasião foi lida a manifestação do Conselho Fiscal vasada nos seguintes termos: "Proposta da Diretoria para aumento de Capital Autorizado, de Cr$ 4.000.000,00 para Cr$ 10.000.000,00. O Conselho

Fiscal, ouvindo esclarecimentos de seu presidente, houve por bem aprovar a nova proposição da Diretoria, tendo em vista que, com a integralização do Capital no valor de Cr$ 3.000.000,00, as exigências do Artigo 170 da Lei 6.404/76 foram cumpridas". As. HÉLCIO BARBOSA DE CASTRO -Presidente; VERA FRANCISCA FIALHO MUSSI AMORELLI -Membro e ARLINDO FERREIRA PINTO -Membro. Colocada a matéria em discussão e votação, foi a mesma aprovada pela totalidade dos acionistas presentes, passando o Capital da Empresa, de quatro milhões para dez milhões de cruzeiros, com consequente alteração do Artº. 5º. do Estatuto, que passa a ter a seguinte redação: "O Capital Social Autorizado é de Cr$ 10.000.000,00 (dez milhões de cruzeiros) divididos em 10.000.000 (dez milhões) de ações nominativas do valor nominal de Cr$ 1,00 (um cruzeiro) cada, sendo Cr$ 5.000.000,00 (cinco milhões de cruzeiros) de ações nominativas, ordinárias, com direito a voto e Cr$ 5.000.000,00 (cinco milhões de cruzeiros) de ações nominativas, preferenciais, sem direito a voto". Novamente com a palavra o Presidente da Assembléia, disse que "gostaria de fazer uma breve exposição sobre a gestão do Dr. Francisco de Salles Baptista Ferreira à frente da PROFLORA, embora constrangido pela sua presença. Declarou que numa fase muito difícil da Empresa, o Dr. Francisco Baptista assumindo a sua Presidência soube incentivar os dois outros Diretores e colocou a Empresa em condições de receber todos os recursos alocados, destacando - se o seu trabalho pela orientação e incentivo do que pelo comando, daí haverem sido realizados em tão pouco tempo, tantas coisas. A PROFLORA, sem grandes recursos, vai desenvolver um grande programa, pois com dez milhões vamos realizar um programa de quarenta milhões, tudo graças a essa conjugação de esforços e do apoio do Governador Elmo Serejo Farias. Embora, deplorando a sua saída, sinto que o seu comando vai ser sempre junto à PROFLORA". Usando da palavra, o Dr. FRANCISCO DE SALLES BAPTISTA FERREIRA "declarou que gostaria de agradecer as palavras do Dr. Renato Sampaio e afirmar que se alguma coisa foi feita foi o resultado do trabalho de toda a Diretoria. Realmente sentimo -nos satisfeitos por termos empreendido mais uma etapa no desenvolvimento da Empresa e deixando um programa definido que é a proteção dos mananciais do Distrito Federal. O objetivo da PROFLORA é ocupar definitivamente essas áreas e melhorar sensivelmente o microclima de Brasília. Agradeço, muito as palavras que aqui foram ditas e sinto -me satisfeito porque o pouco que foi feito o foi em termos de longo prazo. Gostaria de acrescentar uma palavra de apreço e votos de boas vindas ao novo Presidente da PROFLORA eleito, Dr. CARLOS NEVES GALLUF, desejando -lhe uma brilhante gestão à frente da Empresa". Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente da Mesa agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a Assembléia da qual eu, LUIZ FELIPE CORRÊA DE AZEVEDO, representante do acionista Banco Regional de Brasília S/A e Secretário da Mesa, lavrei a presente Ata, que vai, depois de lida e achada conforme, por mim, pelo representante do Distrito Federal, Presidente da Mesa e pelos demais Acionistas presentes, assinado. Brasília - DF, 25 de abril de 1977.

DR. EMMANUEL FRANCISCO MENDES LYRIO -Representante legal do Distrito Federal; LUIZ FELIPPE CORRÊA DE AZEVEDO -Secretário da Mesa; ANTONIO LISBOA DUARTE -Fundação Zoobotânica do Distrito Federal -F.Z.D.F. FRANCISCO DE SALLES BAPTISTA FERREIRA -Companhia de Água e Esgoto de Brasília -CAESB; ARMANDO JOSÉ DO VALLE -Companhia de Eletricidade de Brasília; HENRIQUE TEIXEIRA TAMM - Sociedade de Abastecimento de Brasília S.A. -SAB; VICENTE DALMO PINTO -Sociedade de Transporte Coletivo de Brasília - TCB DARIO LUIZ DE CARVALHO MENDES -Telecomunicações de Brasília S/A BRAZ HENRIQUE DE OLIVEIRA -Companhia Imobiliária de Brasília -TERRACAP.

EDITAIS, AVISOS E DECLARAÇÕES

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
COMISSÃO DE LICITAÇÃO

AVISO

EDITAL Nº. 24/77 - CL - SEA - TOMADA DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE ARTIGOS PARA PINTURA, IMPERMEABILIZAÇÕES E CORRELATOS, GMC - 27.
DATA: 16.06.77 - HORÁRIO: 15:30 horas

EDITAL Nº. 25/77 - CL - SEA - TOMADA DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE PNEUS E CA MARAS - DE - AR, GMC - 06.
DATA: 16.06.77 - HORÁRIO: 15:30 HORAS

EDITAL Nº. 26/77 - CL - SEA - TOMADA DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE ARTIGOS DE HIGIENE E CONSERVAÇÃO, GMC - 03.
DATA: 16.06.77 - HORÁRIO: 17:30 HORAS

O Presidente da Comissão de Licitação da Secretaria de Administração do Distrito Federal, faz público para conhecimento dos interessados, que na data e horários acima indicados, na sala de reuniões situada no IAS, Trecho 3/4, lotes 1690, 1720 nesta Capital, reunir - se - á a referida Comissão a fim de receber documentação e proposta de interessados no fornecimento do material objeto dos Editais epigrafados.

Cópias dos Editais poderão ser obtidas no Serviço de Registro Cadastral de Habilitação de Firmas, situado no endereço acima mencionado, no horário de 14:00 às 18:00 horas.

Em 31 de maio de 1.977

FRANCISCO DE FREITAS
Presidente da Comissão de Licitação

POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL
PRIMEIRO BATALHÃO DE POLÍCIA MILITAR
COMISSÃO DE LICITAÇÃO

AVISO

TOMADA DE PREÇOS Nº. 003/77
PARA AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTÍCIOS - GMC/18.

O 1º. Batalhão de Polícia Militar, fará realizar às 09:00 horas do dia 14 de junho de 1977, na sala da Comissão de Licitação, localizada na sede do 1º. BPM, Tomada de Preços para aquisição de materiais classificados no Grupo de Materiais de Consumo - 18.

Os interessados poderão obter o Edital com as especificações e demais informações, no horário de 14:00 às 17:00 horas de segunda a sexta - feira, no endereço supra mencionado.

Brasília - DF, em 24 de maio de 1977

ITALO CAIAFA - CAP PM RG 66.002
Presidente da Comissão de Licitação

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS

CONCURSO PÚBLICO PARA CAIXA

AVISO Nº. 039/77 - I.D.R.

Ficam convocados os candidatos inscritos no Concurso Público para Caixa para a Prova Escrita de Conhecimentos Gerais:

DATA: 04 de junho de 1977
HORÁRIO: 14 horas
LOCAL: Centro de Ensino Médio Elefante Branco

Obs: Os candidatos deverão comparecer ao local de realização da prova, 30 minutos antes do horário estabelecido, munidos de Cartão de Identificação, Carteira de Identidade e Caneta Esferográfica Azul.

Brasília, 31 de maio de 1977

JOSÉ ANTONIO AROCHA DA CUNHA
Superintendente

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
COMISSÃO DE LICITAÇÃO

AVISO

EDITAL Nº. 21/77 - CL - SEA - TOMADA DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE LAMPADAS E ACESSÓRIOS PARA INSTALAÇÕES ELÉTRICAS, GMC - 11.
DATA: 16.06.77 - HORÁRIO: 09:00 HORAS.

EDITAL Nº. 22/77 - CL - SEA - TOMADA DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL PARA OBRAS - FERRAGENS, GMC - 25.
DATA: 16.06.77 - HORÁRIO: 10:00 HORAS.

EDITAL Nº. 23/77 - CL - SEA - TOMADA DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO MÁQUINAS DE: CALCULAR ELETRONICA, ESCREVER ELÉTRICA E MANUAL; RELÓGIO DATADOR NUMERADOR, GEI - 01.
DATA: 16.06.77 - HORÁRIO: 14:30 HORAS.

O Presidente da Comissão de Licitação da Secretaria de Administração do Distrito Federal, faz público para conhecimento dos interessados, que na data e horários acima indicados, na sala de reuniões situada no IAS, Trecho 3/4, Lotes 1690, 1720 nesta Capital, reunir - se - á a referida Comissão a fim de receber documentação e proposta de interessados no fornecimento do material objeto dos Editais epigrafados.

Cópias dos Editais poderão ser obtidas no Serviço de Registro Cadastral de Habilitação de Firmas, situado no endereço acima mencionado, no horário de 14:00 às 18:00 horas.

Em 31 de maio de 1.977

FRANCISCO DE FREITAS
Presidente da Comissão de Licitação

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
S.V.O. - NOVACAP
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

AVISO

TOMADA DE PREÇOS Nº 066/77 - CPL

PARA CONSTRUÇÃO TOTAL, SOB O REGIME DE EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL, DO COMÉRCIO DO PARQUE RECREATIVO ROGÉRIO PITHON SEREJO FARIAS, EM BRASÍLIA - DISTRITO FEDERAL.

Chamamos a atenção das empresas interessadas na licitação em tela, que a mesma foi adiada para às 15:00 horas do dia 14 de junho de 1977, por motivo de ordem técnico - administrativa. Ficam mantidas as demais condições do Edital.

Brasília, 31 de maio de 1977.

ENGº VICENTE DE PAULA AZEVEDO SILVA

Presidente da CPL

AVISO

A COMPANHIA IMOBILIÁRIA DE BRASÍLIA - TERRACAP, em cumprimento ao contido no artigo 11 da Resolução 06/73 - CA - DISTRITO FEDERAL nº 164 de 28.10.73 e de acordo com autorização do egrégio Conselho de Administração exarada nos autos do processo 09.612/76 - Decisão 2.022 - Sessão 265 de 30.05.77, torna público que efetivará a venda das Áreas Especiais 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15 e 16 da Quadra 14 - CS/Sobradinho, à firma I.C.C. - INDUSTRIA DE COMUNICAÇÕES - COENCISA S/A.

Brasília, 31 de maio de 1977.

ARMANDO COLAVOLPE

Diretor Superintendente

(Dias 3, 6 e 7)

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS

PROCESSO SELETIVO - DESENHISTA

AVISO Nº 041/77 - IDR

Ficam convocados os servidores inscritos no Processo Seletivo para Transformação de Cargos à Categoria Funcional de Desenhista, código - NM 809, para o Teste de Desempenho:

DIA: 7 de junho de 1977 - Desenho Técnico e de Organização e Desenho Topográfico
DIA: 8 de junho de 1977 - Desenho Arquitetônico e Urbanístico
HORÁRIO: 09:00 hs
LOCAL: Anexo do Buriti - 12º andar
Obs.: Os Servidores deverão comparecer ao local 30 minutos antes do horário estabelecido, portando cartão de identificação, carteira de identidade, caneta esferográfica azul e material de desenho utilizado no decorrer do curso.

Brasília, 31 de maio de 1977

JOSÉ ANTONIO AROCHA DA CUNHA
Superintendente

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS

PROCESSO SELETIVO - TECNICO DE CONTABILIDADE

AVISO Nº. 040/77 - IDR

Ficam convocados os servidores inscritos no Processo Seletivo para Transformação de Cargos à Categoria Funcional de Técnico de Contabilidade código - NM 816, para o Teste de Desempenho.

DATA: 10 de junho de 1977
HORARIO: 09:00 hs
LOCAL: Instituto de Desenvolvimento de Recursos Humanos, SGO, Area Especial nº. 01

Brasília, 31 de maio de 1977

JOSÉ ANTONIO AROCHA DA CUNHA
Superintendente

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS

CONCURSO PÚBLICO PARA AUXILIAR DE ADMINISTRAÇÃO

AVISO Nº 042/77 - IDR

Ficam convocados os candidatos que realizaram a Prova Escrita de Conhecimentos Gerais a comparecerem à Vista de Prova:
DIA: 07 de junho de 1977.
HORÁRIO: - Da inscrição nº 01 a 480 das 8h 30min às 11 h.
- Da inscrição nº 481 a 914 das 14h 30min às 17h.
LOCAL: - Instituto de Desenvolvimento de Recursos Humanos - Setor de Garagens Oficiais - Área Especial nº 01.

Brasília, 31 de maio de 1977

JOSÉ ANTONIO AROCHA DA CUNHA
Superintendente

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
S.V.O. - NOVACAP
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

AVISO

TOMADA DE PREÇOS Nº 063/77 - CPL

PARA CONSTRUÇÃO TOTAL, SOB O REGIME DE EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL, DE VESTIÁRIOS DA PISCINA E DO SETOR ESPORTIVO DO PARQUE RECREATIVO ROGÉRIO PITHON SEREJO FARIAS, EM BRASÍLIA - DISTRITO FEDERAL.

Chamamos a atenção das empresas interessadas na licitação em tela, que a mesma foi adiada para às 15:00 horas do dia 13 de junho de 1977, por motivo de ordem técnico - administrativa. Ficam mantidas as demais condições do Edital.

Brasília, 31 de maio de 1977

ENGº VICENTE DE PAULA AZEVEDO SILVA
Presidente da CPL

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
S.V.O. - NOVACAP
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

AVISO

TOMADA DE PREÇOS Nº 064/77 - CPL

PARA CONSTRUÇÃO TOTAL, SOB O REGIME DE EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL, DA CHURRASCARIA DO PARQUE RECREATIVO ROGÉRIO PITHON SEREJO FARIAS, EM BRASÍLIA - DISTRITO FEDERAL.

Chamamos a atenção das empresas interessadas na licitação em tela, que a mesma foi adiada para às 15:30 horas do dia 13 de junho de 1977, por motivo de ordem técnico - administrativa. Ficam mantidas as demais condições do Edital.

Brasília, 31 de maio de 1977.

ENGº VICENTE DE PAULA AZEVEDO SILVA
Presidente da CPL

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
S.V.O. - NOVACAP
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

AVISO

TOMADA DE PREÇOS Nº 065/77 - CPL

PARA CONSTRUÇÃO TOTAL, SOB O REGIME DE EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL, DO RESTAURANTE DO LAGO DO PARQUE RECREATIVO ROGÉRIO PITHON SEREJO FARIAS, EM BRASÍLIA - DISTRITO FEDERAL.

Chamamos a atenção das empresas interessadas na licitação em tela, que a mesma foi adiada para às 16:00 horas do dia 13 de junho de 1977, por motivo de ordem técnico - administrativa. Ficam mantidas as demais condições do Edital.

Brasília, 31 de maio de 1977

ENGº VICENTE DE PAULA AZEVEDO SILVA
Presidente da CPL

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
S.V.O.- NOVACAP
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

AVISO

TOMADA DE PREÇOS Nº 067/77- CPL

PARA CONSTRUÇÃO TOTAL, SOB O REGIME DE EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL, DA ADMINISTRAÇÃO DO PARQUE RECREATIVO ROGÉRIO PITHON SEREJO FARIAS, EM BRASÍLIA- DISTRITO FEDERAL.

Chamamos a atenção das empresas interessadas na licitação em tela, que a mesma foi adiada para às 15:30 horas do dia 14 de junho de 1977, por motivo de ordem técnico- administrativa. Ficam mantidas as demais condições do Edital.

Brasília, 31 de maio de 1977.

Engº VICENTE DE PAULA AZEVEDO SILVA
Presidente da CPL

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
S.V.O.- NOVACAP
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

AVISO

TOMADA DE PREÇOS Nº 068/77- CPL

PARA CONSTRUÇÃO TOTAL, SOB O REGIME DE EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL, DA ESTAÇÃO DE TRENZINHO E BAR/LANCHONETE DO PARQUE RECREATIVO ROGÉRIO PITHON SEREJO FARIAS, EM BRASÍLIA- DISTRITO FEDERAL.

Chamamos a atenção das empresas interessadas na licitação em tela, que a mesma foi adiada para às 16:00 horas do dia 14 de junho de 1977, por motivo de ordem técnico- administrativa. Ficam mantidas as demais condições do Edital.

Brasília, 31 de maio de 1977

Engº VICENTE DE PAULA AZEVEDO SILVA
Presidente da CPL

DECLARAÇÃO

THEREZINHA DE JESUS S. RAPOSO, declara para os devidos fins, que perdeu sua Carteira de Identidade nº. 101.946 - DFSP - DF.

Brasília, 02 de junho de 1977
THERESINHA DE JESUS S. RAPOSO
(DAR - 02.06.77 - Cr$ 15,00)

PREÇO DESTE EXEMPLAR CR$ 2,00